

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Laura Junqueira de Mello Reis

As mulheres no periódico *Marmota* (1849-1864):

Escritos, estratégias e noções de civilidade

Juiz de Fora

2020

Laura Junqueira de Mello Reis

As mulheres no periódico *Marmota* (1849-1864):

Escritos, estratégias e noções de civilidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História. Área de concentração: Narrativas, Imagens e Sociabilidades.

Orientadora: Prof. Dra. Silvana Mota Barbosa.

Juiz de Fora

2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Reis, Laura Junqueira de Mello.

As mulheres no periódico Marmota (1849-1864) : Escritos, estratégias e noções de civilidade / Laura Junqueira de Mello Reis. -- 2020.

136 f. : il.

Orientadora: Silvana Mota Barbosa

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

1. Mulheres. 2. Imprensa. 3. Civilidade. 4. Civilização. 5. Século XIX. I. Barbosa, Silvana Mota, orient. II. Título.

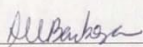
LAURA JUNQUEIRA DE MELLO REIS

As mulheres no periódico Marmota (1849-1864): escritos, estratégias e noções de
civildade

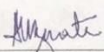
DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade Federal de
Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do
título de MESTRA EM HISTÓRIA.

Juiz de Fora, 12/02/2020.

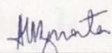
Banca Examinadora



Prof. Dra. Silvana Mota Barbosa - Orientadora



Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata (UFJF)



Prof. Dra. Karoline Carula (UFF)

AGRADECIMENTOS

A trajetória na pós-graduação não é fácil, ainda mais se considerarmos o momento político no qual estamos vivendo: uma era em que vigora a desinformação e a descrença nos pesquisadores das mais diversas áreas. No geral, as ciências humanas sofrem mais e as ideias de “doutrinação” dominam as redes sociais, as reuniões de família e os encontros dos mais diversos grupos. No entanto, a seção de agradecimentos da dissertação não deve ser de lamentações. Portanto, venho a público dizer o meu ‘muito obrigada’ a algumas pessoas que foram fundamentais nesses dois anos em que estive no mestrado. Afinal, elas contribuíram, intelectual e emocionalmente, para que fosse possível escrever, pesquisar e estudar com dedicação.

Logo, meu ‘muito obrigada’ à minha mãe, Marcia. Ela, que não mede esforços para que tudo seja perfeito, me apoia, incentiva e me defende diante das barbaridades que escutamos a respeito dos pesquisadores de história. A estrutura basilar da minha família fez tudo ficar mais fácil e leve, e o caminho – tão árduo e dificultoso – se tornar prazeroso. Obrigada pelas conversas, leituras e cervejas nos finais de semana em que fui para casa. Um agradecimento especial ao meu pai, que não está mais entre nós, mas que, de certa forma, sempre me incentivou a estudar e é meu exemplo de profissional e professor. Pai, gratidão! Que um dia eu seja uma professora tão boa quanto você foi. Ainda na seção família, agradeço aos meus avós, que partiriam no entremeio desses dois anos. Não foi fácil e nunca será se reconstituir após tantas perdas, mas obrigada pelo carinho enquanto estiveram presentes.

Um ‘obrigada’ mais que especial à minha orientadora, Silvana. Agradeço pelas conversas, incentivos às pesquisas, por torcer e vibrar comigo diante dos sucessos nas pesquisas das fontes, pelo estímulo na tentativa do doutorado e por correr para fosse possível terminar o mestrado a tempo de ingressar nessa nova etapa. Obrigada por sonhar conosco, do grupo de estudos, e pela organização do evento *Mulheres e a escrita da história*. Agradeço também pelas leituras, cafés e encontros: só foi possível porque foi feito dessa maneira.

Aos professores Alexandre Barata e Karoline Carula, agradeço por terem aceitado participar da banca de qualificação e contribuírem significativamente em mudanças estruturais que foram fundamentais para a continuação dessa pesquisa. Suas perspectivas tornaram o trabalho mais completo e me elucidaram com novas formas de análise. Obrigada!

Agradeço também a todas as meninas que compõem o grupo de estudos sobre mulheres no Programa de Pós-graduação em História da UFJF (PPGHIST/UFJF): Cris, Natália, Carol, Louise, Flaviana, Olga, Nilciana e Kathleen. Obrigada pelos dias estudando,

pelas conversas em que vibramos juntas as conquistas realizadas, assim como pelas discussões enriquecedoras pelas redes sociais, considerando que até mesmo elas foram fundamentais para que o grupo crescesse. Gratidão, meninas! Agradeço também a todos os amigos que fazem parte do melhor núcleo da UFJF, o Núcleo de Estudos em História Social da Política (NEHSP)! Obrigada, Pedro, Érica, Diego, Eduardo, Raissa, Luísa e Paulo Henrique (que não faz parte oficialmente, mas está sempre conosco).

Um ‘obrigada’ especial para minha gêmea, Natália. Minha melhor amiga nessa caminhada: compartilhamos angústias, estudamos, lemos textos e mais textos e debatemos sobre todos os assuntos possíveis. Agradeço igualmente à minha amiga Cris, meu incentivo para que pudesse tentar o doutorado, meu melhor exemplo de pesquisadora e historiadora e que compartilhou comigo vivências inesquecíveis. A essas duas, agradeço pelas conversas intelectuais (e as não intelectuais também), pelas cervejas, caipirinhas, bolos de cenoura, cafés, viagens e muito mais. Obrigada também ao meu amigo Thomaz, que esteve comigo antes dessa trajetória se iniciar, nos momentos em que líamos os textos para ingressar no mestrado. Obrigada pela ajuda, pelas leituras e cervejas, assim como pelo incentivo. Sem vocês, nada disso seria possível.

Não poderia deixar de lado meus amigos que não fazem parte do mestrado da UFJF, mas que tornaram esse percurso mais leve. À minha amiga Helena, agradeço por ter compartilhado sua “casa na Corte” e deixado minhas pesquisas e apresentações de trabalho mais fáceis de serem realizadas – e obrigada também pelos cafés de máquina! Aos meus amigos Carol, Olívia, Cecília, Nayra, Fernanda, Mariana e Arthur por terem aturado minhas reclamações e meu desespero ao longo desses dois anos. E obrigada a todos os amigos que não foram citados aqui, mas aos quais também sou grata.

Agradeço também a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que sobrevive (por aparelhos) a esse governo detestável que estamos passando. Graças a essa instituição de fomento à pesquisa pude desenvolver meu trabalho de forma exclusiva ao longo desses dois anos. Obrigada por permitir que tantos jovens pesquisadores realizem seus sonhos através das bolsas, as quais nos permitem sobreviver enquanto produzimos nossos estudos.

Por fim, mas não menos importante, obrigada à Universidade Federal de Juiz de Fora! Desde que ingressei na graduação, em 2013, me apaixonei por essa universidade e por todas as possibilidades que são oferecidas aos jovens estudantes. Obrigada por me permitir crescer, explorar o mundo (graças a um intercâmbio realizado durante a graduação), conhecer amigos e professores e descobrir um infinito de expectativas e sonhos!

“O progresso não pode levar o homem adiante para deixar a mulher atrás... O futuro só vencerá o passado quando colocar a mulher junto de si. Até aqui ele não merece a vitória” (MARMOTA FLUMINENSE, [1856], p. 4).

RESUMO

O objetivo desta dissertação é destacar a presença das mulheres no periódico oitocentista *Marmota*. Além disso, este trabalho pretende perceber como questões referentes ao universo feminino estavam relacionadas aos ideais de progresso e civilização que norteavam a nação na década de 1850. Para isso, os escritos das mulheres são questionados a partir de noções educacionais, matrimoniais, maternais, de feminilidade e política. A *Marmota* circulou na Corte no século XIX, entre os anos de 1849-1864, era composta por quatro páginas, editada duas vezes por semana e afirmava-se como uma folha voltada ao público feminino. Inicialmente, este trabalho contextualiza para as(os) leitoras(es) o que foi o jornal e como surgiu ali um espaço para a atuação das mulheres. Também são analisadas certas publicações moralizantes ao comportamento feminino, as quais tinham como objetivo principal civilizar as leitoras da *Marmota*. Na terceira seção, são demonstradas quais as reivindicações femininas escritas por mulheres apareciam nesse jornal e como elas se colocavam relacionadas às condições de progresso. Por fim, na quarta seção, é realizada uma série de análises do Projeto de Lei *Não há de se casar*, que foi debatido na Câmara dos Deputados, e resultou em uma sequência de proposições que circularam na imprensa entre 1854-1855. A partir das publicações postas na *Marmota* sobre o tema, são percebidas a civilidade em torno dos militares, as respectivas contestações femininas e a força social que as objeções formadas a partir da agência das mulheres alcançariam. Conclui-se que a imprensa foi fundamental ao oferecer um espaço, mesmo que mínimo, para que as mulheres do Oitocentos pudessem expor suas oposições às questões pertinentes ao período. De modo semelhante, nota-se como o *bello sexo* utilizou as noções de desenvolvimento da nação como estratégias, a fim de alcançar certas reivindicações.

Palavras-chave: Mulheres. Imprensa. Civilidade. Civilização. Século XIX.

RÉSUMÉ

Le but de cette thèse est de mettre en évidence la présence des femmes dans le journal *Marmota* et de comprendre comment les questions liées à l'univers féminin étaient liées aux idéaux de progrès et de civilité qui ont guidé la nation dans les années 1850. Pour cela, nous avons interrogé les écrits des femmes de des notions d'éducation, de mariage, de maternité, de féminité et de politique. Le *Marmota* diffusée à la Cour au XIXe siècle, entre les années 1849-1864, était composée de quatre pages et éditée deux fois par semaine, en plus, elle était présentée comme une feuille destinée au public féminin. Dans le premier chapitre, nous cherchons à contextualiser pour les lecteurs ce qu'était le journal, comment l'espace où les femmes y ont agi, ainsi que l'analyse de certaines publications moralisantes sur le comportement féminin dont l'objectif principal était de civiliser les lecteurs de le journal; dans le deuxième chapitre, nous avons essayé de démontrer quelles affirmations féminines écrites par des femmes sont apparues dans ce journal et comment les conditions de progrès étaient liées; enfin, dans le troisième chapitre, nous apportons une série d'analyses du projet de loi *Não há de se casar* qui a été débattu à la Chambre des représentants et a abouti à une séquence de propositions qui ont circulé dans la presse entre 1854-1855 - en se concentrant sur les publications publiées dans le *Marmota* - de cela, nous percevons la civilité autour des militaires, leurs contestations féminines et les forces sociales que les objections des agences féminines pourraient atteindre. Nous concluons que la presse a contribué à fournir un espace, même minimal, aux femmes des années 1800 pour exposer leurs oppositions aux questions relatives à la période et à la manière dont le *bello sexo* a utilisé les notions de développement de la nation comme stratégie afin de réaliser certaines revendications.

Mots-clés: Femmes. Presse. Civilité. Civilisation. Siècle XIX.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	CHEGADA AO TEMA DE PESQUISA.....	13
1.2	DEBATE HISTORIOGRÁFICO	14
1.3	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	17
2	ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E OBJETIVOS DA <i>MARMOTA</i>: UM JORNAL PARA AS MULHERES NA DÉCADA DE 1850.....	19
2.1	O QUE ERA A <i>MARMOTA</i> : ESTRUTURA, EDITORES E REDATORES.....	19
2.2	REPRESENTAÇÃO DA <i>MARMOTA</i> NA DÉCADA DE 1850.....	23
2.3	IMPRENSA DESTINADA ÀS MULHERES E O CONTEXTO HISTÓRICO DA DÉCADA DE 1850	29
2.3.1	Leitores ou leitoras? Gênero e a divisão dos artigos na <i>Marmota</i>	32
2.4	“DESENVOLVER A CIVILIDADE DO PÚBLICO FEMININO”: COLABORADORES E O PAPEL INSTRUTIVO DO JORNAL	38
2.4.1	As mulheres enquanto escritoras: perspectiva relacional.....	48
3	ESCRITOS E ESTRATÉGIAS DAS MULHERES NA <i>MARMOTA</i>	51
3.1	ESCRITORAS.....	51
3.2	NEGOCIAÇÕES E ESTRATÉGIAS	54
3.3	“MULHERES DE LETRAS”: O ROMANCE HISTÓRICO E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO.....	59
3.4	EDUCAÇÃO FEMININA: ESCRITORAS, PROFESSORAS E MÃES	64
3.5	MATRIMÔNIO.....	69
3.6	AMOR.....	80
3.7	BELEZA	83
3.8	POLÍTICA.....	87
4	“A ESPOSA DO MILITAR É A FARDA”: A LEI <i>NÃO HÁ DE SE CASAR</i>, CIVILIZAÇÃO E CONCEPÇÕES SOCIAIS ATRAVÉS DA <i>MARMOTA</i>	91
4.1	“QUE MAL HÁ EM SER FALADEIRA?”.....	92
4.2	PROGRESSO E CIVILIZAÇÃO A PARTIR DO PROJETO <i>NÃO HÁ DE SE CASAR</i>	94
4.3	“SÚBITO DESTE TORPOR DESPERTOU A TRISTONHA GUANABARA AO ESTAMPIDO DO - NÃO HÁ DE CASAR! -”.....	108
5	CONCLUSÃO.....	122
	REFERÊNCIAS.....	124

1 INTRODUÇÃO

O periódico fluminense *Marmota* (1849-1864) afirmava, desde suas primeiras edições, que o objetivo do jornal era “instruir e atingir a civilidade do público feminino” (MARMOTA FLUMINENSE, 07 set. 1849, p. 01). No mais, inserida no contexto da década de 1850, a folha compartilhava, com determinada frequência, artigos e considerações sobre o progresso e o desenvolvimento almejado pela nação, a fim de atingir certo nível de civilização. Nessa mesma década, uma série de literatos pensava e escrevia romances históricos, nos quais abordava a construção da nação.¹ Essas reflexões também podem ser encontradas em outros jornais publicados no mesmo período da *Marmota*².

Para entendermos como foi formada e delimitada a finalidade da publicação de tal periódico – instruir e civilizar as mulheres –, buscamos compreender o significado dos conceitos de civilidade, civilização e progresso no século XIX. Para isso, recorreremos ao dicionário de Moraes e Silva, de 1877:

Civilidade: Ação de homem do povo (civilidade, polidez). Civilidade é propriamente uma disposição habitual, que nos faz evitar no comercio da vida e no trato com os homens, tudo que pode ofendê-los ou desagradá-los. A polidez acrescenta à civilidade o cuidado que pomos em agradar e obrigar os outros. (SILVA, 1877, p. 390).

Civilização: O ato de civilizar; o estado do povo civilizado. (SILVA, 1877, p. 390).

Civilizado: Policiado, polido. Civilizado diz-se de um povo, quando tendo deixado os costumes bárbaros se governa por leis. Policiado quando pela obediência às leis tem adquirido o hábito das virtudes sociais. E polido quando em suas ações mostra elegância, urbanidade e gosto. (SILVA, 1877, p. 390).

Progresso: adiantamento em proveito ou efeito. Fazer progresso nas artes, nas ciências. Fazer progresso na virtude. O progresso da vida, o progresso da idade (SILVA, 1877, p. 512).

Partindo de tais definições podemos realizar algumas observações. Tenhamos em mente que o jornal, no século XIX, era o maior meio de comunicação da época. Além de informar, o periódico também buscava, através de seus artigos, instruir e educar seu público leitor. A *Marmota*, em específico, declarou, logo em sua primeira edição, que seria um jornal

¹ Para maiores informações, veja: CANO, 2001.

² Optamos por utilizar o artigo feminino ao mencionarmos a *Marmota*, tendo em vista que o jornal se autorreferia dessa forma.

dedicado às mulheres e, por isso, publicaria assuntos, supostamente, de interesse das senhoras.

Nesses artigos voltados para o público feminino, dominavam escritos que trabalhavam com a abordagem do comportamento feminino ideal. Percebemos que o jornal buscava, em diversas edições, ensinar às mulheres como se comportarem, principalmente, diante de situações como o matrimônio e a maternidade. Enquanto mães, por exemplo, elas deveriam se atentar para com o ensinamento dos filhos, a fim de formarem bons cidadãos. Assim, elas estariam demonstrando preocupação com o processo de construção da nação, que estava em desenvolvimento em meados do Oitocentos.

Os artigos também se ocupavam com a temática relativa à educação das mulheres. De acordo com Gisele Gomes, a imprensa feminina, a partir da década de 1820/30, tinha como objetivo criar discursos a favor desse ensino. Desse modo, os jornais partiam da ideia de que se as mães fossem educadas, poderiam oferecer um maior nível educacional aos filhos (GOMES, 2009). Assim como exposto por Karoline Carula, “desde o início do Oitocentos, a imprensa periódica se empenhou na causa da educação feminina” (CARULA, 2016, p. 262).

No mais, a folha, partindo da noção de função instrutiva dos jornais oitocentistas, ocupava-se em garantir que as mulheres – principal público leitor – soubessem se portar diante de situações ocasionadas pela busca ao progresso, civilização e desenvolvimento da nova nação brasileira. Nesse sentido, Barbosa Lima Sobrinho (1923, p. 26) escreveu sobre a imprensa do Oitocentos:

A imprensa ensina, educa, dirige, inspira. A moral de um povo – escreve modernamente Delafosse – depende primacialmente do que ele lê. O livro e o jornal são educadores. Eles animam os sentimentos, despertam as suas ideias, modelam a sua consciência: criam-lhe, numa palavra a alma.

Uma das principais ideias expressas nos artigos apresentados no jornal era esta: a civilidade. Como vimos pelo significado exposto anteriormente, a civilidade era uma prática que buscava traçar uma melhor educação e a forma ideal de agir entre os sujeitos da época. Logo, tais artigos procuravam definir um modelo de conduta que, caso seguido, permitiria que as mulheres adotassem os preceitos dispostos em nações civilizadas. Partindo dessa noção, a civilidade agia como um determinante para atingir o progresso e o desenvolvimento do país. E as mulheres, enquanto mães, exerciam um papel essencial na construção do Estado.

Portanto, a pesquisa aqui apresentada toma como objetivo destacar como as mulheres ocuparam a imprensa do século XIX, fortalecendo as concepções que defendiam sua presença no espaço público e privado. Este trabalho também visa demonstrar como essas mulheres

utilizaram estrategicamente as noções de progresso, civilidade e civilização, que pautavam o conteúdo da *Marmota*. Para compreendemos o significado de progresso, respaldamo-nos no sentido proposto por André de Azevedo: “com efeito, a palavra ‘progresso’ foi utilizada abrangendo o campo de significações pertinente à ideia de civilização, à qual estavam ligadas as dimensões moral, comportamental, cultural, estética, político-social e material” (AZEVEDO, 2016, p. 71). Nessa via, as mulheres oitocentistas também tiveram seu papel na construção da nação, processo que não coube apenas à elite política, dominada por homens, como ressaltou José Murilo de Carvalho (1996a).

Para entendermos a diferença entre civilidade e civilização, ambos os termos utilizados na *Marmota*, utilizamos noções construídas pelos historiadores Jean Starobinski e Roger Chartier. De acordo com Starobinski, a palavra civilização “é um conceito unificador”, logo, o termo designa um processo – tal qual aparece nos escritos da *Marmota*. Starobinski ainda alerta que, ao definir e utilizar a noção de civilização como um processo, entende-se que seu antagonismo é o primitivo e a barbárie. De fato, essa ideia pode ser observada a partir da leitura da *Marmota*: o Brasil precisava atingir a civilização para se afastar, cada vez mais, das noções primitivas que possuía (STAROBINSKI, 2001).

Para alcançar a civilização, o Estado utilizava a imprensa como espaço de instrução. Assim, nos escritos da *Marmota*, noções de civilidade eram apresentadas. Nesse sentido, pregavam-se condutas ideais a serem seguidas a fim de atingirem certo nível social e, por consequência, a civilização. Ensinava-se a civilidade³ a fim de tornar o todo civilizado. Starobinski também aborda, em seu texto, o que ele chama de “instâncias civilizadoras”, ou seja, espaços nos quais o ideal de civilização atua sobre os sujeitos. De acordo com o autor, essas instâncias seriam: o tempo, as letras, a corte, as artes e a conservação das damas (STAROBINSKI, 2001). Nesse sentido, acrescentaríamos aqui, dentro da concepção das letras, o papel dos periódicos.

No que se refere à civilidade em si, para Chartier, ela tem como objetivo:

[...] anular-se como discurso proferido ou ouvido para transformar-se num código de funcionamento em estado prático, feito de adaptações espontâneas, subtraídas em grande parte a consciência, às situações diversas com as quais o indivíduo pode ver-se confrontado. (CHARTIER, 2004, p. 49).

³ Starobinski (2001, p. 29) acrescenta que civilidade e polidez são qualidades, e não ações. Por isso, elas precisam do processo transformador da civilização.

No mais, o autor ainda afirma que a civilidade seria algo possível de ser ensinado e aprendido, ideia igualmente apresentada nos textos da *Marmota*.

Além de tudo, a civilidade também se diferencia através do sujeito. Determinados comportamentos sociais são aceitáveis para certo gênero, classe e/ou raça, mas inaceitáveis para outros. Assim sendo, a civilidade que a *Marmota* apresentava em suas folhas era para um grupo de mulheres – em sua maioria branca – que, através da capacidade da leitura, poderiam e deveriam se instruir conforme as indicações postas no periódico. A condição e as relações sociais dos sujeitos envolvidos determinam as condutas corretas a serem seguidas (CHARTIER, 2004). Apesar de Jean Starobinski e Roger Chartier fazerem – e citarem antigos autores que também fizeram – uma distinção entre o conceito de civilidade e polidez, nos textos da *Marmota* não encontramos essa diferença. No periódico, os termos são tratados com o mesmo significado, ambos remetendo, principalmente, à educação e à cultura.

Destacamos que, através da presente pesquisa, buscamos compreender a relação entre as mulheres oitocentistas e os conceitos de civilização, civilidade e progresso a partir da imprensa. Logo, o objeto da pesquisa são as mulheres, e a fonte principal o periódico *Marmota*. Neste, procuramos analisar, considerando o contexto social, político e cultural do período, a forma como as mulheres utilizaram estratégias sociais para se inserirem nos jornais. Nesse sentido, refletimos sobre como elas foram fundamentais no processo de construção da nação, mesmo que de forma indireta.

Recordamos que, para compreendermos as mulheres a partir de sua participação na imprensa oitocentista, é fundamental que possamos entendê-las como uma categoria política e como sujeitos ativos da história. Afinal, elas estavam negociando espaços e ocupando lugares em que a sociedade paternalista – baseada em conceitos de dependência – negava a elas⁴. Assim, como argumenta Sidney Chalhoub, apesar de viverem relações de dependência e estarem subordinadas aos poderes centrados nos sujeitos masculinos, as mulheres não eram *sujeitas* passivas e, portanto, estavam aptas a seguirem seus objetivos e anseios (CHALHOUB, 2003).

Por fim, é necessário entendermos que a história das mulheres, por muito tempo, desequilibrou o padrão historiográfico, já que propunha uma nova forma de contar a história. Essa nova maneira mostra as conquistas das mulheres no decorrer da história e, portanto, constrói um método diferente de analisar as fontes. Nesse aspecto, compactuamos com a exposição feita pela historiadora Joana Maria Pedro, a qual afirma que, “desta forma, uma

⁴ Para compreender os conceitos de paternalismo e a relação de dependência, veja CHALHOUB, 1990, 2003.

história feminista torna-se uma maneira de fazer a crítica da maneira como esta história é narrada e como esta disciplina atua, tornando-se um “lugar de produção do saber de gênero” (PEDRO, 2005, p. 87). Buscamos, assim, contribuir para o campo historiográfico que analisa as fontes a partir do conceito de gênero.

1.1 CHEGADA AO TEMA DE PESQUISA

Os jornais como uma fonte de pesquisa nos instigaram desde os primeiros anos da graduação. Despertados pela curiosidade de se trabalhar com essa fonte, a leitura de periódicos oitocentistas se tornou uma atividade atraente. Assim sendo, optamos por um caminho historiográfico que nos levaria a trabalhar com a imprensa como fonte primária. Logo, motivados por isso, fomos apresentados ao periódico que é utilizado nessa dissertação, a *Marmota*.

Em um primeiro momento, buscávamos trabalhar com a literatura nos jornais oitocentistas, mas as pesquisas nos levaram a outros caminhos. Na ocasião em que iniciamos a leitura da *Marmota*, constatamos uma presença feminina que nos pareceu, de imediato, inovadora. As mulheres eram não apenas leitoras, mas também escritoras dessa folha. Acreditando que essa presença era incomum naquele período, decidimos que mudaríamos o foco da pesquisa, deixando de lado a questão da literatura nos periódicos e partindo para uma reflexão sobre a escrita feminina. Desse modo, a análise de gênero respaldaria o trabalho.

Logo, a mudança de perspectiva foi fundamental para que o trabalho chegasse às conclusões que estão apresentadas nesta dissertação. Isso porque passamos a trabalhar com outra perspectiva que foi, após leituras e conversas, modificando-se e sendo redefinida até chegarmos às relações aqui estabelecidas: imprensa, mulheres e civilização. As noções postas de desenvolvimento do país nos permitiram refletir sobre o lugar das mulheres nesse período. As mulheres, enquanto mães, esposas e primeiras educadoras, possuíam um espaço essencial nessas discussões. Na percepção expressa pela *Marmota*, elas eram fundamentais para que o Brasil atingisse o patamar de país civilizado.

No entanto, apesar de destacarmos as funções matrimoniais e maternas, buscamos pensar as mulheres para além desses papéis. Logo, observamos que, a partir de estratégias e negociações, elas estiveram presentes na imprensa e pensavam as condições de desenvolvimento do país não apenas como mães, mas também como escritoras. Dessa forma, focamos na relação entre as mulheres e as noções de progresso como nosso objeto principal de pesquisa, tomando a imprensa oitocentista como fonte principal para essa análise.

Findamos essa explicação ponderando sobre as análises das fontes nas investigações históricas e as surpresas que elas podem promover. Esperávamos, inicialmente, encontrar textos e indagações diferentes daquelas que foram analisadas. Por isso, reconhecemos que a contextualização da década de 1850 foi fundamental para abordarmos a perspectiva de civilização e progresso na construção deste trabalho. A fonte, por vezes, leva a caminhos inesperados, mas que, por fim, conduzem o historiador a uma fundamentação histórica mais precisa e, conseqüentemente, à construção de um trabalho mais completo. Dessa forma, alcançamos as conclusões apresentadas ao longo desta dissertação.

1.2 DEBATE HISTORIOGRÁFICO

Este trabalho é norteado por uma perspectiva analítica de gênero, estando inserido no campo história social. Nesse sentido, consideramos as mulheres como agentes de sua própria história e buscamos pensar seus escritos a partir dessa noção. Também acreditamos que foi no cotidiano e na escrita diária que as mulheres conseguiram reivindicar suas posições e alçar espaços dantes inimagináveis. Assim, recordamos que, para atingirem aqueles objetivos, a imprensa foi um caminho fundamental.

A historiadora Carla Pinsky demonstrou, em um artigo, a maneira como a história social poderia melhor se desenvolver quando atenta para o conceito de gênero. Para isso, deveria haver um olhar mais atento para as relações sociais que foram – e são – imbricadas pelas relações de poder resultantes da diferenciação social e cultural imposta sobre o feminino e o masculino (PINSKY, 2009). Desse modo, cabe reiterar que concordamos com essa perspectiva e pretendemos desenvolvê-la ao longo da análise proposta.

Fixada a noção de história social, destacamos dois trabalhos de Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade* (1990) e *Machado de Assis, historiador* (2003), e o recente estudo da historiadora estadunidense Camillia Cowling (2018). Esta, na mesma perspectiva de Chalhoub, elaborou uma investigação social, introduzindo, entretanto, uma interpretação voltada para análise de gênero. Embora ambos os pesquisadores abordem questões relativas à escravidão em seus trabalhos, valemo-nos deles para entendermos as ações dessas escritoras que compunham a *Marmota*.

A partir da interpretação posta por Sidney Chalhoub, optamos por trabalhar com a noção de sociedade paternalista – apesar de compreendermos que, no contexto exposto, também caberia analisarmos a temática baseada na concepção de sociedade patriarcal. Essa escolha foi baseada no esforço em entender a agência dos sujeitos sociais ligada às inter-

relações de dependência (CHALHOUB, 1990). No caso do presente trabalho, procuramos compreender as mulheres como sujeitos participantes da história, apesar de estarem inseridas em um sistema em que a classe senhorial mantinha uma relação de poder sobre elas. Assim, as mulheres, no cotidiano, encontraram maneiras de se tornarem *sujeitas* ativas.

No que se refere à abordagem de gênero, tomamos como base uma perspectiva social, ou seja, buscamos entender os sujeitos na história: quem eram as mulheres que escreveram no jornal e de que forma elas foram representadas. Para isso, recorremos ao artigo de Louise Tilly (1994), no qual a pesquisadora propõe um estudo de gênero como categoria analítica de forma diferente daquele apresentado pela norte-americana Joan Scott (1995). Isto porque Tilly, em seu trabalho, demonstra preocupação com o contexto, com uma concepção histórica na compreensão dos sujeitos. Nesse sentido, ela aponta que os estudos de gênero, além de pensarem as relações de poder imbricadas, também deveriam se preocupar com as experiências das mulheres estudadas.

Ainda sobre a interpretação da história social das mulheres nesta pesquisa, outra referência fundamental foi o livro *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850 – 1937)*. A partir dessa obra de June Hahner (1981), compreendemos como se iniciou o interesse no estudo de mulheres e a razão de se fazer uma história em que elas fossem as protagonistas. A autora, na obra supracitada, também aborda como esse movimento estava relacionado à expansão do sentido de fonte para os historiadores (as). Nessa nova onda historiográfica, inclusive, o jornal é citado como uma possível fonte para analisar a história das mulheres em vários sentidos, como “as percepções que as mulheres têm de seus papéis e sobre as relações de poder entre homem e mulher, ou então para pesquisar a prescrição de papéis e a insatisfação com eles e tentar relacioná-los ao comportamento real” (HAHNER, 1981, p. 21).

Sobre a imprensa feminina, a professora doutora Constância Lima Duarte (2017) é outra autora fundamental. Através de sua obra, *Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: Século XIX: Dicionário Ilustrado*, pudemos conhecer e reconhecer diversos outros periódicos que compartilharam características com a *Marmota*. Os trabalhos da pesquisadora sobre mulheres escritoras, como sua obra a respeito de Nísia Floresta (DUARTE, 1995), foram enriquecedores em nosso processo de escrita. Além disso, ela nos auxiliou a pensar a melhor forma para abordar as mulheres que compuseram os escritos da *Marmota* (DUARTE, 2009).

Ademais, sobre a história da imprensa, a expressão utilizada por Lericé Garzoni (2012), “arena de combate”, nos atende grandemente na análise do periódico trabalhado. Assim como exposto por Garzoni, entendemos a *Marmota* como uma arena, na qual os

homens escreviam e as mulheres encontraram espaço para a divulgação de suas concepções. No mais, compreendemos que tais mulheres nem sempre estavam conscientes das ações que seus escritos poderiam gerar e os debates promovidos pelas folhas se tratavam de uma troca de experiências entre as escritoras e as leitoras.

No que tange as questões referentes ao processo de construção da nação, baseamo-nos em dois textos principais. O primeiro deles é o livro de Bernardo Ricupero (2004), no qual, a partir de romances literários, o autor refletiu sobre a construção da nação brasileira. Para isso, Ricupero fez um paralelo com a formação da unidade nacional argentina, utilizando-se do que hoje podemos chamar de “perspectiva transnacional”. Dessa forma, foi possível analisarmos algumas situações colocadas na *Marmota*. Além disso, também nos respaldamos no artigo de Manoel de Guimarães (1988), através do qual o autor examinou a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e sua importância no processo de construção, progresso e civilização nacional.

Destacamos também alguns trabalhos que se atentaram a questões referentes à *Marmota*, mas que partiram de concepções distintas das trabalhadas neste estudo. Este fato, aliás, demonstra as várias formas de abordar o jornal como fonte de pesquisa. Nesse sentido, temos o trabalho de Rinaldo Cavalcanti dos Santos (2009), que pesquisou e analisou a primeira fase da folha, conhecida como *A Marmota na Corte*. O pesquisador catalogou cada edição da primeira fase do periódico (1859-1852) e abordou as maneiras como diversos temas se apresentaram no jornal através de prosa, poesias, anedotas, charadas, motes e glosas.⁵ Santos dedicou ainda um subcapítulo à participação das mulheres no periódico, mas o fez de maneira rápida, tendo em vista que uma análise integral não era o objetivo de seu trabalho.

Assim como Santos, Juliana Simionato (2009) realizou uma pesquisa sobre a *Marmota*. A autora investigou o perfil editorial da folha, focando na relação estabelecida com Machado de Assis. Além disso, Simionato também analisou os escritos de Machado editados na tipografia de Francisco de Paula Brito, editor da *Marmota*. Para isso, abordou rapidamente a história do periódico, passando por todas as suas fases. Em suma, o objetivo de Simionato foi reunir todos escritos de Machado de Assis na folha durante o período de sua colaboração (1855-1861).

Outro trabalho fundamental foi a tese de Rodrigo Godoi (2016) sobre o editor da *Marmota*, Francisco de Paula Brito. Godoi desenvolveu uma relevante pesquisa levantando

⁵ Muito habituais no periódico e em sua época, de forma geral, os motes e glosas constituem um desafio literário. O mote é composto por dois versos e a glosa segue o mote com um poema. Neste, cada estrofe é finalizada por um verso utilizado no mote.

dados a partir de diversos momentos da trajetória de vida daquele sujeito, responsável pela edição de inúmeros livros e jornais, incluindo o seu próprio, a *Marmota*. Essas pesquisas, descritas acima, foram indispensáveis durante o processo de formação do presente trabalho. A partir delas, foi possível organizar a maneira que desenvolvemos este estudo e de qual forma ele foi elaborado, visto que elas contribuíram de modo determinante para o andamento desta investigação.

Foi nesse sentido que a pesquisa começou a se formar. A leitura e a investigação do conteúdo da *Marmota* foram realizadas a partir da perspectiva adquirida após o estudo das pesquisas desses historiadores e da forma como eles encararam os objetos colocados em questão. Tendo isso em vista, expomos, a seguir, a maneira como distribuímos as seções desta dissertação.

1.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho foi dividido em seções, a fim de que fosse possível entender melhor a relação entre a cultura impressa e as mulheres no Oitocentos. Na próxima seção, optamos por adentrar no universo da *Marmota* e compreender a maneira como a folha se formou como um periódico voltado ao público feminino. Dessa forma, caracterizamos uma série de publicações e nos dedicamos a entender como os redatores se referiam àquele público leitor, delimitando seções destinadas às mulheres e exercendo, através das publicações, um discurso moralizante. Também procuramos analisar a inserção do jornal no contexto da década de 1850, observando, inclusive, como a criação de diversas outras *Marmotas*, produzidas no mesmo período, se relacionaram com a folha carioca a ponto de elas trocarem publicações. A elaboração de outros jornais no mesmo molde do periódico pode nos dizer muito a respeito de sua extensão, da maneira como ele se impôs à província fluminense e da influência que exercia no restante do país. Percebemos, igualmente, que folhas diárias de ampla circulação também mantiveram certa relação com a *Marmota*.

O objetivo da segunda seção, portanto, é compreender a formação da *Marmota* enquanto imprensa feminina; sua função moralizante, no que refere às noções de educação das leitoras e do progresso do país; o lugar que a folha fluminense possuía no período em que circulou na Corte brasileira; e suas inter-relações com outras localidades. Afirmamos, ao longo da introdução, que faremos uma história das mulheres tendo a *Marmota* como fonte. Para tanto, nessa seção, iremos nos debruçar sobre o periódico, a fim de compreender melhor essa fonte. Justificamos a necessidade de realizar esse trabalho com a perspectiva proposta

por René Zicman (1985). Esta historiadora afirma que mesmo as análises que investigam a história através da imprensa devem se ocupar em traçar as principais características dos jornais consultados. Zicman alerta, portanto, o quanto é fundamental historicizar os periódicos.

Na terceira seção, analisamos os escritos das mulheres que publicavam na folha e, a partir de suas aparições, buscamos entender o lugar que a imprensa feminina dedicava a elas. Além disso, procuramos compreender as estratégias e negociações que as colocaram como participantes dessa imprensa. Analisamos os escritos dessas mulheres como formas de pensar a construção da nação, a educação feminina, o padrão de beleza do Oitocentos, as objeções aos casamentos forçados – tão habituais naquela sociedade –, a idealização do amor através das poesias e, por fim, uma crítica à exclusão da participação feminina na política. Ao constatamos essas estratégias, inferimos que certas questões se baseavam em concepções preestabelecidas sobre a construção da unidade brasileira e, por isso, refletimos a respeito delas.

Por fim, na quarta seção, optamos por analisar uma série de publicações elaboradas como forma de oposição ao Projeto de Lei *Não há de se casar*, que estava em discussão na Câmara dos Deputados, na década de 1850. O projeto em questão foi colocado na imprensa e, a partir das proposições apresentadas e das diversas críticas postas, seu debate na Câmara não teve prosseguimento. Ao investigarmos esse contexto, concluímos que os militares faziam parte das reflexões que propunham civilizar o país. Diante disso, o Estado almejava controlar a *classe dos militares* e os matrimônios a serem realizados pelos mesmos. Insatisfeitos, as mulheres e os militares demonstraram a força das reivindicações sociais e, especificamente as mulheres, descontentes com tais proposições, evidenciaram sua agência.

Assim, mais uma vez o desenvolvimento da nação estava em jogo, e as mulheres, através da *Marmota*, apresentavam certa preocupação com o correr desses debates. Nessa via, em tal parte da dissertação, o recorte de classe se faz mais necessário, considerando-se que o projeto de lei debatido atingiria, principalmente, as mulheres mais pobres, como é apontado ao longo da quarta seção. Tal trecho também se torna fundamental para compreendermos as forças sociais dispostas no universo feminino e, portanto, uma agência social das mulheres.

2 ESTRUTURA, COMPOSIÇÃO E OBJETIVOS DA *MARMOTA*: UM JORNAL PARA AS MULHERES NA DÉCADA DE 1850

O objetivo desta seção é apresentar para as (os) leitoras (leitores)⁶ o que era a *Marmota*. Em diversos aspectos, pretendemos destacar como o periódico se formou, de que modo ele se definiu como destinado ao público feminino e, neste sentido, de que maneira suas publicações foram se direcionando para determinadas (os) leitoras (es) de forma moralizante e instrutiva.⁷ Além disso, apontamos questões relativas à impressão, formato e edição da *Marmota*, bem como sobre os sujeitos que estavam por trás do desenvolvimento dessa folha. Estes últimos eram especialmente relevantes, visto que determinavam as temáticas que seriam publicadas. Afinal, o jornal, por si só, não podia expressar nenhum debate, estando suas discussões relacionadas às escolhas daqueles sujeitos. Frisamos ainda que os jornais, assim como abordado por Chartier (1999), exprimiam uma intenção. Neste sentido, o objetivo da *Marmota* era disseminar um comportamento ideal a ser seguido pelas leitoras, em um momento que estavam em pauta questões tangentes ao progresso da nação.

2.1 O QUE ERA A *MARMOTA*: ESTRUTURA, EDITORES E REDATORES

Nesse trecho, destacamos os editores, redatores e proprietários da *Marmota*, tendo em vista que precisamos compreender o jornal para além de seu conteúdo. O periódico não se construiu sozinho e, por isso, resgatamos, mesmo que rapidamente, os indivíduos que organizavam a folha. Seguimos a concepção proposta por Darnton (2008), quando o autor afirma que é essencial entender os sujeitos nas análises historiográficas. De modo semelhante, adotamos o conceito de ‘paradigma indiciário’, utilizado por Ginzburg (2007) para destacar a necessidade de refletir a respeito do documento a ser analisado. Assim, investigamos a respeito da época, da elaboração e da destinação do documento que, no caso, é a *Marmota*.

⁶ A ordem aqui foi invertida propositalmente. Optamos por colocar as mulheres como principais leitoras em potencial deste trabalho, considerando que buscamos compreender e contribuir com uma perspectiva concernente à história de gênero.

⁷ É necessário frisarmos que o termo “moralizante”, utilizado por nós com certa frequência ao longo deste trabalho, foi atribuído às publicações pela autora. Partimos da ideia do conceito atual do termo: aquilo que moraliza seria o que “corrige, edifica e educa” - um propósito seguido pela *Marmota*, tendo como base os textos compartilhados pelo jornal (MORALIZA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/moraliza/>. Acesso em: 15 fev. 2020).

Seguimos também as noções postas por uma historiografia da imprensa, através da qual se julga necessário expor a estrutura do jornal a ser utilizado no trabalho de pesquisa. Neste aspecto, citamos, a título de exemplo, o trabalho de Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros (2003), autores que desenvolveram uma ficha técnica a partir da qual é possível interpretar os periódicos a serem trabalhados. Além daqueles, temos também a pesquisa de Karoline Carula (2016) sobre a imprensa feminina no final do Oitocentos, em que a autora caracterizou os jornais a serem analisados. Desse modo, abordaremos, brevemente, sobre a composição do periódico, seu proprietário, seus redatores e editores, assim como suas tiragens, seções e páginas, para que possamos compreender a complexidade da construção da folha. A figura 1 apresenta a primeira página da edição inaugural da *Marmota*:

Figura 1 – Primeira página da edição inaugural da *Marmota*



Fonte: Hemeroteca Nacional (2019)

A fim de explicar a folha, começemos pelo título. A razão para o nome do periódico pode ser encontrada na definição da palavra, que transcrevemos de acordo com o dicionário de Moraes e Silva (1858, p. 336):

Marmota, s.f. (do Fr. Marmote, animal dos Alpes, que os moços Saboianos andam mostrando por dinheiro, e que trazem em uma boceta, ou caixa, como

também trazem às vezes para o mesmo fim uma câmara ótica; o que causou a confusão dos nomes) Caixa onde se põe estampas de países, e um espelho, onde elas se pintam, e olha-se por uma lente de aumentar a vista, para ser acrescentadas as figuras das estampas, e os espaços, etc. no espelho que mira a lente da marmota. É o seu legítimo nome câmara ótica.

No século XIX, “marmota”, além de ser um “animal dos Alpes”, era uma nomeação possível para “câmera ótica”, objeto que funcionava como uma lente. Logo, a marmota permitia que o indivíduo enxergasse melhor. Nesse sentido, o título do periódico foi elaborado tendo como base tal interpretação. Segundo Rinaldo dos Santos (2009), na época de circulação do jornal, surgiram diversas folhas que traziam em seus nomes essa ideia de “observação” ou “investigação”. Entre eles, estão *A Luneta*, *Observador Constitucional* e *O Espectador*. Assim, o nome do periódico pode ser encarado como uma estratégia tipográfica (CHARTIER, 1996). Ainda sobre o substantivo, no aniversário de dez anos do jornal, seu então redator, Francisco de Paula Brito, escreveu um artigo, no qual dizia: “bicho dos alpes, ou câmara ótica, a *Marmota* continuará a ser vigilante atalaia dos interesses do povo, das letras, da ciência, do comércio, da indústria e das artes” (A MARMOTA, 09 set. 1859, p. 02).⁸

O periódico sofreu algumas modificações no decorrer de sua existência e teve dois redatores principais, Próspero Ribeiro Diniz e Francisco de Paula Brito. Com o formato de quatro páginas, o jornal custava oitenta réis nos primeiros anos, mas chegou ao valor de cento e sessenta réis. A *Marmota* era impressa pela tipografia de Francisco de Paula Brito, posteriormente nomeada *Dous de Dezembro*. Com sua primeira edição em 1849, o periódico foi publicado duas vezes por semana, ininterruptamente, até 1861. Em 1864, contudo, houve um retorno inesperado do periódico. Inesperado porque Francisco de Paula Brito morreu ao final de 1861, o que justifica os dois anos em que a folha cessou suas atividades.

Em função das diversas mudanças, classificamos a *Marmota* em quatro fases distintas. A primeira fase contempla o envolvimento de Próspero Diniz, indo de 1849 até 1852, período no qual o jornal foi publicado com o nome de *A Marmota na Corte*. A segunda fase contou com transformações significativas, tais como: o jornal passou a ter três colunas, a custar cento e vinte réis e a ser editado e redigido apenas por Paula Brito. Esta etapa abrange os anos de 1852 a 1857, quando o jornal recebeu o nome de *Marmota Fluminense*. Durante esse período, Paula Brito também desenvolveu sua tipografia, alterando seu nome para *Dous de Dezembro*. Foi neste momento que o jornal viveu sua melhor época: a tipografia de Paula Brito era uma das principais do Império, o que auxiliou na ampliação do número de leitores e de locais que a

⁸ Todas as transcrições feitas neste trabalho tiveram sua ortografia atualizada, para que não houvesse interferência no sentido das frases.

Marmota atingia na metade do século XIX.⁹ Porém, em meados de 1856, o empreendimento de Paula Brito iniciou um processo de falência, o que fez com que a folha sofresse algumas alterações. Este período marca o princípio da terceira fase do jornal, que vai de 1857 até 1861, momento em que, sob um novo título, *A Marmota*, seu valor foi alterado para cento e sessenta réis. Consideramos, ainda, um quarto momento, que compreende as quinze edições de 1864.

Apesar de o jornal sair de circulação em 1861, a tipografia de Paula Brito continuou sob o comando de sua viúva, Rufina Rodrigues da Costa. Assim,

A tipografia de Paula Brito sobreviveu ao editor. De 1862 a 1867, funcionou sob a responsabilidade da firma da Viúva de Paula Brito & Genro, ainda na Praça da Constituição, nº64 e 66. De 1868 a 1875, o Almanaque Laemmert anuncia a tipografia de Paula Brito, na Rua do Sacramento, nº10, tendo como chefe exclusivo da firma a Viúva de Paula Brito. (GONDIM, 1965, p. 39).

É certo que Rufina da Costa foi fundamental para que a tipografia de seu falecido marido não fechasse as portas. Também sabemos o papel indispensável que essa mulher teve quando estava ao lado de Paula Brito no desenvolvimento de seu empreendimento, a *Dous de Dezembro*.¹⁰ Entretanto, não obtivemos maiores informações sobre Rufina Rodrigues da Costa ao longo de nossa investigação.

A *Marmota* era formada, em sua primeira fase, por duas colunas ao logo das quatro páginas que a compunham. No decorrer dos anos, ocorreram algumas mudanças em sua estrutura e o jornal passou a ser constituído por três colunas, a fim de que coubesse mais conteúdo, conforme exposto pela própria folha (A MARMOTA FLUMINENSE, 15 mar. 1853). As publicações se limitavam a artigos, folhetins, poesias, charadas e litografias, apesar de possuir alguns anúncios. Na primeira página constavam, em sua maioria, artigos dos redatores – a depender do período, Próspero Diniz ou Paula Brito.

A partir da segunda fase da *Marmota* (1852-1857), passou a ser mais frequente a publicação de folhetins, que ocupavam o final da primeira e da segunda página. No restante, contava com as publicações dos colaboradores e dos leitores que enviavam seus escritos. Muitas traduções também eram publicadas no meio do periódico, sendo elas feitas, em sua maioria, por homens. Apesar disso, uma das filhas de Paula Brito contribuiu com o jornal a

⁹ Para saber mais sobre Paula Brito e sua tipografia, confira: GODOI, 2016.

¹⁰ Não foi um acontecimento atípico o fato de Rufina da Costa ter assumido o empreendimento de seu falecido marido, visto que, no Império, o mesmo ocorria com algumas mulheres. Para saber mais, consulte: LEITE, 1984, p. 44.

partir da composição de algumas traduções (GONDIM, 1965). Na última página, ficavam as poesias, litografias, anedotas, charadas e anúncios.

A *Marmota* foi se tornando um periódico reconhecido no momento em que Paula Brito despontava com a sua tipografia. Seus planos de torná-la a principal do Brasil fizeram com que seu dono comprasse maquinário europeu e investisse na tipografia no princípio da década de 1850 (GODOI, 2016). Anos antes do despontamento de sua tipografia, em meados da década de 1830, logo após Paula Brito comprar a livraria de seu primo Salvino, ele inaugurou a Sociedade Petalógica (GODOI, 2016).

O nome tem origem na palavra ‘peta’, que significa mentira, uma vez que a intenção inicial das reuniões dessa sociedade era, de fato, conversar e contar mentiras. Todavia, seus temas acabaram variando com o tempo e seus integrantes passaram a discutir também sobre política. Os homens participantes se reuniam na loja de Paula Brito, sendo eles escritores brasileiros como Machado de Assis e Teixeira de Souza, os quais, posteriormente, seriam considerados grandes autores. Segundo Bruno Martins,

Com grande concentração de literatos e políticos, a Petalógica também reunia artistas, atores, músicos e “muita gente que não era intelectual”. No entanto, apesar dessa amplitude de audiência, havia uma restrição naqueles dias patriarcais: “só entravam homens”. De maneira indireta, ao publicar para o público feminino Paula Brito parecia compensar essa ausência, promovendo na página impressa, a interação entre o masculino e feminino (MARTINS, 2017, p. 12).

No período em que Paula Brito esteve à frente da *Marmota* como redator – além das ocupações já mencionadas de editor e proprietário –, a Sociedade Petalógica começou a aparecer mais na imprensa. Assim, em meados da década de 1850, começaram a ser publicadas, na *Marmota Fluminense*, as atas de suas sessões e o público leitor passou a ter uma maior noção do que ocorria naquelas reuniões. No mais, além da Sociedade ter tido um desenvolvimento a partir das suas aparições no periódico, o jornal também se beneficiou da Sociedade, haja vista que, nas suas reuniões, Paula Brito estruturava alianças sociais e políticas (GODOI, 2016).

2.2 REPRESENTAÇÃO DA *MARMOTA* NA DÉCADA DE 1850

Nos anos 1850, a *Marmota* tinha uma importância significativa. Circulou durante treze anos, ultrapassou toda a década com suas peculiaridades, como o fim do tráfico negreiro e o gabinete da conciliação, situações intimamente relacionadas ao conceito de civilização que

estava sendo trabalhado pelo governo (MATTOS, 1986). Além disso, sustentou-se diante de todas as transformações sociais do contexto, como a instalação das ferrovias, a iluminação a gás que chegava à Corte, e a expansão da agricultura cafeeira na província fluminense.

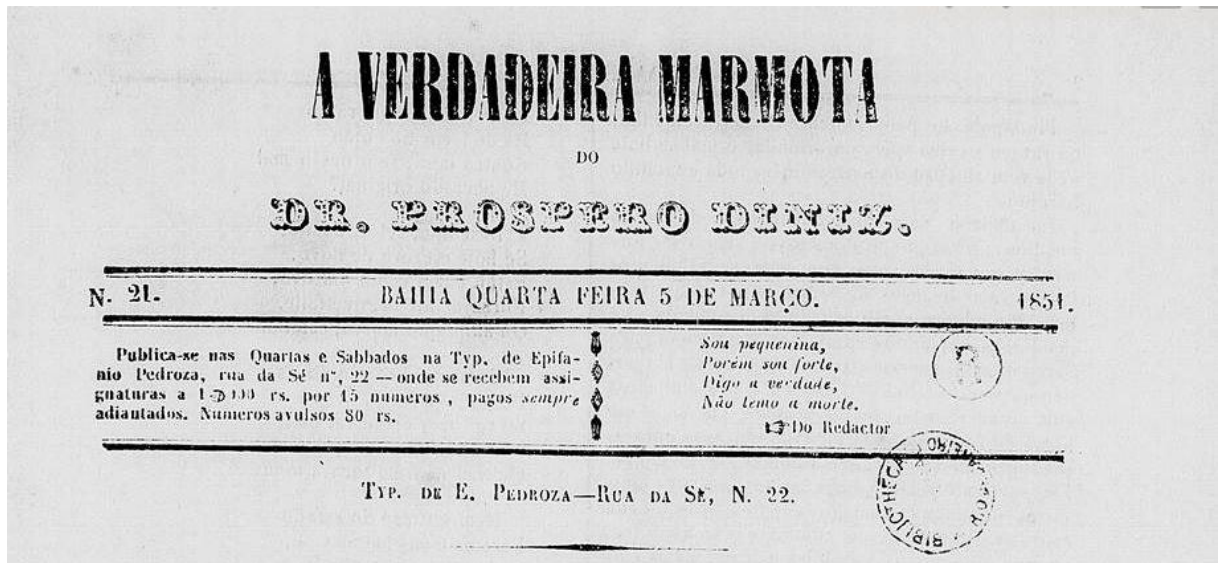
Tais fatos comprovam como a folha era querida e realmente atingia um grande público, conforme foi afirmado em edição do próprio jornal: “pois como a sua *Marmota* corre todas as praças, ruas, becos, esquinas, corredores, casinhas e sobrados, e é vista por todos” (A MARMOTA NA CORTE, 23 ago. 1850, p. 04). Segundo Tania de Luca, na segunda metade do século XIX, o Império desfrutava de tranquilidade econômica, devido ao café, e de certa estabilidade política¹¹. Nessa conjuntura, diversas atividades estavam começando a fazer parte do Brasil, fato que demandava maior circulação de informações – por isso, os meios de comunicação estavam se inovando (LUCA, 2005).

É possível entendermos a influência que a *Marmota* exercia na década de 1850 a partir da identificação de certas folhas que foram inspiradas neste periódico. Seu formato agradava a tantos leitores que, ao longo daquele período, diversos outros jornais inspirados na *Marmota* do Rio de Janeiro apareceram em várias províncias brasileiras. A título de exemplo, citamos *A Verdadeira Marmota do Dr. Próspero Diniz* (figura 02) e a *Marmota Pernambucana*, ambas criadas por Próspero Diniz, quando ele esteve fora da Corte, devido a problemas pessoais, podemos também citar *A Marmota da Bahia*, periódico que Próspero Diniz contribuiu como colaborador.¹² Os jornais redigidos por Diniz compartilhavam alguns objetivos, como desenvolver a civilidade do público feminino e uma preocupação com a instrução feminina. Esta pode ser identificada no trecho: “a instrução da mocidade feminina muito está adiantada, é rara a moça que nesta época não aprende a tocar” (A MARMOTA DA BAHIA, 20 jun. 1849, p. 998).

¹¹ Essa estabilidade é questionada por parte da historiografia. Confira em: FERRAZ, 2013.

¹² Para saber mais sobre Próspero Diniz, veja: REIS, 2019.

Figura 2 – Primeira página da edição n. 21 do periódico *A Verdadeira Marmota do Dr. Próspero Diniz*.



Fonte: Hemeroteca Nacional (2020).

Esses periódicos se interligavam pelo fato de Próspero Diniz ter sido redator de todas as folhas. Os jornais possuíam suas especificidades, mas também compartilhavam características, como a ideia de serem bons para o público feminino e de se manterem imparciais. Mesmo após a saída de Próspero Diniz d’*A Marmota na Corte* e, inclusive, após a sua morte, em 1852, os periódicos continuaram compartilhando publicações. Afinal, de acordo com Paula Brito, “*A Marmota da Corte* pode extrair das outras *Marmotas*, porque todas elas são águas da mesma fonte, para que a final reverte” (*A MARMOTA NA CORTE*, 7 jan. 1851, p. 01).

Além dessas *Marmotas* que compartilharam o mesmo redator com a *Marmota carioca*, existiram também alguns periódicos semelhantes que foram estabelecidos em certas províncias. No Maranhão, havia a *Marmota Maranhense* e, na província do Grão-Pará, a *Marmota Paraense*. Estes jornais, no entanto, não eram reconhecidos nem por Próspero Diniz, enquanto redator da *Marmota carioca*, nem por Francisco de Paula Brito, o qual chegou a criticar a publicação dessas folhas. Esses periódicos, em certa medida, se valiam da popularidade do jornal fluminense para garantir leitores em lugares geograficamente distantes da Corte. Esses plágios aborreciam os redatores, considerando que eles não obtinham nenhum tipo de lucro com a venda de tais periódicos:

Um especulador, no Maranhão, inventou um periódico ao qual deu o título de – *Marmota Maranhense* – e esta *Marmota* é toda cheia dos artigos da *Marmota na Corte*! Os artigos de fundo, as correspondências, as poesias,

(algumas das quais mesquinho parto de nossa imaginação), tudo é passado para a casa do tal Belchior, sem ao menos dizer de onde os extrai, do que tem resultado haver aqui na corte quem transcreva nossos artigos, nosso versos, etc., pondo-lhes apenas por baixo – da Marmota Maranhense – talvez inocentemente.

Pouco nos importara isto, se de tanto abuso não nos resultasse o prejuízo de não termos no Maranhão, Pará, Ceará, etc., assinante algum; e assim deve ser; porque sendo – Marmota Maranhense – mais barata, (pois que o redator não paga colaboradores, nem assinaturas de jornais estrangeiros) mais vale recebê-la a folha, quase em dia, do que esperar pelos correios, que daqui a levam (A MARMOTA NA CORTE, 25 abr. 1851, p. 01).

Por sua vez, os jornais de grande circulação, como *Correio Mercantil e Instrutivo*, *Político*, *Universal*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Comércio*, foram utilizados pelos dois principais redatores da *Marmota* – Próspero Diniz e Paula Brito – a fim de anunciarem seu periódico. As propagandas ocorreram, principalmente, em dois momentos. O primeiro foi o período em que estavam inaugurando o jornal e, para tanto, necessitavam divulgar o periódico. Depois, utilizaram o mesmo recurso após falência da tipografia *Dous de Dezembro*, comentada anteriormente. Neste contexto, o jornal enfrentava dificuldades financeiras e estava desestabilizado, prestes a cessar suas atividades, necessitando, assim, de novos assinantes.

Para tanto, por volta de 1849/1850, encontramos diversos anúncios valorizando a *Marmota* de várias formas. O *Correio Mercantil, e Instrutivo, Político, Universal*, por exemplo, publicou que a *Marmota* era para todo tipo de público: “Esta Marmota tem vistas de todas as qualidades, feitios e cores! É Marmota para ricos, pobres, fidalgos, plebeus, padres, frades, militares, enfim, é marmota para toda gente que quiser ver mediante 80 réis” (CORREIO MERCANTIL, E INSTRUTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL, 06 nov. 1849, p. 04). Essa reflexão também estava sintetizada no seguinte trecho, retirado do mesmo jornal: “marmota das moças, marmota do entrudo, marmota de todos, marmota de tudo” (CORREIO MERCANTIL, E INSTRUTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL, 12 fev. 1850, p. 04).

No *Jornal do Comércio*, as publicações também tentavam convencer os leitores a assinarem a folha. Neste periódico, enfatizou-se o quanto a *Marmota* era barata e se importava com o *bello sexo*, já que publicava muitos artigos interessantes para as mulheres:

Assinai a Marmota, que é bonita
É folha que a ninguém desacredita,
Traz sempre artigos sérios e jocosos,
Muitos versinhos belos e amorosos;
Faz transcrição de autores conhecidos,
Sendo preciso, fala de partidos,
(que a Marmota só quer e só deseja,

Que a terra do Brasil ditosa seja):
 Assinai e tereis divertimento
 De artigos, que vos dão contentamento;
 Tereis de França lindos figurinos
 Lundus, modas, romances, valsas, humos,
 E tudo isto de graça! o que assignar
 De maio até dezembro, há de pagar
 Somente seis mil réis! que barateza.
 Que pechincha, meu Deus! Oh que beleza!
 (JORNAL DO COMÉRCIO, 28 maio 1853, p. 03).

O *Diário do Rio de Janeiro* também anunciou muitas vezes a *Marmota*, de 1849 a 1864. Suas publicações, ocasionalmente, apareciam em formato de versos, assim como no exemplo a seguir:

No jardim da nossa imprensa
 A – Marmota – é uma flor;
 Em seu gênero não há
 No país coisa melhor
 (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 22 ago. 1857, p. 04).

A partir de 1851, quando a tipografia *Dous de Dezembro* já estava mais consolidada, o *Correio Mercantil, e Instrutivo, Político, Universal* publicou um artigo em que elogiava Paula Brito pelo empreendimento, mas, em contrapartida, criticava o valor das ações do mesmo. No trecho a seguir, é possível compreender a representação de Paula Brito como um sujeito interessado nos lucros que as edições de livros e jornais poderiam significar, e não somente como um amante das letras: “todavia sentimentos que o preço das ações não fosse mais módico: o Sr. Paula Brito deveria lembrar-se dos homens das letras e não dos capitalistas, e aqueles e não estes deverão ser seus únicos acionistas” (CORREIO MERCANTIL, E INSTRUTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL, 23 jul. 1851, p. 03).

Essa crítica, de fato, era consistente, tendo em vista que, segundo o pesquisador Rodrigo Godoi, apenas dois dos acionistas da *Dous de Dezembro* eram professores. Assim, os maiores acionistas da tipografia eram comerciantes e negociantes, dado que demonstra que Paula Brito preferia estes, em detrimento dos literatos. Nesse aspecto, Godoi aponta que:

Não obstante o Plano da Empresa Tipográfica Dous de Dezembro dizer que um dos seus objetivos era “auxiliar o progresso das Ciências e das Letras”, Paula Brito também era um capitalista e negociante e, como tal, buscava priorizar as fontes mais eficientes para capitalizar os recursos para a organização e manutenção do seu empreendimento, o que por algum tempo deu certo (GODOI, 2016, p. 165).

Em meados de 1857/1858, quando decretada a falência da tipografia de Paula Brito, os anúncios foram, aos poucos, sendo modificados. Em 1858, no pior momento da folha, foram realizadas diversas publicações procurando novos assinantes. Em uma delas, no *Correio Mercantil, e Instrutivo, Político, Universal* (16 out. 1859, p. 04), recomendava-se ao leitor que:

Se quereis divertimento;
Ide assinar a MARMOTA:
Sem o vosso acolhimento,
Leitor, ela bate a bola...

Assim, para garantir novos assinantes, afirmava-se que a leitura da *Marmota* seria um bom divertimento para toda a família:

Não é bem apreciada pelos pais de família do nosso país a influência que podem ter sob a felicidade doméstica as leituras de trabalhos escritos por aquelas penas feitas no seio de suas famílias, se forem bem seguidas e dirigidas. Além de que elas criam costumes domésticos, reunindo a certas horas fixas aqueles que habitam sob o mesmo teto, obram o mesmo tempo sobre todos eles, aumentando o número de pontos de contacto e apertando os laços de parentesco. Demais a comunidade de instrução e de emoções que resulta dessas leituras irmana os espíritos e os corações... (CORREIO MERCANTIL, E INSTRUTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL, 10 abr. 1860, p.02).

A despeito da relação entre a *Marmota* e o público feminino, Paula Brito publicou no *Correio Mercantil, e Instrutivo, Político, Universal* um artigo intitulado *A Marmota e o Bello Sexo*. Neste, afirmava que as mulheres brasileiras não eram como as francesas, pois tinham pouco hábito de leitura. Por isso, Paula Brito defendeu que haveria na *Marmota* uma seção na qual seriam traduzidos alguns trechos de livros que tinham as mulheres como assunto principal. Esta seria intitulada *As mulheres e os apaixonados*.

Além de anunciar a venda de alguns desses livros, Paula Brito traduzia muitos trechos de grandes obras em seu jornal, inclusive algumas escritas por mulheres. Assim como a seção *As mulheres e os apaixonados*, ele publicou uma série com a tradução de escritos feitos por senhoras, chamada *Mulheres segundo elas mesmas*. Com essas publicações, Paula Brito afirmava para as (os) leitoras (leitores) do *Correio Mercantil e Instrutivo, Político, Universal* a necessidade de incentivar as mulheres a lerem e, ao mesmo tempo, buscava mais assinantes para sua folha.

A relação entre Paula Brito e as leitoras de seus jornais era notável. O tipógrafo, de forma sábia, compreendia a importância das mulheres como leitoras e conseguia aproveitar

essa condição de modo lucrativo. Esse vínculo surgiu antes da *Marmota*, tendo em vista que, na década de 1830, Paula Brito publicou o periódico *A Mulher do Simplício* ou *A Fluminense Exaltada*, no qual escrevia os artigos sob o pseudônimo de “A Redatora”. A preocupação em agradar as leitoras de seus jornais, de forma a publicar artigos que elas julgassem interessantes, fez com que seus periódicos conquistassem assinantes em todas as províncias brasileiras e se tornassem alguns dos grandes jornais do Oitocentos. Logo, o empenho de Paula Brito em agradá-las e, conseqüentemente, a obtenção de lucro por tal esforço, fez jus ao caráter empresarial que o tornou um dos grandes tipógrafos do Brasil oitocentista. Este fator, inclusive, foi destacado pelo historiador Rodrigo Godoi (2016).

Desse modo, constatamos que Próspero Diniz investiu nas folhas diárias de grande circulação para anunciar a chegada de seu periódico no Rio de Janeiro, enquanto Paula Brito apostou nessas mesmas folhas quando, ao declarar falência, precisou expandir seu número de assinantes. Assim, as propagandas da *Marmota* incentivavam os leitores a comprar um jornal completo, que abordava muitos assuntos: suas temáticas interessariam, portanto, a toda a família, inclusive as mulheres.

2.3 IMPRENSA DESTINADA ÀS MULHERES E O CONTEXTO HISTÓRICO DA DÉCADA DE 1850

O fato é que a *Marmota* chega hoje ao seu – décimo aniversário – sem inimigos, sem antagonistas, sem desafeiçoados, ao que nos parece, porque ela é de uma excentricidade tal, que não prejudica os interesses de ninguém, e vive como pode sem ofender a gregos nem troianos.

[...]

Brilhantes quadras têm a *Marmota* contado em sua vida de – dez anos. – Poucas são as penas notáveis do país, que já não tenham abrilhantado suas colunas com artigos mais ou menos importantes: ela sabe o que dela tem se exigido, os serviços que direta e indiretamente tem prestado. Boa para todos, dócil e condescende, respeitadora sempre do mérito, apologista do talento, inimiga da – ciência engarrafada – a *Marmota* não tem cedido, nem cederá jamais a aquilo que ela entender que é – uma imposição.

[...]

Aqueles, portanto, que por seu bom gênio benfazejo e decidida predileção por nós, e pela nossa folha, entendendo que nos deve ser úteis, não pelo que lhes temos feito pessoalmente, mas pelos serviços que temos prestado ao país e poderemos ainda prestar, a *Marmota* vá além dos seus – dez anos – mais por nós, talvez, do que por ela mesmo, a esses é que os apaixonados de uma folha que é essencialmente voltada – ao *BELLO SEXO* – tem de agradecer a sua continuação (A MARMOTA, 09 set. 1859, p.02).

O trecho transcrito acima é de um artigo publicado na *Marmota* e escrito por Francisco de Paula Brito, em comemoração ao décimo aniversário da folha. Nos parágrafos destacados,

é possível notar as razões elencadas pelo autor para a longevidade da *Marmota*, dentre elas seu aspecto cordial, que agradava a todos. Além disso, Paula Brito também reforçou a imagem de uma publicação fundamentalmente voltada para o público feminino, na passagem representada pela expressão *bello sexo*.

No dia 07 de setembro de 1849, o jornal saiu dos prelos da tipografia de Paula Brito pela primeira vez. Nesses tempos, quem o redigia era o baiano Próspero Ribeiro Diniz que, recém-chegado ao Rio de Janeiro, se mostrava entusiasmado com a redação da folha, então com outro título – *A Marmota na Corte*. Nas palavras do próprio: “O nosso plano é reformar abusos, recrear leitores, e ganhar a estimação das simpáticas meninas que honrarem a *Marmota* com as suas mãozinhas macias e acetinadas” (A MARMOTA NA CORTE, 07 set. 1849, p. 01).

A citação do parágrafo acima foi publicada dez anos antes da transcrição que abre este tópico e, apesar de muitas mudanças – redação, formato, título, preço – terem afetado o periódico, ele permaneceu fiel ao seu principal público leitor: as mulheres. Outra característica que se destaca no jornal é a capacidade que ele teve de se manter em circulação por um longo período. Este era um traço incomum nos jornais que se dedicavam ao *bello sexo* e tinham como temáticas as modas e variedades.¹³ Afinal, os periódicos que resistiram por muitos anos em circulação eram, normalmente, aqueles que se destinavam às abordagens noticiosas, a exemplo do *Diário do Rio de Janeiro* e do *Jornal do Comércio*.

Destacamos que, no período em que a *Marmota* começou a sair dos prelos da tipografia de Francisco de Paula Brito, publicar jornais voltados para o público feminino não era mais novidade. Uma série de periódicos já havia realizado esse feito, inclusive em outras províncias. É o caso da província de Minas Gerais, onde foi publicado, ainda na década de 1820, *O Espelho Diamantino*.¹⁴ Frisamos ainda que Paula Brito havia sido editor de outra folha que também era destinada às mulheres – *A Mulher do Simplício* ou *A Fluminense Exaltada*. Este jornal circulou na Corte entre 1832-1846, sendo impressos 83 números ao longo desses anos (DUARTE, 2017). De acordo com Bruno Martins (2017, p. 5), “nesse ‘não-periódico’, Paula Brito travestia sua pena com uma faceta voz feminina, assinando anonimamente como “*A redatora*” artigos e charadas na forma de versos.”

¹³ Rodrigo Godoi (2016), em sua tese, destaca esse feito.

¹⁴ Para saber mais sobre os primeiros periódicos voltados para o público feminino, veja: GOMES, 2009.

Entretanto, a década de 1850 foi marcada por uma novidade no que se refere à imprensa feminina.¹⁵ Em 1852, foi lançado o primeiro jornal feito por e para as mulheres, o *Jornal das Senhoras*. Tal periódico foi pioneiro e contou com uma série de redatoras ao longo dos três anos em que esteve em circulação: Joana Paula Manso de Noronha, Violante Atabalipa Ximenes Bivar e Vellasco e Gervásia Nunezia Pires dos Santos Neves.¹⁶ A folha custava cerca de 160 réis, saía aos domingos e era composta por oito páginas. Segundo Duarte (2016, p. 118), “o *Jornal das Senhoras* assumiu um discurso emancipacionista, incentivando as mulheres a buscarem instrução e se conscientizarem do seu valor.”

Outro jornal que circulou na década de 1850 foi o *Periódico dos Pobres*, editado e redigido por Antônio Maximiliano Morando. Muitos artigos que saíam nesta folha haviam sido retirados da *Marmota* e, por isso, eram similares no formato e nos princípios apresentados. Além disso, ambos os jornais eram editados e redigidos por homens, mas com diversos artigos dedicados às mulheres. Assim, concediam espaço para a escrita sobre o *bello sexo* e disseminavam conteúdos quanto ao comportamento ideal feminino. O periódico circulou no Rio de Janeiro, entre 1850 a 1856, e tinha um valor inferior ao da *Marmota*: seu preço avulso variou de quarenta a oitenta réis durante os anos em que foi publicado.

Nesse sentido, a década de 1850 teve uma guinada quanto à imprensa feminina, e a *Marmota* faz parte desse contexto. Por isso, foi necessário recordarmos outros jornais que estavam surgindo à época para compreendermos que a *Marmota*, ao conceber um espaço, mesmo que pequeno, para a escrita das mulheres, não estava sendo pioneira. Na realidade, a *Marmota* estava seguindo as condições proporcionadas pela conjuntura política, social e cultural do período, em um momento que os editores e redatores começavam a perceber as mulheres como um público leitor possível e lucrativo. Assim, citamos Robert Darnton (2010) que, em seu livro *O beijo de Lamourette*, pontua a necessidade de se compreender a conjuntura na qual os fatos estão inseridos, considerando que os fatos não falam por si, mas têm seus significados modulados pelo contexto.

Ainda, no que tange aos conceitos relacionados às condições refletidas no universo feminino, a década de 1850 teve uma importância significativa. Segundo June Hahner (1981, p. 31),

¹⁵ Ao falar em imprensa feminina nos referimos àqueles jornais que eram dedicados, principalmente, às mulheres. A professora Constância Duarte (2017), em seus livros, também estabelece esse critério.

¹⁶ Sobre o *Jornal das Senhoras*, veja os seguintes trabalhos: RODRIGUES, 2017; LIMA, 2012. SILVA, 2016.

Mudanças de toda sorte surgiram mais rapidamente na segunda metade do século, incluindo aquelas que afetariam a vida das mulheres da classe superior urbana e trariam mais oportunidades para que mulheres menos excepcionais que Nísia Floresta também expandissem seus horizontes. Os avanços tecnológicos exportados para o Brasil assim como para muitos outros países... Mais do que outras cidades brasileiras, o Rio de Janeiro serviu como centro para as primeiras manifestações dos sentimentos feministas¹⁷ entre algumas mulheres cultas das classes média e superior.

2.3.1 Leitores ou leitoras? Gênero e a divisão dos artigos na *Marmota*

Situadas as condições do período, no decorrer da pesquisa percebemos que deveríamos nos atentar para a maneira como o periódico se referia aos leitores. Concluímos então que essa forma era variável: ora leitores, no masculino, ora leitoras, no feminino. Essa distinção não ocorria de maneira aleatória: aos assuntos que, supostamente, interessavam mais às mulheres, como moda, escrevia-se no feminino. Esse ponto também indica que, apesar da folha ter sido, de fato, dedicada às mulheres e ter tido sempre o intuito de agradar suas leitoras, os redatores e editores sabiam que o periódico também era lido por homens.

A fim de destacarmos essa diferença apresentada no jornal, atentamo-nos ao que a historiadora Tania Regina de Luca pontuou a respeito da importância de localizar os espaços em que determinados artigos se encontravam no periódico. Isso porque, de acordo com ela, observar a forma como um periódico divide seus conteúdos é fundamental para compreender seu objetivo (LUCA, 2005). No caso específico da *Marmota*, diversas publicações estavam ali para agradar o público feminino, a exemplo da presença de artigos dedicados à moda, essenciais em um periódico que almejava conquistar as leitoras.

Ao longo dos anos, a *Marmota* reforçava, em diversas edições, que era dedicada às mulheres. A folha, demonstrando que era destinada ao dito *bello sexo*, referia-se às leitoras e mostrava preocupação em publicar artigos que, segundo os modelos ideais de interesse do sexo feminino, interessariam a elas. Esses artigos, entretanto, possuíam, em seu cerne, um teor moralizante e instrutivo. A título de exemplo, destacamos o trecho a seguir:

O redator da *Marmota*, sempre dedicado ao bello sexo, aqui dá mais uma prova do heroísmo de uma mulher. Entre os fatos diversos que costuma publicar o *Monitor*, folha oficial do império francês, encontramos um que julgamos dever traduzir para oferecer às leitoras da *Marmota* (MARMOTA FLUMINENSE, 28 mar. 1854, p. 01).

¹⁷ Reforçamos que não concordamos com Hahner quando ela se refere às mulheres oitocentistas como “feministas”, haja vista que no século XIX não havia definição desse termo.

A publicação em questão conta a história de uma mulher francesa, mãe de quatro filhos e casada, que se vestia de homem para poder trabalhar nos caminhos de ferro, um emprego considerado pesado para as mulheres. Ao ser descoberta, a mulher lamentou o fato de não poder mais trabalhar e a obrigação de ter uma “ocupação mais em harmonia com os hábitos do seu sexo” (MARMOTA FLUMINENSE, 28 mar. 1854, p. 01). Posto isto, o artigo instruía as leitoras a respeito de quais ofícios eram passíveis de serem realizados pelas mulheres, caso necessário.

Ainda nesse mesmo seguimento, lembramos que a *Marmota* editava e publicava artigos sobre a moda de Paris, bem como figurinos e moldes franceses (figura 03). Isso porque a França era sinônimo de civilidade e civilização e um exemplo a ser seguido pelas senhoras brasileiras.¹⁸ Afinal, segundo Everton Barbosa (2016, p. 179), “tomar a França como exemplo e fonte de inspiração era comum aos países que buscavam definir seus aspectos culturais, políticos e econômicos, ou mesmo tornar sua sociedade mais civilizada, organizada.” Dessa forma, os artigos de moda, apesar de, aparentemente, serem conteúdos frívolos, também carregavam o tom moralizante e civilizador característico da imprensa da década de 1850. Como exemplo, temos o trecho transcrito a seguir, publicado da *Marmota*:

Costume que a mulher adota em seu traje; porque não é honesta a mulher que desonestamente se veste, pois que o traje é um grande argumento para sua honestidade ou falta dela, e tanta que os antigos mandando que fosse punido severamente todo homem que fizesse ofensa pública a qualquer mulher, deixava isso de ser delito se a mulher injuriada ou ofendida tinha por costume andar com vestidos pouco honestos (MARMOTA FLUMINENSE, 24 fev. 1854, p. 02).

Figura 3 – “Última moda em Paris”

¹⁸ O jornal *Marmota* retirava artigos sobre modas de periódicos franceses, como: *Petit-Courrier de Dames*, *Caprice* e *Le Bon Ton*.



Fonte: Hemeroteca Digital (2020).

A legenda da imagem apresenta a descrição dos trajés utilizados pelas senhoras.

O folhetim também foi marcante na imprensa dedicada às mulheres. Como elas não deveriam ler sobre política, os jornais dedicados ao *bello sexo* precisavam trazer em suas páginas artigos literários – papel que era cumprido pelo folhetim. Este estilo literário teve início na França, em 1820, com o objetivo de atrair mais leitores para os jornais. Ele chegou ao Brasil, contudo, apenas em 1838, com um folhetim francês publicado no *Jornal do Comércio*, chamado “O Capitão Paulo” (BUITONI, 1990). A *Marmota*, especificamente, publicava muitos folhetins, tanto nacionais quanto estrangeiros. Os jornais garantiam, através desses artigos em série, que os leitores continuassem a assinar a folha, tendo em vista que desejavam acompanhar os desfechos de cada história.¹⁹

O formato de publicar um capítulo da história a cada edição do periódico instigava a curiosidade das leitoras. Assim, “ler folhetim chegou a ser um hábito familiar, nos serões das províncias e mesmo da Corte, reunidos todos os da casa, permitida a presença das mulheres” (SODRÉ, 1978, p. 243). Logo, partindo dessa noção, os folhetins atraíram para o jornal um relativo número de leitoras. Além disso, a leitura de romances e folhetins também tinha, mesmo que indiretamente, um papel moralizante. Isto porque

¹⁹ Para maiores informações sobre o folhetim no Brasil, confira: MEYER, 1996.

As histórias folhetinescas melodramáticas criavam um ambiente propício para que as leitoras esquecessem seus problemas do dia a dia. Filhos, casamento frustrado, afazeres domésticos cedem lugar a um cotidiano regido pelo amor e pelos desejos que este sentimento acarreta (OLIVEIRA, 2009, p.59).

Característica da função moralizante, destacamos a publicação do folhetim *Méry*, o qual afirmou que “a sociedade em que tens de viver é hoje muito exigente para com uma mulher; a boa educação é única nobreza da atualidade” (A MARMOTA, 17 maio 1859, p. 02). Logo, percebemos que a educação feminina – concepção fundamental no período – era ressaltada na imprensa. No decorrer dos números em que tal folhetim foi publicado, também encontramos uma crítica à imposição de certos casamentos: “é sempre a mesma teima; não quero que me escolham marido, eu sei escolhe-o (sic).” (A MARMOTA, 27 maio 1859, p. 03). Ao longo da próxima seção, os temas relativos à educação e ao matrimônio serão mais profundamente abordados.

A litografia²⁰, que aparecia constantemente na *Marmota*, também era uma forma de agradar as leitoras. Ao trazer imagens, o jornal adquiria uma conotação mais interessante e se destacava dos outros periódicos do período, que não dispunham desse recurso em suas tipografias.²¹ De acordo com Buitoni, as imagens são “frases visuais” e figuravam como fundamentais, tendo em vista que se constituíam como uma comunicação oral, em um período em que grande parte da população era analfabeta (BUIIONI, 1986). Em 1853, Paula Brito escreveu na *Marmota Fluminense* (04 jan. 1853, p. 01):

A litografia e a gravura começaram a ilustrar os nossos jornais literários e de modas, à semelhança do que se usa na Europa. A *Marmota*, neste gênero, tem-se enriquecido, trilhando a modesta vereda que adotou: excelentes gravuras sobre madeira, músicas, litografias e figurinos coloridos, do melhor gosto, foram dados aos assinantes.

Figura 4 – Imagem publicada na *Marmota Fluminense*

²⁰ A litografia era um método no qual “as fotografias eram convertidas em desenhos e então transformadas em gravuras que podiam ser utilizadas na imprensa.” (MOREL; BARROS, 2003, p.71).

²¹ O historiador Robert Darnton comenta sobre a importância das gravuras publicadas na imprensa, as quais contribuíram para a criação de uma opinião pública e para a comunicação oral. Saiba mais em: DARNTON; ROCHE, 1996, p. 310.



Fonte: Hemeroteca Nacional (2020)

Assim como os artigos, os anúncios também eram produtos de interesse feminino, a exemplo de vestuários e acessórios. No mais, a *Marmota* também publicava anúncios de colégios femininos. Sobre esse ponto, reforçamos a distinção que havia entre escolas de meninas e de meninos, já que o currículo escolar era diferente para homens e mulheres “devido à certeza da ciência hegemônica na época acerca das diferentes aptidões entre homens e mulheres” (SOIHET, 1997, p. 08). De acordo com Myriam Gouvêa (2016, p. 62),

Nos anúncios encontramos uma questão fundamental para a história da leitura: a interação do leitor ativo com o jornal a partir de relatos cotidianos e os interesses que o leitor desejava transmitir no momento em que optou por utilizar-se desse espaço como um meio privilegiado de interação social.

Apesar de não estarem caracterizados, no periódico, exatamente como anúncios, alguns artigos de temática filantrópica também tinham seu espaço na *Marmota*. Sob a autoria de clubes e associações, esses artigos divulgavam as festas que seriam realizadas. Esse dado nos leva a considerar que a folha possuía, provavelmente, certo número de leitoras com condições financeiras aptas a realizar tais ações de caridade.

Conforme expusemos, a *Marmota* se preocupava em editar artigos que fossem interessantes ao público feminino, a exemplo dos folhetins e textos sobre moda. No entanto, por volta dos anos de 1857, a folha passou a publicar artigos voltados para a política.²² Naquele momento, o então proprietário, redator e editor da folha, Francisco de Paula Brito, se desculpou com suas leitoras por estar tratando de um assunto desse teor no jornal.²³ Essa escusa provavelmente se deu porque discussões políticas não deveriam ser questões tangentes ao universo feminino e, por isso, não poderiam ser de interesse das mulheres.

Naquele período, em que a *Marmota* debatia certos temas ligados ao universo da política, encontramos uma contestação de uma leitora insatisfeita com tal abordagem:

Sr. Redator, permita que por meio da sua folha eu peça ao Sr. Redator da *Marmota* que não continue a mimosar às suas leitoras com artigos políticos, porque assim desnatura a sua folha, o que é grande inconveniente para as suas leitoras que, como eu, assinam-na para ter romances, versos, charadas e tudo quanto serve para deleitar. As moças não gostam de política, acham-na muito insípida, e muito repugnante com a sua natureza, e com a sua vida. Há muito tempo que assino a *Marmota* e sempre gostei muito dela, porque me dava momentos de prazer; mas há dias a esta parte vem sempre com artigos políticos que eu ao princípio lia, mas como não os entendi, não os leio mais. Portanto peço ao Sr. Redator da minha predileta *Marmota* que não escreva mais esses artigos sensaborões que as moças não leem, do contrário cessarei minha assinatura com o fim do ano, e convido as minhas companheiras de infortúnio a fazer o mesmo.

Sou, etc. Uma assinante da *Marmota*
(DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 30 dez. 1860, p. 03).

Não sabemos se, de fato, foi uma mulher que enviou essa carta para o *Diário do Rio de Janeiro*. Entretanto, percebemos que o trecho seguia os ideais pregados pela sociedade do século XIX, ao denunciar os artigos de política que estavam sendo publicados na *Marmota*. Ainda assim, até os números finais da folha, a política se tornou o assunto mais usual nas edições pós-1857/1858.

É importante reiterar que a imprensa era o maior meio de comunicação do século XIX e que suas ideias eram propagadas para além do papel, considerando a proporção que a

²² Isso se deu porque, naquele momento, a tipografia de Paula Brito não gozava de boas condições financeiras. Segundo Rodrigo Godoi (2016, p. 203), “findo o semestre, o editor decidiu vender espaços da *Marmota Fluminense* a ‘um seu amigo’ que passou a publicar uma série de artigos políticos. A estratégia certamente visava estender a vida da folha por mais tempo. Porém, ao anunciar o negócio, Paula Brito tomou o cuidado esclarecer os seus leitores sobre a existência de um corredor anônimo”.

²³ Os artigos faziam referência, em sua maioria, aos acontecimentos políticos do final da década de 1850 e início dos anos 1860. As eleições de 1860 foram frequentemente abordadas nos escritos publicados na *Marmota*. No entanto, optamos por não os discutir neste trabalho, considerando que o nosso objetivo é analisar questões tangentes ao conceito de civilização e à história das mulheres.

cultura oral poderia tomar. Assim, não deixamos de considerar a possibilidade de que essas proposições tenham despertado nas mulheres, possuidoras do conhecimento da leitura, questões tangentes à política e à sua inserção no ambiente público – além de diversos outros fatores. A imprensa foi, portanto, fundamental para tais asserções. A comunicação oral foi primordial na disseminação das ideias propostas nos periódicos e, neste sentido, a tipografia de Paula Brito se formou como um local onde as pessoas se reuniam para conversarem e fazerem leituras em voz alta. Para além da Sociedade Petalógica, também se reuniam sujeitos comuns, que não eram grandes nomes da política ou da literatura, como aqueles presentes nos encontros da Sociedade. Neste aspecto, Bruno Martins (2018) destaca Paula Brito como um editor da voz, ao dispor desses espaços para tais encontros.

Afinal, tal como posto por Darnton (2010) a leitura tem história. Assim, compreendemos que a leitura de determinados artigos expostos na *Marmota* pode ter atingido as mulheres de forma distinta.²⁴ Citamos ainda, a seguir, outra definição de Robert Darnton que se encaixa nessa reflexão a respeito dos leitores e leitoras. Embora o historiador discorra a respeito da história dos livros, acreditamos que tal ponderação também pode ser feita com relação à leitura da imprensa. Segundo Darnton,

A leitura não se desenvolveu em uma só direção, ou extensão. Assumiu muitas formas diferentes entre diferentes grupos sociais em diferentes épocas. Homens e mulheres leram para salvar suas almas, *para melhorar seu comportamento*, para consertar suas máquinas, para seduzir seus enamorados, para tomar conhecimento dos acontecimentos de seu tempo, e ainda simplesmente para se divertir (DARNTON, 1989, p. 212, grifo nosso).

2.4 “DESENVOLVER A CIVILIDADE DO PÚBLICO FEMININO”: COLABORADORES E O PAPEL INSTRUTIVO DO JORNAL

“Mulher, a metade da vida, a fábrica da gente,
o alimento d’alma, a companhia dos trabalhos,
o capote agasalhador que o homem
se resguarda dos calafrios do amor”
(A MARMOTA NA CORTE, 30 out. 1849, p. 01)

Próspero Diniz escreveu esse trecho em uma das primeiras edições da *Marmota*, ainda em 1849. Extraído de um artigo sob o nome de *Mulheres*, tal fragmento demonstra algumas noções sobre elas, elaboradas pelos colaboradores da *Marmota* ao longo do tempo naquele

²⁴ Sobre a história da leitura e como ela poderia exercer poderes diferentes em relação aos leitores (as), confira: CHARTIER, 1988.

periódico. Posto isso, esse trecho da seção dedica-se a analisar certas publicações que percorreram o sentido exposto. A intenção aqui é compreendê-las a partir de seu papel moralizante, civilizador e instrutor do público leitor feminino.

Conforme demarcado anteriormente, o jornal se dirigia aos seus leitores de forma distinta, sendo leitores ou leitoras, delimitando uma diferença relacionada ao gênero. Apesar de o periódico ter afirmado que era dedicado ao público feminino, esse espaço diferenciado era delineado na folha. Assim, artigos que tinham como assunto a política e situações públicas – a exemplo daqueles que constatavam episódios de descaso público com o município do Rio de Janeiro – eram produzidos pelos colaboradores do sexo masculino e destinados aos leitores homens. Os folhetins e os artigos de moda, por sua vez, eram, em sua maioria, dedicados ao público leitor feminino.

Todavia, mesmo que tais artigos fossem destinados às mulheres, seus autores eram do sexo masculino. Afinal, os homens se apropriavam de textos que tivessem como objetivo instruir o público feminino, a fim de promoverem a civilidade das leitoras e favorecerem o desenvolvimento do país. Através da concepção de civilização e progresso, seriam disseminados os preceitos de uma sociedade em que prevalecia a ordem. Assim como exposto por Isabel Lustosa (2003, p. 15),

Num tempo em que o acesso à educação era tão menos democrático, em que vivíamos a mudança do mundo a partir das ideias disseminadas pelo Iluminismo ao longo do século anterior, a imprensa se firmara como um importante difusor das chamadas Luzes. Naquele contexto, o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos.

A autora utiliza o termo jornalista, enquanto encaramos tais escritores como colaboradores do jornal. No entanto, também constatamos essa noção de semelhança entre o trabalho dos colaboradores e o ofício de educador. Os colaboradores escreviam artigos e mais artigos, nos quais procuravam frisar os comportamentos a serem seguidos pelas leitoras do periódico. Assim, publicavam textos com as mais variadas temáticas, como educação, matrimônio e maternidade. Demarcavam que o lugar das mulheres era reservado ao espaço privado e que, por isso, elas deveriam se preocupar com os assuntos relacionados aos seus respectivos lares. Os colaboradores eram, em sua maioria, os mesmos: C., Cruz Júnior, Constantino José Gomes de Souza, R, Carapuceiro, Bráulio Coelho, entre outros.

A historiadora Raquel Soihet acredita que um dos grandes problemas encontrados por historiadores que estudam as mulheres é a falta de fontes. Porém, também segundo ela, é

possível encontrar representações sobre o universo feminino a partir dos discursos masculinos. Por isso, é preciso investigar também esse gênero de análise, a fim de tentar compreender aquelas questões (SOIHET, 1997). Assim, esta parte do trabalho é baseada nessa espécie de interpretação, na qual analisamos as mulheres representadas na *Marmota* a partir do discurso masculino oitocentista.

Desse modo, verificamos que o padrão ideal pregado no periódico era o de uma mulher “meio termo”:

Não se quer ver uma mulher tagarelar em política, dando por paus e por pedras, mas não se deseja também que ela seja tão acanhada que ao chegar de uma visita, como se entrasse o diabo em casa, se esconda, fuja e desapareça; não se quer uma mulher toda vestida no maior luxo, desde a manhã até a noite, mas não se quer com o vestido desatado e muito sujo, e desgrenhada como se fosse uma fúria. O meio termo é o que lhe compete (A MARMOTA NA CORTE, 25 out. 1850, p. 01).

Ao tecer esses apontamentos, o jornal se afirmava como a maior folha dedicada ao *bello sexo*:

Quem for imparcial, e justo, confessará com verdade que, dos jornais desta corte, é certamente *A Marmota*, o que mais se ocupa do *Bello Sexo*, não para ridicularizá-lo e deprimi-lo, como a maior parte dos escritores antigos, e muitos dos modernos o fazem; mas para desdenho-o (sic) de acusações injustas (A MARMOTA NA CORTE, 23 jan. 1852, p. 01).

Os artigos que carregavam o tom moralizante se preocupavam em demonstrar para as leitoras a importância do casamento, o qual geraria como fruto os filhos. A partir dessa perspectiva, os textos abordavam a educação como instrumento fundamental para o progresso do país, e a mãe como a primeira educadora. Assim,

A mulher nascida nas classes superiores dessa sociedade não limita sua obrigação aos cuidados materiais que exige a conservação física de seu filho. Ela aumenta a esfera de seus conhecimentos, coordena sua existência moral, dá-lhe todas as qualidades de seu espírito, imprime-lhe toda sensibilidade de sua alma, de alguma sorte reveste-o com seu caráter, ensina-o a falar, e assim lhe dá o doce som de sua voz, lhe delinea os alegres traços de sua fisionomia, dá graça aos seus movimentos, modela-lhe a precipitação, e assim influi sobre seu futuro destino (MARMOTA FLUMINENSE, 22 set. 1854, p. 01).

Essas publicações ocupavam, em sua maioria, as duas primeiras páginas do jornal. Como exemplo, temos outro artigo, também escrito por Próspero Diniz, agora se referindo ao

casamento: “Atenção, Atenção! Moças da época, meninas solteiras, atendam a isto que é coisa boa, é o desembargo das mulheres, é o regalo da vida!”. Publicações como essas buscavam despertar o interesse das mulheres para com o casamento, afinal, ele seria um presente da vida. Ademais, “o casamento, divertimento que os antigos chamavam boda, é um ato alegre, é muito peitoral, é proveitoso a sociedade, porque ordinariamente produz os filhos, que crescem e se multiplicam para aumentar a população” (A MARMOTA NA CORTE, 30 nov. 1849, p. 01). Desse modo, o periódico buscava frisar para as mulheres, mais uma vez, a importância do matrimônio e, conseqüentemente, da maternidade.

Além disso, por vezes, apareciam na *Marmota* publicações abordando a condição das mulheres que se tornavam viúvas, a exemplo da poesia a seguir:

A Viúva

Mulher de grande fortuna,
 Infeliz enviuvou;
 Dava-se bem com o defunto;
 Muito por ele chorou!

Mas, dos bens que já ia perdendo
 Não podia assim cuidar:
 Mulher só, não vale nada,
 Tornou por isso a casar.

Deu este com tudo a sola,
 Mas, felizmente espichou;
 Para ter de que viver
 Tentou-a o demo e casou.

Já tinha chorado três,
 Tornou o quarto a chorar:
 A mulher que não tem homem,
 Chora sempre por casar!

(A MARMOTA NA CORTE, 07 fev. 1851, p. 04).

Apesar do poema transcrito acima afirmar que “mulher só não vale nada” e que a viúva havia casado novamente para não perder os bens, sabemos que essa não era a realidade propriamente dita. A título de exemplo, diversas viúvas de comerciantes, negociantes, entre outros, continuavam a cuidar dos negócios após o falecimento de seus maridos. Aliás, podemos citar Rufina Rodrigues da Costa, viúva de Paula Brito que, após a morte do marido, em 1861, continuou a se ocupar de sua tipografia, a qual permaneceu sendo seu sustento. Até mesmo alguns anúncios publicados na própria *Marmota* demonstravam que as viúvas se ocupavam de ofícios e se mantinham após a morte de seus maridos: “a viúva do sempre chorado Dr. Soulier de Sauve propõe-se a dar lições de francês e geografia, assim como dos

diferentes trabalhos de agulha e de tesoura” (A MARMOTA NA CORTE, 30 set. 1851, p. 04). Assim, os escritos moralizantes se atentavam para todas as fases da vida das mulheres, fossem solteiras, casadas ou viúvas.

Havia também alguns artigos preocupados com a instrução e de teor moralizante que abordavam questões tangentes ao universo feminino, mas se direcionavam aos homens. Não obstante, tais artigos também instruíam o público feminino, considerando que disseminavam ideias que ressaltavam quais mulheres estariam aptas ao matrimônio:

Que a mulher não seja ignorante; nem sábia; porque a ignorante não conhecerá a malícia dos seus fâmulos, e a sábia pretenderá ultrapassar sempre o prudente juízo dos homens. Que não seja sonsa ou faladeira; porque essas qualidades são boas na dama e não na esposa. Que seja de boa presença; pois não convém para a esposa a mulher muito formosa; basta que não seja feia, e a razão é porque a mulher encantadora é o emprego do cuidado de muitos, e alvo a que muitos dirigem seus tiros (MARMOTA FLUMINENSE, 21 fev. 1854, p. 01).

Supomos que, em razão da escrita desses homens e dos artigos que buscavam civilizar as mulheres, o periódico conquistava uma série de leitoras. Os pais, maridos e filhos das mulheres assinavam o jornal acreditando que tais artigos auxiliariam na sua instrução. Assim, “se a *Marmota* não houvesse tido o constante agasalho do *Bello Sexo*, não haveriam (sic) tantos pais que mandassem assinar para suas esposas e filhas” (A MARMOTA NA CORTE, 6 jun. 1851, p. 03).

Assim, os colaboradores e o periódico encaravam as mulheres como uma potência civilizadora. Essa concepção, que além de civilizadora, era moralizante e instrutiva, foi percebida pelos assinantes. Um deles, inclusive, referiu-se à folha como “sempre variada de mil artigos, ora engraçados, ora instrutivos” (A MARMOTA NA CORTE, 21 out. 1851, p. 02). Nesse sentido, os artigos deveriam instruir as jovens para que pudessem se comportar em bailes e encontros com futuros maridos. As mulheres mais velhas, por sua vez, deveriam receber educação a fim de que pudesse dar uma boa instrução para seus filhos, que viriam a ser o futuro da nação. No mais, baseavam suas concepções de mulheres ideais nos preceitos de superioridade masculina como ponto determinante, e diferenciavam os conceitos de público e privado.

Os colaboradores ainda se preocuparam em diferenciar o amor maternal e o conjugal, na medida em que as mulheres deveriam se ocupar, principalmente, desses dois papéis. Logo, “a mulher casada, quanto ao amor e aos deveres, é toda de seu marido; quanto ao amor e a ternura, é toda de seus filhos” (MARMOTA FLUMINENSE, 23 jul. 1852, p. 01). Percebemos

que, à esposa não bastava apenas o amor ao marido, mas também se sobrepunham os deveres. Assim, as mulheres deveriam demonstrar que se importavam com os afazeres do lar e os realizavam de forma satisfatória. Caso contrário, elas seriam consideradas desmazeladas. Com relação a isso, a *Marmota* caracterizou:

Coisas que denotam desmazelo nas mulheres:

Casa por varrer.
 Vestido desabotoado.
 Cós cozido.
 Franzido despregado.
 Lenço torto no pescoço.
 Espelho embaçado.
 Pente sujo.
 Sapato largo.
 Cabelo por pentear.
 Unhas negras.
 Dentes amarelos.
 Roupa suja espalhada.
 Cama morrinhenta.
 Costura fucicada
 (MARMOTA FLUMINENSE, 27 jul. 1852, p. 04).

O molde aos comportamentos era delineado no jornal de diversas maneiras. Havia artigos, elaborados pelos colaboradores, que insistiam, inclusive, que as mulheres não deveriam se entregar facilmente aos homens, afinal, “a mulher quanto mais se facilita, menos mérito conserva aos olhos do homem” (MARMOTA FLUMINENSE, 12 nov. 1852, p. 03). Além disso, a *Marmota* declarava que as mulheres eram sempre ligadas ao amor: desde crianças, quando cultivavam amor por suas bonecas; depois, quando mais velhas, amando seus maridos e filhos; e, quando não havia mais homem que se namore, amavam a Deus e pediam a Santo Antônio outro amor para que nunca deixassem de amar (MARMOTA FLUMINENSE, 12 nov. 1852).

Ainda dissertando sobre a utilidade do casamento, o periódico alertou que as jovens deveriam saber escolher seus maridos e

[...] ter coração religioso, muita obediência aos seus pais, amor ao trabalho, e um grado imparcial em público a todos, embora tenha o seu predileto, com o qual deve ser sempre constante e não volúvel, como quase sempre acontece, porque a pior doença para o amor é a inconstância (A MARMOTA NA CORTE, 30 nov. 1849, p. 01).

Os colaboradores do periódico acreditavam que deveria haver uma remodelação na forma como os casamentos eram realizados. Após esta sugestão, Próspero Diniz publicou no jornal, nessa mesma via instrutiva e moralizante, o seguinte trecho:

Mulher insuportável para a sociedade e para o casamento

Mulher que presume de formosa
 Mulher que blasona de atirada
 Mulher que conversa em política
 Mulher que morre por dançar
 Mulher que tem intimidade com beas (sic)
 Mulher que gosta de línguas
 Mulher que passa letras e repete poesia
 Mulher que trança a perna para mostrar o pé bonito
 Mulher que assiste a enforcadas e vai a leilões
 Mulher que fala muito em honra e honestidade
 Mulher que chama sempre pelo diabo
 Mulher que conversa muito com a vizinhança
 Mulher que abre a janela de noite para ver quem passa
 (A MARMOTA NA CORTE, 14 dez. 1849, p. 04).

Na série escrita por C. J. Gomes de Souza, foi ressaltada a ideia de que as mulheres foram criadas por Deus para serem companheiras dos homens e, por isso, deveriam estar sempre perto de seus maridos. Assim, no artigo *A Mulher – preenchendo na terra (sic) as mais augustas missões de esposa e mãe*, o autor relembra as virtudes das mulheres nesses dois papéis (A MARMOTA NA CORTE, 25 jan. 1850). Após a série de publicações, um assinante do jornal, sob o pseudônimo *Mordido da bicha*, escreveu que o artigo elaborou uma sucessão de elogios que não seriam positivos para as mulheres, haja vista que elas ficariam enaltecendo a si mesmas. Nesse sentido, afirmou que algumas esposas eram insuportáveis, interesseiras e, portanto, não condiziam com as palavras do artigo de Gomes de Souza. Segundo *Mordido da bicha*, essas mulheres “tendo a fofa presunção de bem-educadas, nada mais sabem do que tocar no piano” (A MARMOTA NA CORTE, 12 fev. 1850, p. 03).

Quando casadas, as mulheres também deveriam se comportar diante dos ideais disseminados no Oitocentos. Afinal,

Não é o dinheiro do dote, nem a retórica da mulher que fazem o casamento agradável, é a boa moral da esposa, o cuidado em que emprega para preparar o cômodo para o marido que vem da rua fatigado pelo serviço, a vigilância e desvelo na criação dos filhos, o temor a Deus, a sinceridade para com seu companheiro (A MARMOTA NA CORTE, 10 jan. 1851, p. 02).

Nesse sentido, as mulheres deveriam cuidar tanto de seus filhos quanto de seus maridos, além de governarem seus lares. No entanto, também havia artigos que cultivavam

elogios às mulheres, possivelmente em uma tentativa do proprietário em agradar as leitoras, que eram a maioria e davam lucro para o periódico. Como exemplo, temos o texto de Serapião de Almeida:

A mulher em tudo! A mulher por toda parte! A mulher hoje! A mulher sempre! E sempre a mulher! Que prodígio! Quem detêm tanta magia, bela estrela de luz, tanto poder e tanta fraqueza, tanta e tão sedutora meiguice? (MARMOTA FLUMINENSE, 26 ago. 1853, p. 02).

Havia ainda outros textos, como o artigo intitulado *A mulher presta sempre*, segundo o qual “as mulheres são nossa amante na juventude; nossas companheiras na idade adulta, e nossas amas na velhice; em todas as idades, portanto, o homem tem sempre motivo para se casar” (MARMOTA FLUMINENSE, 19 jan. 1856, p. 04). No mais, em 1856, foi lançada uma série no periódico chamada *O bem que se tem dito das mulheres*. Esta abordava diversas conjunturas e mulheres que possuíam várias qualidades:

A tirania dos homens, que em tudo prevalece, torcendo as leis do direito divino, violando impunemente a equidade natural, privou a mulher da liberdade que ela recebe ao nascer. Sim, proibiram-lhe o gozo dessa liberdade por leis iníquas, aboliram-na por uso e costume; enfim extinguiram-na absolutamente pela educação (MARMOTA FLUMINENSE, [1856], n. p.).

C. da C. elaborou uma série de artigos onde citava mulheres brasileiras que, de acordo com sua perspectiva, haviam sido nobres:

Na nossa pátria nascente, onde a força da imaginação e a vivacidade tem seu império, e os talentos são congênitos, enumeram-se muitas senhoras distintas por suas sabedorias e erudição, de sorte que não precisamos de exemplos estranhos para comprovarmos tudo que havemos dito em abono de nossa opinião (MARMOTA FLUMINENSE, 02 mar. 1855, p. 03).

Entre as mulheres lembradas pela série está a celebre Paraguaçu, uma das maiores heroínas do século XVI, indígena brasileira da Bahia. Também D. Clara Felipa Camarão, a qual imortalizou seu nome nas páginas da história nacional, quando pegou em armas para proteger sua vila, em 1637. Foram igualmente mencionadas D. Maria de Sousa, ilustre Pernambucana, que perdeu seu filho em uma batalha contra os holandeses e jurou vingança; e Jerônima Mendes, que protegeu sua casa da invasão holandesa, em 1635. Além dessas, os artigos também citaram as pernambucanas que participaram da luta da província contra a Holanda, e que administravam as munições dos soldados e maneavam as armas. Entre essas

mulheres, Sara, Debora, Ester, Judith, além de outras matronas que ajudaram a libertar sua pátria. A série mencionou ainda uma senhora paulista, a qual escreveu aos deputados, em 1822, para deixarem de ser inúteis e irem aos campos de batalha. Também tiveram espaço naquela série de artigos as senhoras baianas, que puseram à disposição do governo todos seus serviços, ouros e joias para ajudar na guerra; e as senhoras de Minas Gerais, que bordavam os cinteiros com as cores nacionais nas quais se liam “morre um liberal, mas não morre a liberdade” (MARMOTA FLUMINENSE, 27 fev. 1855, p. 02).

C. da C. ainda continuou por diversas edições citando também mulheres de outros países que teriam se distinguindo. Afinal, segundo ele, “em suma, a experiência sempre provou em todos os séculos, e em todos os países, que o bello sexo prima em aptidão para as letras e ciências, e em tudo mais que pode immortalizar o nome, a reputação e a memória” (MARMOTA FLUMINENSE, 10 abr. 1855, p. 03). *C. da C.* finalizou seu artigo o dedicando à sua mãe, mas antes acrescentou que:

Nem se diga, ex-adverso, que a Mulher, já pelos incômodos que lhe são próprios em alguns dias de cada mês, ou durante nove meses de gravidez, é menos apta para as artes, silencias (sic), e outros qualquer exercícios... e muitas mulheres no nosso mesmo país, ou pelo seu estado de necessidade, ou pelos hábitos, que contraíram, nenhuma alteração sofre, o que prova em geral que elas são sempre aptas, sempre dispostas em todas as crises para o estudo das artes, e ciências, e outros quaisquer trabalhos materiais, á que por ventura queriam se dedicar (MARMOTA FLUMINENSE, 13 abr. 1855, p. 02).

O colaborador *R.* afirmou que o homem era o agente responsável por todas mazelas acometidas à vida das mulheres:

Portanto o homem é o causador de todas as maldades da mulher, por abuso da fraqueza dela, por abuso do próprio saber, força e autoridade, e por abuso do depósito, que Deus confiou à sua guarda, a sua obra primorosa, logo ao sair das suas mãos – a mulher (MARMOTA FLUMINENSE, 24 abr. 1857, p. 02).

Na última fase do periódico (1857-1864), Paula Brito lançou uma série chamada *As mulheres e os seus apaixonados*, na qual, a partir de uma sucessão de escritos, compartilhava com as (os) leitoras (es) o que homens escritores ao redor do mundo estavam apontando a respeito do universo feminino. Tais artigos foram publicados ao longo de algumas edições e comentavam anotações de homens como Sainte-Foix e Rousseau. De acordo com Paula Brito, o objetivo dessas publicações era mostrar para as mulheres como elas eram vistas em outros países. Além disso, o autor aproveitou para afirmar que “nenhuma folha do império se tem

ocupado tanto do – *Bello Sexo* – como a *Marmota* e, todavia, não tem sido bem compreendida” (A MARMOTA, 13 ago. 1858, p. 01).

Em *Nós e o Bello Sexo*, Paula Brito declarou que estava organizando um livro com tudo que encontrava a respeito das mulheres, e que este seria vendido em sua tipografia. Reiterou que se preocupava com as mulheres desde a criação do periódico *A Mulher do Simplicio*²⁵ e que almejava transformar a literatura a respeito das senhoras em uma especialidade – por isso, planejava a organização de um livro (A MARMOTA, 20 ago. 1858, p. 01). A partir de então foi anunciada a abertura da *Biblioteca das Senhoras* e a tradução e edição de livros estrangeiros dedicados ao universo do *Bello Sexo*, assim como a publicação de textos em português.

Em 1859, Paula Brito publicou o primeiro volume, com as obras *Uma expiação ou a dedicação paternal; Duas mães para uma filha; As fatias do príncipe de Brededin; Uma indiscrição; e O tear da avó*. Ele foi vendido por 1\$500, na Praça da Constituição, n.64, na loja de Paula Brito (A MARMOTA, 26 ago. 1859). O interesse de Paula Brito em editar livros para as mulheres, no momento em que elas passavam, cada vez mais, a serem vistas como leitoras pode ser compreendido a partir das concepções voltadas ao lucro, que direcionavam aquele sujeito.

Em *A mulher*, artigo elaborado por Júlio de Carvalho e publicado na *Marmota*, as mulheres foram encaradas como fundamentais para a civilização e progresso do país. Para o autor, a história da humanidade estava vinculada à história da mulher. Afinal,

É de uma extensão incalculável, e de espantosa maravilha, a influência, ora benéfica, ora perniciosa, que a mulher exerce sobre o gênero humano: a civilização, o progresso, a glória, e a decadência das nações e do homem estão encerrados em suas mãos. Agora já como mãe, já como irmã, mais tarde como esposa (A MARMOTA, 06 abr. 1858, p. 03).

No prefácio de *As metamorfoses da mulher*, traduzido por Bráulio Cordeiro, a educação feminina foi considerada indispensável, haja vista a necessidade de desenvolvimento do país:

A sociedade deve, portanto, contar com a mulher e derramar sobre ela toda a sua solicitude esclarecida. E deve, não por uma instrução ligeira e superficial, mas por uma educação forte e séria, prepará-la cedo para exercer

²⁵ Periódico abordado brevemente nesta mesma seção, no tópico “Representações da *Marmota* na década de 1850”.

com sabedoria, com discernimento e com grandeza o império que tem conquistado no seio da vida privada (A MARMOTA, 13 set. 1859, p. 03).

Até mesmo o estilo da escrita dos homens propagada no jornal caracteriza essas proposições com o formato de uma ordenação social. Em *Instrução para as moças que não de ser casadas*, os verbos no imperativo – a exemplo de “faça” e “seja” – demonstram o teor moralizante e instrutivo da publicação, como o próprio nome sugere. O texto foi traduzido do espanhol e recomendava que as mulheres se ocupassem de ofícios, pois ao trabalharem não se recordariam dos gozos dos direitos humanos. No mais, a mulher deveria ser boa cristã, ser boa aos pobres, ter hora reservada para rezar, não ser muito ocupada, mas também não ser livre, obedecer aos pais e não ficar constantemente na janela.

Recordamos que a civilização era fundamental para a sociedade. A ordem faria com que o progresso chegasse à nação. De acordo com Ricupero (2004, p. 174), “é nesse período [década de 50, período do Gabinete da Conciliação] que o Estado brasileiro se consolida definitivamente.” Posto isso, tais artigos trouxeram para o jornal questões defendidas pela folha ao longo dos anos: as mulheres como colaboradoras, mesmo que de forma indireta, para a civilização e o progresso.

No periódico, as mulheres eram encaradas a partir da perspectiva do casamento e da maternidade. Afinal, eram essas as funções sociais dadas a elas, a fim de que contribuíssem com o crescimento e o desenvolvimento dos preceitos da nova nação. Norma Telles relembra que as mulheres no século XIX não eram vistas como criadoras: elas deveriam gerar e nutrir, mas o ato de criar novas concepções cabia aos homens. No entanto, apesar disso, naquela época as mulheres começaram a escrever, tanto na Europa como na América (TELLES, 2009).

2.4.1 As mulheres enquanto escritoras: perspectiva relacional

Parece claro que as mulheres tinham mais espaço como leitoras do que como escritoras na *Marmota*. De acordo com Moraes, Calsavara e Silva (2006, recurso online), “apesar de policiada, a leitura era vista como uma atividade menos perigosa que a escrita, pois, aos olhos de muitas pessoas do século XIX, ‘escrever é produzir o texto; ler é recebê-lo de outrem sem marcar aí o seu lugar’”. Isso se deu, pois, a leitura dos artigos de teor instrutivo era vantajosa no que se refere aos ideais de desenvolvimento do país.

Em uma perspectiva relacional, constatamos que os homens ocupavam um espaço muito maior do que as mulheres na folha, mesmo que ela fosse feita para agradar ao público

feminino. Nesta perspectiva, cabia às mulheres ler a *Marmota*, mas não trabalhar no periódico: os homens dominavam o jornal, mesmo naquelas publicações consideradas femininas. Segundo Raquel Soihet, essa teoria da superioridade masculina, produzida a partir do discurso masculino sobre o homem e sobre as mulheres, produzia uma forma de violência. Essa relação de dominação é histórica, linguística e culturalmente construída (SOIHET, 1997b).

A historiadora Joana Maria Pedro (2005) nos atentou para a importância de cruzar os sujeitos e conectar suas histórias. Por isso, a perspectiva relacional é essencial para enxergarmos as mulheres na *Marmota*. Caso fosse produzido um estudo quantitativo, perceberíamos que não foi uma presença frequente: levantamos 129 vezes em que mulheres publicaram na *Marmota*. Se levarmos em consideração que o jornal saía duas vezes por semana e que foi editado por treze anos, esse número não é, de fato, relevante. Ainda, se relacionarmos com as publicações dos homens, notaremos uma ampla diferença na perspectiva quantitativa.

Essas constatações nos permitem refletir a partir das relações de poder que foram – e são – construídas e desenvolvidas em nossa sociedade paternalista. Tomando o gênero como uma categoria relacional, entendemos que há uma ponderação a ser feita a partir das relações formadas entre os homens e as mulheres (PEDRO, 2005). Comparando, portanto, os espaços de atuação dos homens e das mulheres no periódico, percebemos que eles estiverem mais presentes.

Apesar disso, não devemos desconsiderar as mulheres como escritoras na *Marmota*, visto que a percepção exposta só representa uma relação de poder ordinária do século XIX. Nesse sentido, mesmo que os homens estivessem mais atuantes no periódico, houve uma presença de escritoras. Tal constatação nos mostrou que, mesmo que as mulheres tenham aparecido relativamente pouco nas edições do jornal, as autoras e seus escritos foram indispensáveis para as reivindicações femininas. Logo, essa presença foi fundamental para que fossem desenvolvidos questionamentos à sociedade de então – considerando ainda a imprensa como determinante para a exposição daquelas contestações.

Ao longo do século XIX, a imprensa escrita era o maior meio de comunicação e, portanto, quando as mulheres escreviam em um periódico como a *Marmota*, disseminavam suas concepções e ideais. Assim, elas formavam o que seria uma opinião pública. Marco Morel trata a discussão ao redor do conceito de opinião pública e aponta que seu surgimento está intimamente ligado ao advento da imprensa no Brasil. O autor destaca, dentre as diversas leituras possíveis do conceito, o grupo letrado que, munido da ferramenta impressa, ajudava a

demarcar normas morais, abstratas e gerais que consolidavam o pensamento dominante, rompendo a barreira do julgamento privado (NEVES; MOREL; FERREIRA, 2006). Nesse aspecto, tomamos os escritos femininos na *Marmota* como formas de consolidar uma nova noção sobre as mulheres, realizada via imprensa.

No entanto, é preciso considerar a situação de privilégio vivenciada pelas mulheres que compartilharam seus escritos naquele jornal. Conforme abordado por Biroli (2017, p. 199),

Uma das maneiras de analisar a crítica feminista historicamente é, assim, na sua passagem do problema de exclusão das mulheres ao problema da produção de gênero [...]. Outro ângulo em que se pode compreender as diferentes abordagens do feminismo é o da passagem do problema de exclusão das mulheres para o problema do privilégio.

Desse modo, acreditamos que devemos levar em consideração as questões expostas acima, a fim de analisarmos as publicações das escritoras. Essas mulheres possuíam privilégios, tendo em vista que o conhecimento da leitura e da escrita, no século XIX, poderia ser caracterizado como uma distinção. Este fato, em uma sociedade escravista, pode nos dizer muito sobre a cor dessa escrita.

São essas escritoras e suas abordagens que buscamos resgatar na próxima seção. Dessa forma, poderemos investigar quais eram as reivindicações dessas mulheres e também perceber como a imprensa se tornou fundamental para o desenvolvimento de tais questões. Afinal, acreditamos que, assim como exposto pelo historiador Marco Morel, as palavras são “importantes instrumentos de combate” (MOREL; BARROS, 2003, p. 21). Nessa perspectiva, é preciso considerar como a história das mulheres contribuiu com o conhecimento histórico em vários aspectos, incluindo no resgate de escritoras. O resultado dessa concepção é a análise exposta no decorrer da seção seguinte.

3 ESCRITOS E ESTRATÉGIAS DAS MULHERES NA *MARMOTA*

Nesta seção, buscamos traçar algumas temáticas que eram mais frequentemente abordadas na *Marmota* pelas mulheres, de modo a perceber tais assuntos como basilares no fundamento do jornal. Assim, também procuramos entender tais escritos como possibilidades e estratégias utilizadas pelas mulheres, a fim de terem suas poesias ou prosas apresentadas em um periódico que possuía certo nível de circulação. Assim, seus escritos e reivindicações atingiriam um público leitor significativo.

Além disso, quando analisamos os escritos elaborados por mulheres, buscamos compreender, a partir do próprio relato feminino, as normas sociais impostas. Assim como mencionamos na seção anterior, tais normas, por vezes, buscavam ressaltar ideais de civilidade para o público feminino que viriam a beneficiar o desenvolvimento da nação. Nesse sentido, as mulheres se apropriavam dessas noções e, estrategicamente, recusavam ou aceitavam tais concepções.

As escritas dessas mulheres, por vezes, eram publicadas a partir da troca de cartas entre as leitoras e o jornal. Através dessa troca, conforme destacado por Darnton e Roche (1996), se fundiam as ideias propagadas entre a rua e os periódicos. Apesar de não termos como objetivo biografar essas mulheres escritoras, em alguns momentos entendemos ser necessário articular as publicações às respectivas escritoras e acabamos por dissertar, mesmo que brevemente, a respeito das autoras.²⁶

3.1 ESCRITORAS

No Brasil, as mulheres demoraram a ser reconhecidas como autoras ou escritoras. O primeiro passo foi para serem leitoras. No dicionário de Antônio Moraes e Silva, em 1813, só existe a palavra escritor, singular e masculino, considerando autor de alguma obra escrita (BESSONE, 2005, p. 81).

A historiadora Tania Bessone ressalta, no trecho destacado acima, o tardio reconhecimento das mulheres como escritoras. Conforme abordado na seção anterior, às mulheres caberia, em um primeiro momento – e após certas reivindicações – a leitura dos periódicos, mas não a colaboração e a escrita no mesmo. Entretanto, apesar dessa colocação, as mulheres começaram a escrever (TELLES, 2009).

²⁶ Sobre a relação entre a escrita e as autoras, confira: CHARTIER, 1999.

A presente seção foi desenvolvida nesse sentido: entender a escrita das mulheres que compuseram parte dos artigos e elaboraram algumas séries de publicações ao longo dos anos em que a *Marmota* foi editada. De acordo com Monica Jinzenji, os escritos feitos por mulheres foram vistos durante um tempo como de menor qualidade, sendo reservados a uma escrita privada, a exemplo da troca de cartas. Porém, para além das epístolas, essas mulheres encontraram espaço na imprensa feminina, que vinha crescendo ao longo do século XIX (JINZENJI, 2012).

As escritoras foram se formando nesse movimento de leitoras, haja vista que o hábito da leitura resultaria em escritos posteriormente publicados. Beatriz Francisca de Assis Brandão²⁷, mulher oitocentista que colaborou por muitos anos com a *Marmota*, destacou, em uma de suas poesias publicadas no periódico, as leituras que fazia escondida dos pais:

Eu tinha conseguido a grande dita
De encontrar um Camões, e um Bernardes
Que em um cesto jaziam esquecidos
Entre velhos, e inúteis alfarrábios,
Pude escondê-los, e em segredo os lia.
Que ilustração! Que fonte de ciência!
Li, reli, decorei, compus idílios!
(MARMOTA FLUMINENSE, 18 jan. 1853, p. 03).

Nesse trecho, Brandão afirmou suas leituras e sua posterior composição. O certo é que Beatriz Brandão não estava sozinha na jornada de ser uma mulher escritora oitocentista. Nesse aspecto, a leitura da *Marmota* nos possibilita conhecer e reconhecer outras *sujeitas* que compunham o conteúdo desse periódico e que utilizavam a escrita como divertimento, instrumento de objeção às concepções impostas socialmente ou como forma de sustento.

Os assuntos abordados por essas escritoras eram variados e ocupavam espaços distintos do periódico, conforme destacado em um trecho da seção anterior. Entretanto, raras vezes os escritos produzidos por mulheres se encontravam na primeira página do jornal. Afinal, era nessa primeira parte que estavam os artigos – segundo a concepção do redator – mais importantes e que atraíam compradores.

Esses escritos eram desde poesias, passando por folhetins, até artigos reivindicando participação política. Separadamente, as questões mais interpeladas eram: amor, educação e matrimônio, pontos que abordaremos ao longo desta seção. Entretanto, também trataremos de artigos críticos relacionados às mulheres públicas e à participação das mulheres na política.

²⁷ Mais adiante, abordaremos mais profundamente essa escritora. Para saber mais, leia: PEREIRA, 2005, 2009.

Estes, apesar de não terem sido frequentes, são fundamentais para a perspectiva social que buscamos construir neste trabalho.

Conforme destacado pelo historiador Robert Darnton (2010), quando tratamos de compreender alguma situação e/ou escrito, é necessário entender o texto pelo contexto. Nesse sentido, percebemos que alguns desses escritos eram estruturados a partir de discussões que estavam acontecendo na Corte, em meados do século XIX, e que acabavam por também se desenvolverem na imprensa. Rodrigo Cardoso (2015, p. 11), em sua tese, destacou a agência histórica da imprensa oitocentista:

Ao se analisar a imprensa, faz-se necessário enfocá-la não apenas enquanto veículo de ideias refletidas de uma realidade socioeconômica definida, mas enquanto agente histórico produtor e disseminador de textos que, ao mesmo tempo influenciavam e eram influenciadas pelo contexto.

Nesse sentido, percebemos a *Marmota* como partícipe de questões pertinentes ao universo das mulheres e postas na sociedade da década de 1850. Alguns pontos, contudo, iam além do universo feminino e se relacionavam com a prosperidade de um país que estava em construção. Ademais, cabe refletirmos sobre a afirmação feita por Barbosa Lima Sobrinho (1923, p. 37) de que “os povos têm a imprensa que merecem”. Essa frase ressalta a dimensão que os contextos social, cultural e político têm diante da construção da imprensa, tendo em vista que ela se desenvolve a partir de condições colocadas pelo povo, daquilo que “o povo merece”.

No mais, identificamos, ao longo da análise, certa pluralidade de pensamentos a respeito da condição feminina no século XIX. Essas noções são colocadas de formas diferentes, principalmente se nos atentarmos à autoria masculina ou feminina. Isso acontecia porque “a imprensa foi usada como fio condutor de valores sociais que deveriam ser apreendidos pelos seus leitores. Ao mesmo tempo foi também por meio dela que muitos padrões sociais puderam ser questionados e até mesmo rompidos” (NASCIMENTO, 2006, p. 16). Nesse sentido, vários discursos e opiniões podem ser encontrados na *Marmota*, pois seus colaboradores(as) e escritoras(es) eram diversos e discordavam sobre certas questões.²⁸

A composição dessa seção foi pensada de forma a analisar os escritos a partir dos temas percorridos e, então, compreendermos as mulheres que estavam por trás das publicações. Foram muitos sujeitos e assuntos interpelados durante a circulação do periódico,

²⁸ Garzoni (2012) aponta essa questão a partir de uma perspectiva encontrada em Sidney Chalhoub.

assim como as estratégias utilizadas por essas mulheres a fim de melhor se colocarem na *Marmota*. Nesse seguimento, apresentamos algumas dessas questões.

3.2 NEGOCIAÇÕES E ESTRATÉGIAS

Para caracterizarmos certas negociações e estratégias dessas escritoras oitocentistas, seguimos os conceitos utilizados por Cowling (2018). Embora a autora explore essa questão a partir de processos judiciais, aplicamos aqui esses conceitos à análise da escrita das mulheres do século XIX difundida pela imprensa.

A fim de se inserirem em um ambiente que era, predominantemente, masculino, as escritoras se valiam de algumas estratégias. Muitas dessas mulheres afirmavam que suas escritas eram inferiores aos trabalhos feitos por autores homens e se desculpavam por escreverem *defeituosamente*. Partindo dessa noção, questionamo-nos sobre essa desqualificação feminina feita pelas próprias mulheres. Elas estariam, de fato, considerando suas escritas incorretas e, ainda assim, enviando as mesmas para serem publicadas em um jornal de grande circulação? Até que ponto essa “incompetência” não era uma estratégia para que seus escritos fossem publicados em um periódico cujo proprietário, editor e redator era um homem?

A título de exemplo, transcrevemos, a seguir, o trecho final de um mote e glosa de autoria de Ana Flora da Silva Maia:

Mas esta verdade é nua,
Precisa ser enfeitada
Por pena mais atilada
Que não parece tão crua
(A MARMOTA, 31 jul. 1857, p. 04).

Nesse trecho, encontramos vários indícios dessa estratégia que buscamos resgatar. Maia afirmou que sua poesia precisaria ser mais “enfeitada”, ou seja, precisaria estar mais profundamente apta por “pena mais atilada”, por um autor que escrevesse com mais cautela. Assim, de acordo com ela, sua poesia não pareceria “tão crua”, no sentido de ser rasa ou insipiente. Entretanto, mesmo afirmando que seu escrito não valia a publicação, Maia enviou para a *Marmota* seu mote e glosa.

Além disso, é necessário destacarmos que a autora encaminhou essa poesia para um concurso realizado pelo periódico. Era comum que a *Marmota* lançasse alguns concursos em que as leitoras e os leitores eram convidados a participar: as chamadas “Mote a prêmio”. Tais

concursos, propostos por Paula Brito, rendiam edições e mais edições repletas de mote e glosas a serem avaliadas. Nesses editais, o jornal publicava um mote e os assinantes deveriam enviar algumas glosas a serem avaliadas por um júri técnico, também escolhido por Paula Brito. A melhor glosa ganharia um prêmio que, na maioria das vezes, consistia em alguns meses de assinatura gratuita do jornal.

Ana Maia sabia desse prêmio e, certamente, almejava ganhar uns meses de assinatura do jornal que já fazia leitura. Provavelmente, a escritora também tinha conhecimento de que o júri que avaliava esses escritos era composto, em sua maioria, por homens. A partir dessa noção, podemos inferir que Maia utilizava um recurso que estava ao seu alcance para sair vitoriosa do concurso: uma estratégia baseada em utilizar a seu favor a disseminada noção de uma suposta inferioridade feminina. Naquele edital, no entanto, Ana Maia não ganhou nenhum prêmio.

Ao abordamos as estratégias e negociações dessas escritoras, estamos tratando de certa agência de mulheres. Estas, além de escreverem dentro de uma sociedade baseada em noções paternalistas, ainda se valiam das concepções daquele universo a fim de encontrarem formas de se inserir e estarem representadas em aspectos sociais, culturais e políticos no Oitocentos.

Logo, discordamos da colocação feita por Tedeschi (2016, p. 159), o qual aponta que:

Ao internalizar a naturalidade da discriminação, imposta pelas representações e discursos, torna-se difícil para a mulher romper com essa imagem de desvalorização de si mesma. Ela acaba aceitando como natural sua condição de subordinada, vendo-se através dos olhos masculinos, incorporando e retransmitindo a imagem de si mesma criada pela cultura que a discrimina.

À medida que se trabalha a partir da interpretação supracitada, a ação das mulheres é desconsiderada. Neste caso, as relações de dominação entendem as mulheres na condição de subordinadas. No presente trabalho, no entanto, não consideramos que elas eram passivas.

Precisamente três anos antes da publicação de Ana Flora da Silva Maia, algumas poesias foram apresentadas na *Marmota* sob o pseudônimo de *Alcipe*²⁹. Assim como Maia, *Alcipe* se desculpou incontáveis vezes a respeito de sua escrita insipiente. Apesar dessa

²⁹ *Alcipe* foi o pseudônimo utilizado pela escritora portuguesa Leonor, que publicou muitos livros e foi fundamental para o desenvolvimento da literatura portuguesa. Entretanto, é impossível se tratar aqui da mesma autora, tendo em vista que, em 1854 (ano em que a *Alcipe* brasileira começou a publicar escritos na *Marmota*), Leonor já havia falecido. Possivelmente, a escritora brasileira se inspirou na portuguesa a partir do pseudônimo utilizado. Sobre Leonor, confira: HORTA, 2011; AMBROSIO, 2008; FLORES; CAVALCANTE, 2017.

afirmação, a autora argumentou que esperava ter um espaço na folha, a fim de publicar seus escritos. Em suas palavras:

Se as fracas produções de minha pobre inteligência podem merecer algum conceito, peço para elas, quando por ventura houver disponível, um cantinho de sua apreciável folha, esperando, porém, da conhecida delicadeza de V., que desejo conservar o incógnito que desejo ter.
Sou, com particular estima,
Sua constante leitora,
Alcipe
(MARMOTA FLUMINENSE, 02 maio 1854, p. 01).

No trecho, *Alcipe* deixou evidente o desejo de manter seu anonimato, sob o uso do pseudônimo. Assim, a escritora se valeu do espaço que lhe foi concedido e continuou a publicar alguns de seus versos. Ela chegou, inclusive, a escrever um artigo para o periódico.³⁰ No momento em que estabeleceu seu espaço na *Marmota*, a autora começou a publicar escritos através dos quais, ao invés de se desculpar pela sua suposta escrita de má qualidade, buscava enaltecer todos os trabalhos realizados por mulheres. Como exemplo, citamos o trecho a seguir:

Nova era raiou! Teu sexo amável
Já da crassa ignorância libertado,
Das artes e ciências vai trilhar
A brilhante carreira que ilustrado
Tem dos homens a vida, o nome, e a fama!
Mulheres! Sou por vós! Rasgado está
O véu do prejuízo. Eu quero e mando,
Quais vindouros mostreis que a mente vossa
Pode o voo elevar ao claro engenho!
Eia! Nada temas! Avante! Avante!
Minerva, que é mulher, a vós anima!
Minerva, que é mulher, vos dita a gloria!
(MARMOTA FLUMINENSE, 07 jul. 1854, p. 03).

A autora estava disposta a encorajar outras mulheres a mostrarem ao mundo que elas poderiam o mesmo que os homens. Afinal, elas não eram ignorantes, como eles concebiam, podendo, assim, trilhar o caminho das artes e das ciências. Por mais que os homens não estivessem satisfeitos com essas condições, o excerto nos mostra como as mulheres estavam buscando se fortalecerem. Para isso, elas procuraram na deusa da sabedoria a razão para que se libertassem.

³⁰ O artigo integra a edição de número 929 da *Marmota*, de 26 de fevereiro de 1858.

Por fim, *Alcipe* escreveu um artigo no qual desafiava, novamente, a qualidade da escrita elaborada por mulheres. A escritora afirmou que escrevia de forma inferior, pois essa seria a condição determinada às mulheres que ousavam escrever. De acordo com a história fictícia contada por *Alcipe*, no momento em que uma mulher pediu ajuda ao deus Apolo – responsável pela inspiração dos homens – ele haveria respondido: “minha filha, o que pretende é bem difícil e espinhoso! Toma o meu bom conselho; cuida de tuas costuras, que é o verdadeiro” (A MARMOTA, 26 fev. 1858, p. 03). Tal trecho é representativo do quão árduo era caminho que as mulheres desejosas da escrita deveriam percorrer. Além disso, o fragmento ainda desperta para um percurso que seria peregrinado sem ajuda dos homens, como ocorreu, de fato.

Mesmo escritoras que tiveram reconhecimento no Oitocentos, a exemplo de Beatriz Brandão, utilizaram dessa estratégia. Brandão, no período que colaborou na *Marmota*, escreveu: “eu mal sabendo manejar a pena, confiava ao papel meu pensamento” (MARMOTA FLUMINENSE, 18 jan. 1853, p. 03). Ela possuía, ainda no século XIX, reconhecimento como escritora, tendo em vista que já havia aparecido em algumas obras conceituadas. Além de Delfina Benigna da Cunha, Brandão foi a única mulher a ter uma participação no livro *O Parnaso Brasileiro*. Esta obra, organizada por Januário da Cunha Barbosa, pretendia, em semelhança ao *Parnaso Português*, reunir os maiores escritores de sua atualidade.³¹ Além disso, Beatriz Brandão colaborava não apenas com a *Marmota*, também escrevia para outro periódico, bastante conhecido no Oitocentos: *O Guanabara*.³²

Por sua vez, Joana Noronha, que também era reconhecida durante o Oitocentos, parece não ter tido a necessidade de empregar tal estratégia. Entre os estudiosos da imprensa feminina do século XIX, talvez ela seja a escritora mais conhecida. Noronha era uma argentina que residia no Brasil e escreveu alguns versos para a *Marmota*. Como já foi abordado anteriormente neste trabalho, durante seis meses, Joana Noronha foi a responsável por redigir o *Jornal das Senhoras*, periódico reconhecido como a primeira folha feita por e para mulheres. Noronha, contudo, além de se ocupar da imprensa feminina, também atuava, escrevia peças de teatro e era professora (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1853). Refletindo sobre a inauguração do *Jornal das Senhoras*, também podemos considerar que o momento

³¹ *O Parnaso Brasileiro*, organizado por Januário da Cunha Barbosa, teve dois volumes, que foram publicados entre 1829-1830. Assim, quando Beatriz Brandão passou a colaborar com a *Marmota*, em meados da década de 1850, já era uma autora conhecida. Confira: CUNHA, 2005.

³² Revista que circulou na Corte entre 1849-1856 e contava com a participação de homens como Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo. Seu objetivo era disseminar ideais a respeito do progresso e da civilização no Brasil. Saiba mais em: LOPES, 1978; LIMA; CRISTINA, 2008.

para criação de um periódico que ressaltava a importância da educação feminina para o progresso da nação foi leal às convicções do período.

Joana Noronha foi a primeira das redatoras a trabalhar no *Jornal das Senhoras*, o que ocorreu durante o primeiro semestre de 1852. Por isso, quando publicou na *Marmota*, em 1857, Noronha já possuía certo reconhecimento do público leitor do periódico. Dentre esse público, supomos, com base nas publicações que se cruzavam entre os dois jornais, havia muitas leitoras.

Na *Marmota*, Joana Noronha publicou um soneto à poeta portuguesa Dolores. Escreveu que Dolores era sua inspiração, visto que se sentia semelhante a ela: “duas mulheres esquisitas, difíceis de explicar e compreender!” (MARMOTA FLUMINENSE, 17 abr. 1857, p. 01). A autora ainda colocou a morte como a única saída para escapar do sofrimento. Em outra edição, publicada alguns dias depois, a escritora versou novamente a respeito de sua vida sofrida (MARMOTA FLUMINENSE, 15 maio 1857).

Após dois anos, em 1859, a autora publicou na *Marmota* uma carta direcionada aos seus amigos do Rio de Janeiro, aos quais se dizia grata e com saudades. Na pequena carta, a escritora argentina afirmou que aquela cidade era inesquecível, sendo impossível não sentir saudades dela, mesmo com qualquer tipo de problema que pudesse ter (A MARMOTA, 27 set. 1859). A falta que sentia do Rio de Janeiro era justificável, tendo em vista que seis anos antes da publicação desta carta, Noronha teria regressado para Argentina.

Tanto Joana Noronha quanto Beatriz Brandão escreveram livros, vendidos nos espaços onde eram comercializados os jornais. Era o que acontecia, inclusive, na tipografia de Francisco de Paula Brito, a renomada – e, após 1857, falida – *Dous de Dezembro*. Em 1856, Brandão publicou sua obra *Cantos da Mocidade*³³, uma espécie de coletânea com suas melhores poesias, cuja edição foi feita pela tipografia de Paula Brito. Naquele mesmo ano, seu livro, vendido no valor de mil e quinhentos a dois mil réis, já estava em tipografias e diversas outras lojas. Além disso, o livro foi anunciado em vários periódicos, a exemplo da *Marmota*, *O Guanabara*, *Jornal do Comércio* e *A Pátria*. Em 1881, *Cantos da Mocidade* foi a única obra escrita por uma mulher a ser oferecida ao Congresso Literário Guarani, por F. Pinheiro Júnior (O FLUMINENSE, 03 jul. 1881).

Por sua vez, Joana Noronha escreveu dois livros durante sua vida. Um deles, chamado *As consolações*, era vendido, em 1860, por duzentos réis (JORNAL DO COMÉRCIO, 06 maio 1860). Esse mesmo livro foi publicado por partes e em várias edições na *Marmota*

³³ Encontramos o livro sendo vendido em um leilão. Confira em: <https://www.miguelsalles.com.br/peca.asp?ID=4263258>. Acesso em: 18 nov. 2019.

Fluminense e, posteriormente, vendido na tipografia de Paula Brito por quinhentos réis (A *MARMOTA*, 27 abr. 1858). Na loja *Livros baratos*, o exemplar do seu livro chegou a custar oitocentos réis (O *CORREIO DA TARDE*, *JORNAL COMERCIAL*, *POLÍTICO*, *LITERÁRIO E NOTICIOSO*, 21 out. 1861).

3.3 “MULHERES DE LETRAS”: O ROMANCE HISTÓRICO E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO

Conforme abordado no item anterior, dentre as escritoras que compuseram a *Marmota*, duas eram mais consagradas: Beatriz Brandão e Joana Noronha. No entanto, a partir de agora, realizaremos algumas análises sobre outra autora fundamental, responsável pelo folhetim *D. Narcisa de Villar*. Este romance histórico, publicado no periódico ao longo do ano de 1858, foi escrito por Ana Luísa de Azevedo e Castro, que assinava sob o pseudônimo de “*Indígena do Ipiranga*”³⁴. Nesse trecho, portanto, refletiremos a respeito da obra *D. Narcisa de Villar* e sua ponderação sobre a construção da nação brasileira.

Em 1859, aquele romance foi editado em formato de livro, pela tipografia de Paula Brito. Primeiramente, contudo, Paula Brito publicou o romance de forma seriada na *Marmota*. Assim, caso houvesse público que considerasse a narrativa agradável, o tipógrafo a editava em forma de livro: “fica, deste modo, patente que a manutenção de um periódico literário era de vital importância para o trabalho de edição no século XIX” (GODOI, 2016, p. 241). Posto isso, sabemos que a obra de Ana Luísa de Castro fez sucesso no período.

No romance estão presentes diversas questões que foram debatidas no século XIX, referentes à nova nação que estava se formando. A obra escrita por Castro pode ser caracterizada como um romance indianista, no qual um dos personagens principais, Leandro, era índio, assim como sua mãe, Ephigênia. As preocupações da narrativa, publicada pela primeira vez na *Marmota*, dizem respeito a questões que estavam afligindo a nova nação, como o casamento entre raças, o lugar dos índios e o lugar das mulheres na sociedade. Nesse sentido, quando pensamos a respeito da construção dessa “nova” nação, o que os romances históricos podem nos dizer? De acordo com Ricupero (2004, p. XIX),

Para os homens e algumas poucas mulheres que começam a ter atuação política e literária na época que se segue à independência da maior parte das antigas colônias da América, a tarefa principal que se impõe é definir mais

³⁴ Nome atualizado de acordo com a ortografia contemporânea. No periódico, o pseudônimo constava como “Indygena do Ypiranga”.

precisamente a identidade política e cultural desta parte do globo tão recentemente colocada em contato com as outras.

Desde a década de 1830, principalmente após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, o Brasil passava por um dilema referente à identidade nacional: o que era ser brasileiro? Qual seria a raça dessa nova nação? A historiadora Ivana Stolze Lima destaca a imprensa do período como um espaço no qual vários dramas eram representados e, entre eles, estava a questão concernente às identidades raciais. Todavia, não eram apenas as circunstâncias ligadas aos negros que estavam em pauta, mas também pontos referentes à identidade indígena (LIMA, 2003). Lembremos, afinal, que era uma sociedade em construção e que concordava com a legitimidade do trabalho escravo, haja vista a defesa da propriedade privada (MATTOS, 2004).³⁵ A criação do IHGB – que será mais bem discutida a seguir – permitiu que os homens do século XIX pensassem sobre a definição da nação brasileira. Assim, ao definirem o que era ser brasileiro – figura que remetia ao branco, europeu, português – automaticamente, definiram o “outro”, que viria a ser representado pelos negros e índios (GUIMARÃES, 1988).

Enquanto o livro de Ivana Lima destaca, atualmente, a mestiçagem como a cor “original dos nativos da terra”, os sujeitos por trás do IHGB discutiam a questão dos índios em relação à civilização da nação³⁶. Neste sentido, Ricupero afirma que, na América Latina, a perspectiva literária utilizou de aspectos tangentes à história e à cultura local, a fim de reforçar a identidade nacional. Assim, como lembra Manoel Guimarães (1988, p.11):

Será, portanto, em torno da temática indígena que, no interior do IHGB, e também fora dele, travar-se-á um acirrado debate em que literatura, de um lado, e história, de outro, argumentarão sobre a viabilidade da nacionalidade brasileira estar representada pelo indígena.

Guimarães ressalta a noção da literatura nacional da década de 1850, que incorporava a imagem do índio como portador de certa “brasilidade” – concepção esta abordada na obra de Ana Luísa de Castro. Desse modo, o negro seria a representação do atraso de uma nação, a qual tanto almejava se desenvolver e atingir o progresso. Para Guimarães, a questão indígena também era tratada assim pela história nacional, tendo em vista os territórios fronteiriços, que o Estado desejava manter, e a questão econômica. De acordo com Bernardo Ricupero, os

³⁵ A partir do *dilema da peteca*, utilizado por Chalhoub (1990), também percebemos essa questão. Tratava-se da relação entre aqueles que defendiam a escravidão, pautados em noções de propriedade privada, e aqueles que defendiam a abolição, pautados nos princípios da liberdade.

³⁶ Segundo Ricupero (2004, p. XXV), ser civilizado era “uma nova forma de relacionar-se com o mundo, principalmente o centro capitalista.”

índios se tornaram símbolos nacionais no momento em que o Brasil desenvolvia um medo de revoltas escravas. Por isso, tendia-se a supervalorizar a figura indígena, haja vista que o objetivo dos intelectuais da época era construir referências para a nova nação (RICUPERO, 2004).

Ivana Lima recupera José de Alencar como exemplo de uma nova maneira de refletir a respeito dos termos indígenas na literatura, enquanto poderia, a título de exemplo, se referir à narrativa indígena elaborada por Ana Luísa Castro. Esta, diferentemente de Alencar, criou uma forte figura feminina através da personagem de D. Narcisa de Villar, tecendo críticas à falta de liberdade feminina a partir dela. Nessa via, de acordo com Zahidé Muzart (1989), Ana Luísa Castro se inspirou no romance indianista *O Guarani* (1857), de José de Alencar, para escrever a sua própria narrativa, no ano seguinte. Apesar de suas diferenças, os romances possuem semelhanças no que tange à temática indianista e ao recorte temporal utilizado.

No momento em que Ana Luísa Castro lançou seu romance, os homens literatos estavam discutindo a construção da nação,³⁷ e o jornal fazia seu papel nesse processo civilizador. Publicando artigos voltados, por exemplo, para questões relativas à educação, “o jornalismo, apesar de todos os inconvenientes e vícios tem sido um elemento de educação e civilização... O jornal é civilizador” (LIMA SOBRINHO, 1923, p. 117). Por sua vez, a história seria, na visão de Manoel Guimarães (1988, p. 14), “o meio indispensável para forjar a nacionalidade.”

Todas temáticas evidenciadas no romance histórico de Ana Luísa Castro se configuram como preocupações históricas vivenciadas ao longo do século XIX. Nesse caso, teria ela especulado um espaço no IHGB? Nossa resposta pode ser encontrada na negação da entrada de Beatriz Brandão³⁸ e na própria admissão de Castro para uma sociedade literária. Questionamo-nos então: qual seria esse limiar entre literatura e história, que separava os universos masculino e feminino?

Para compreendermos essa distinção é necessário refletirmos sobre a essência de cada uma dessas instituições. Inaugurado em 1838, por Januário da Cunha Barbosa, o IHGB tinha como objetivo compreender esse processo de construção do Estado Nacional Brasileiro.³⁹

³⁷ Ricupero (2004) reflete sobre a questão de os romancistas de meados do século tentarem, através da literatura, construir uma identidade brasileira. O autor também defende que a ideia de nação é uma construção da elite, e não um restabelecimento de concepções do passado.

³⁸ Em meados da década de 1850, Joaquim Norberto sugeriu que Beatriz Brandão entrasse como sócia do IHGB. Ela, contudo, teve sua admissão negada por Joaquim Manoel de Macedo e por Antônio Gonçalves Dias, sob a justificativa de que Brandão era uma literata e, portanto, deveria fazer parte de uma sociedade literária, e não histórica e geográfica.

³⁹ Para saber mais sobre o IHGB e o processo de construção da nação, veja: GUIMARÃES, 1988.

Nesse aspecto, é importante salientar que a produção de conhecimento relacionado ao IHGB, se restringiu, por muitos anos, aos homens.

As sociedades literárias, por sua vez, embora também estivessem preocupadas com a construção da nação, não tinham esta questão como foco, como era o caso do IHGB. Logo, abrir espaço para as mulheres no Instituto seria, de certa maneira, conceder espaço público para elas. Essa atitude parecia algo extremamente fantasioso para os seus membros. Recordamos ainda que, naquele momento, a história era “mestra da vida”,⁴⁰ e organizar uma associação de história era pensar sobre como reger os acontecimentos de uma nação. Essa responsabilidade, para aqueles homens que eram membros do Instituto, não poderia estar nas mãos das mulheres.

Assim, as sociedades literárias se preocupavam com outras temáticas. Por isso, apesar de igualmente compostas por uma maioria de homens, em 1866, Ana Luísa Castro passou a integrar uma delas: a Sociedade de Ensaio Literários. De acordo com a revista mensal desse grupo, a escritora

Era animada de nobres e elevados intuitos em favor da educação e instrução de seu sexo, o que provou em suas conversações e em um pequeno, mas bem elaborado discurso por ela lido na sessão magna desta associação em 20 de janeiro de 1866 lembrando a criação de um clube para senhoras, no qual se desenvolvesse o gosto delas pela literatura e fosse ouvida, de vozes de seu sexo, leitura de história, filosofia e moral (SIMÕES, 1872, p. 675).

A partir do relato transcrito acima, através do qual Castro era tida como incentivadora da instrução feminina, não devemos nos surpreender com a forma como a autora construiu as principais personagens femininas de seu romance, Narcisa e Ephigênia. Ana Luísa Castro proporcionou um lugar de fala e poder àquelas personagens femininas, fundamentais no decorrer da narrativa. Segundo Zahidé Muzart (1989), os relatos dos viajantes que passaram pela província de Santa Catarina no século XVIII e XIX demonstram que as mulheres que residiam naquela província possuíam muito mais liberdade do que as mulheres da Corte. De acordo com essa concepção, teriam as origens catarinenses de Ana Luísa Castro influenciado sua escrita?

A protagonista D. Narcisa de Villar se mostrou, durante toda a trama, uma figura forte, capaz de contrariar a vontade de seus irmãos, que tanto a apavoravam, em prol de viver um amor com um sujeito que, na época, era supostamente inferior a ela. Isso porque esse

⁴⁰ Sobre o conceito de história mestra da vida, confira: KOSELLECK, 2006.

personagem era Leonardo, filho de uma índia com um homem branco.⁴¹ Em função da sua força, Narcisa de Villar foi capaz de fugir de sua cerimônia de casamento, com o grande amor de sua vida e amigo de longa data, Leonardo. Apesar de o romance não terminar exatamente com um final feliz, ele, de fato, demonstra valores referentes a movimentos seguros e convictos vindos de uma personagem feminina. Assim, além de ter dado voz às mulheres, Castro também amplificou e tentou viabilizar a questão indígena. Conforme comentado por Andreatta e Alós (2014, p. 99), “D. Narcisa de Villar denuncia a violência institucional e simbólica, que pautou a construção da nação brasileira, desestabilizando, desta forma, a configuração da identidade nacional, uma vez que deu voz a sujeitos subalternizados”.

Outra denúncia que aparece na obra é a relação entre a Igreja e o poder paternalista, representada através da figura do vigário. Na narrativa, o padre acompanha os irmãos de D. Narcisa nas execuções expostas ao final do livro, demonstrando que apoiava as atitudes impositoras dos irmãos diante das personagens femininas, representadas por D. Narcisa de Villar e pela índia Ephigenia. Portanto, a Igreja legitimava o discurso da submissão feminina em um sistema paternalista, que estava em vigor no século XIX – e que tinha ainda mais força no século XVII, quando se passa a narrativa do livro.

Percebemos, através do romance histórico escrito por Ana Luísa Castro, que as mulheres estavam pensando no progresso da nação para além das questões que lhes eram colocadas, como a função da educação posta sobre a maternidade. Através de sua escrita, Castro colocou luz sobre sujeitos que não estavam em uma condição de destaque. Assim, podemos perceber uma agência feminina no que tange aos debates gerados em torno do desenvolvimento do país, haja vista, principalmente, a preocupação da autora com a questão indígena.

No entanto, se pensarmos nos argumentos expostos na tese de Garzoni a respeito da defesa às questões indígenas realizada por Leolinda Daltro e Elisa Scheid na imprensa do começo do século XX, podemos questionar a postura de Castro em seu romance. Garzoni problematiza as afirmações de Daltro e Scheid, ponderando que o modelo de civilização ideal a ser alcançado seria o branco – modelo ao qual elas pertenciam. Assim,

Enquanto representantes do mundo civilizado, elas assumiam a missão, quase maternal, de tutelar os índios, a fim de que fossem capacitados e pudessem evoluir. Partindo dessa perspectiva, elas praticamente desconsideraram os costumes daqueles povos e suas demandas específicas, não raro obscurecendo a diversidade existente entre diferentes nações

⁴¹ Este acontecimento, entretanto, só é revelado no final do romance.

indígenas e apresentando-os, ora de forma idealizada, ora de forma infantilizada (GARZONI, 2012, p. 123).

Com base nessa visão, até que ponto a defesa de Castro se formou sob a influência do contexto no qual ela estava inserida? Esta reflexão ganha peso ao considerarmos que, na obra, a relação entre os personagens Narcisa e Leonardo se constituía com base em certo poder centrado na mão da personagem branca. Nesse sentido, o romance de Ana Luísa Castro, de fato, foi estruturado em um contexto atravessado por reflexões tocantes ao desenvolvimento do país e, por certo, enobreceu a personagem feminina. No entanto, a figura do índio – mesmo que presente e relacionada à protagonista da trama que, inclusive, dá nome à obra – permaneceu às sombras da figura branca. Logo, Castro se configura como uma importante literata, que discutiu temas concernentes ao desenvolvimento da nação em uma conjuntura de questionamento da identidade nacional. Entretanto, suas concepções seguiram as noções colocadas pelos demais escritores que refletiram sobre a temática.

3.4 EDUCAÇÃO FEMININA: ESCRITORAS, PROFESSORAS E MÃES

A educação das mulheres era um tema frequente na *Marmota*, tanto nas publicações escritas por homens quanto por mulheres. Contudo, devemos levar em consideração que, assim como exposto anteriormente e também colocado por Gisele Gomes, os periódicos voltados para o público feminino foram, a partir da década de 1820/30, moralizantes no que tange à educação que as mulheres deveriam receber (GOMES, 2009). Isso se deu tendo em vista o desenvolvimento da nova nação brasileira. Afinal, os sujeitos de então acreditavam que as mulheres, em função da maternidade, que lhes era vital, deveriam ter instrução suficiente para que pudessem educar da maneira mais correta possível os seus filhos. Estes, por sua vez, viriam a ser os novos homens, responsáveis pelo crescimento do país.

Na década de 1850, essa noção ainda estava presente no periódico, e a educação feminina era uma pauta em discussão. As mulheres escreviam no jornal sobre a necessidade de terem uma educação como a dos homens, visto que eles estudavam matérias que não faziam parte do currículo escolar das meninas, como geometria, por exemplo. Os homens, a maioria deles colaboradores, como C., Cruz Júnior, entre outros, defendiam no periódico que as mulheres deveriam receber educação para que soubessem se portar nas festas dadas pelos maridos ou pudessem dar boa educação para seus filhos. Segundo eles,

De mulheres doutoras não carece a sociedade; e de ordinário a que se atira a altos estudos ganha em desenvolvimento intelectual o que perde nos dotes do coração; não é bem homem, nem bem mulher. Todavia, longe estou de pretender, que fique privada de toda e qualquer instrução!... uma menina, de certa ordem, além de ler, escrever e contar, deve aprender a gramática da sua língua... aprenda a música, o desenho, e a geografia... não ignore as noções da história universal, aplicando-se principalmente à do seu país... esses estudos devem acompanhar o coser, o marcar, o bordar, prendas muito úteis a uma mãe de família! (MARMOTA FLUMINENSE, 27 ago. 1852, p. 03).

A respeito da imprensa feminina e sua relação com a educação das meninas brasileiras, a historiadora Karoline Carula aponta que, mesmo aqueles jornais escritos por homens, mas dedicados às mulheres – como é o caso da *Marmota* – valorizavam-nas no que se refere à construção da nação. Nesse sentido, os periódicos consideravam as mulheres como fundamentais para o desenvolvimento do país. A educação como ferramenta para construção de um processo civilizador se perpetuou ao longo da imprensa feminina, em alguns periódicos, até final do século XIX (CARULA, 2016). No mais, a educação também funcionava como um meio de desenvolver um sentimento unívoco em relação ao progresso da nova nação, ao passo que os professores eram instruídos a construir discursos nesse sentido.

A partir dos anúncios expostos na *Marmota*, conseguimos encontrar algumas informações a respeito das escolas oitocentistas. Tais anúncios, assim como expusemos na segunda seção, eram, na maior parte das vezes, a respeito de escolas para as meninas. Estas instituições ensinavam, além de noções básicas de português, geografia e francês, ocupações como piano e costuras. Dessa forma, as meninas, que terminavam seus estudos antes dos meninos, por volta dos 14 anos⁴², saíam das escolas aptas aos afazeres ditos domésticos, como a costura. Essas atividades, por sua vez, manteriam as meninas incorporadas ao ambiente privado – ao menos, supostamente.

O relato da viajante Adèle Toussaint-Samson, apresentado no livro *A condição feminina no Rio de Janeiro do século XIX*, de Miriam Leite (1984), discorre a respeito de alguns trabalhos que as mulheres realizavam enquanto estavam em seus lares. O anúncio, a seguir, exemplifica o que era ensinado em um colégio para meninas, situado na Corte:

Colégio de Meninas
Dirigido por uma senhora viúva e suas filhas
Rua da Carioca, nº62, sobrado
Neste colégio ensina-se a ler, escrever e contar; gramática portuguesa, francês e geografia (de que se acha encarregado o Sr. Bellarmino d'Arruda

⁴² De acordo com um relato exposto no livro de Miriam Leite (1984, p. 74), “a maioria das meninas enviadas à escola aí entram com a idade de sete ou oito anos; aos treze ou quatorze são consideradas como tendo terminado os estudos”.

Camara, professor do colégio do Sr. Conego Marinho): todos os trabalhos de agulha e tesoura, música, dança e etc.
(A MARMOTA NA CORTE, 14 jan. 1851, p. 04).

No entanto, frisamos que essas estudantes eram meninas vindas de famílias que possuíam boas condições financeiras, já que tais escolas anunciadas eram particulares. Como June Hahner (1981) destacou em seu livro, a educação era privilégio para aqueles que possuíam benefícios de nascimento ou posição.

A diferença da educação, a depender do sexo dos alunos, foi motivo de objeção em algumas publicações da *Marmota*. O próprio poema de Beatriz Brandão, citado no começo desta seção, retrata de forma objetiva essa distinção sofrida pelas meninas. Esse fato, na maior parte das vezes, era algo aborrecedor. Brandão, por exemplo, foi uma menina proveniente de uma abastada família do interior de Minas Gerais, contudo, enquanto seus irmãos completaram os estudos em Portugal, ela, única mulher entre os filhos, não pode dar prosseguimento aos seus estudos (PEREIRA, 2009). Conforme recordado pela historiadora Raquel Soihet (1997, p. 14), as “mulheres manifestaram-se expressando seu descontentamento com a educação que lhes era fornecida. Algumas lançavam mão dos próprios argumentos que lhes estavam sendo impingidos.”

Além do relato encontrado nos escritos de Brandão, também encontramos, nos últimos anos de publicação da *Marmota*, uma história escrita por Mme. Marguerite. Nesta, a autora se atentou para a questão da educação feminina e a distinção que havia entre o ensino para os meninos e para as meninas. O artigo discorria a respeito de uma situação ocorrida na França, o que demonstra que a educação feminina daquele país europeu não se distinguia muito da brasileira.

Mme. Marguerite escreveu um relato em que dois irmãos, um menino e uma menina, são os personagens principais, estando ambos no período dos estudos. Havia, porém, uma diferença entre a educação recebida por eles. Anna estudava escondida, nos intervalos entre as costuras que lhe eram designadas, as lições de grego e latim que eram dadas ao seu irmão, e acabou aprendendo mais do que ele. Por medo, não admitia seu saber e, somente quando foi descoberta, o fez. Seu pai, surpreendendo Anna, incentivou a filha a estudar e ela se tornou “a mulher mais sábia do século” (A MARMOTA, 19 mar. 1861, p. 01). Dessa maneira, a personagem desmentiu a ideia de que “uma mulher é incapaz de associar aos trabalhos literários a prática das virtudes domésticas” (A MARMOTA, 22 mar. 1861, p. 04).

Ao final, Mme. Sainte Marguerite terminou sua história com um conselho para as suas leitoras:

Nem todas as minhas jovens leitoras estão destinadas a serem Mmes. Dacier; mas é certo que todas podem colher proveito da educação que lhes for dada, tornar-se um dia mulheres instruídas e capazes de dirigir os estudos de seus filhos (A MARMOTA, 22 mar. 1861, p. 04).

Um das razões colocadas pela autora como benefício de se instruir era saber organizar melhor os estudos dos seus filhos, ou seja, a necessidade do estudo das mulheres estava ligada à condição maternal. Esse discurso é parecido com aquele que propagado no *Jornal das Senhoras*.⁴³ e mencionado anteriormente neste trabalho, em que a folha publicava artigos defendendo a educação feminina em prol da instrução de seus filhos. Em meados da década de 1850, tal manifestação produzida e reproduzida por aquele periódico dominava a imprensa feminina. Incorporando ao seu argumento algo que já lhes era imposto, essas mulheres talvez utilizassem os discursos referentes à maternidade como estratégia, ao afirmarem que necessitavam de mais acesso à educação a fim de criarem melhor seus filhos (TURACK, 2008). Nesse sentido, Fernanda Andrade (2006) defendeu a ideia de que, através dos escritos, o *feminismo*⁴⁴ do século XIX possibilitou noções emancipacionistas, mesmo que partindo de uma concepção na qual as mulheres permaneciam no ambiente doméstico.

É necessário frisarmos que as reivindicações referentes à educação vinculadas pela *Marmota* não pautavam questões referentes à instrução superior: suas objeções eram relacionadas à educação em nível escolar. Já na imprensa feminina dos finais do século XIX, as exigências eram mais abrangentes. Conforme exposto em um artigo de Carula (2016, p. 275), “além da importância da educação da mulher para que ela bem educasse seus filhos, o *Echo das Damas* também defendeu, por exemplo, o acesso da mulher à instrução superior.”

Durante a realização da investigação, chamou nossa atenção o fato de que uma parte das mulheres que escreveram para o jornal – e que conseguimos identificar – era, além de escritora, professora. Inicialmente, supomos que, por isso, a pauta da educação aparecia em algumas publicações da *Marmota*. Entretanto, aquela questão, no período, era pertinente às reivindicações femininas e às concepções de civilidade e civilização que estavam circulando.

⁴³ Aguiar Silva (2016), em sua dissertação, despertou atenção para o discurso sobre a educação feminina, propagado pelo *Jornal das Senhoras*. De acordo com o autor, as publicações referentes à educação feminina postas nesse jornal não quebravam a ordem e instigavam ao progresso, como muitas vezes foi encarado pela Academia. Ao contrário, elas mantinham as concepções de educação concernentes ao período, em que as mulheres deveriam se educar a fim de que soubessem, conseqüentemente, educar seus filhos.

⁴⁴ O uso do itálico na palavra feminismo é feito tendo em vista que não concordamos com sua utilização para se referir às mulheres no século XIX, considerando que o feminismo, da forma que conhecemos atualmente, não existia. Desse modo, concordamos com a autora no momento que ela se refere às ideias emancipacionistas, mas discordamos da existência de um feminismo no Oitocentos.

Atualmente, alguns estudos vêm sendo realizados no sentido de compreender essas mulheres como trabalhadoras, na medida em que encaram o ensino como uma profissão que permitia a elas certo sustento. Essas análises estão, principalmente, voltadas para a história da educação e, em especial, para a história da educação feminina.⁴⁵

Fernanda Andrade defendeu que a profissionalização do magistério feminino teve início na década de 1830/40. Esse campo, além de ser um trabalho possível para as mulheres, era socialmente aceitável, principalmente porque relacionava a profissão à função da maternidade. Afinal, assim como as mães, as professoras tinham o dever de educar moralmente as crianças. No mais, era um ofício que reforçava o lugar das mulheres relacionado à domesticidade, mas que, apesar disso, ainda foi fundamental para que elas garantissem certa liberdade (ANDRADE, 2006).

Algumas das autoras que já citamos nesse trabalho, entre elas Beatriz Brandão, Ana Luísa Castro e Joana Noronha, eram reconhecidamente professoras. Nesse sentido, percebemos como a escrita estava relacionada diretamente com outras profissões e como essas mulheres possuíam mais de um ofício. Brandão, por exemplo, chegou a inaugurar em Vila Rica, sua cidade natal, um colégio só para meninas e continuou atuando como professora quando se mudou para o Rio de Janeiro (PEREIRA, 2009). Noronha, além de atuar e escrever, também apareceu na imprensa como professora. Apesar de seus escritos na *Marmota* não estarem relacionados à educação, durante sua redação no *Jornal das Senhoras*, ela dissertou regularmente a respeito da educação feminina (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1853).

Ana Luísa Castro, por sua vez, foi diretora de um colégio enquanto residia na Corte e, ao buscarmos sobre esse ponto na imprensa, encontramos uma série de elogios recebidos pela escritora enquanto atuava no colégio. Sob o pseudônimo de *Pai de família*, certo homem escreveu um artigo, em 1863, no qual teceu muitos elogios ao trabalho feito por Castro como diretora. Além disso, ele ainda louvou a festa de fim de ano do colégio *Educação de meninas*, localizado na Rua Larga de S. Joaquim, n.91, por ela organizada (JORNAL DO COMÉRCIO, 27 dez. 1863). Também constatamos que o ofício dessas mulheres como professoras se dava, em sua maioria, em colégios voltados para a educação feminina.

No que se refere à noção das mulheres como educadoras, além do entendimento dessas mulheres como professoras, percebemos que essa concepção também se formava na construção do conceito de maternidade. No século XIX, as mulheres eram vistas, em muitos momentos, sob a perspectiva de serem mães. Elas deveriam, basicamente, formar suas

⁴⁵ Para saber mais sobre as mulheres como professoras, confira: TEIXEIRA, 2010; ALMEIDA, 2006; ALMEIDA, 1998; CHAMON, 2005; CAMPOS, 2002.

famílias e, dessa forma, contribuírem para a nação, criando crianças que viriam a ser o futuro do país. Não faltavam no jornal discursos de colaboradores que defendiam a maternidade. Ademais, suas declarações também se dispunham a ensinar às leitoras como deveriam se portar quando se tornassem mães, haja vista que elas eram *sujeitas* fundamentais ao progresso da nação.

Nesse sentido, a imprensa feminina funcionava como um meio de instrução: os periódicos orientavam vários comportamentos a serem seguidos pelas mães de família. A educação, defendida a partir da noção de maternidade, reforçava o espaço privado destinado às mulheres.⁴⁶ E, apesar dos relatos de que “a mãe brasileira invariavelmente entrega o seu filho a uma preta para ser criado” (LEITE, 1984, p. 72), na *Marmota*, não encontramos discursos femininos nesse sentido.⁴⁷

Ainda que houvesse muitas manifestações masculinas a esse respeito, não constatamos reivindicações de mulheres no que se refere à maternidade. Assim, supomos que o dever da maternidade não era questionado. De acordo com Nascimento (2006), havia quem defendesse a emancipação feminina a partir da noção da maternidade. Nesse aspecto, seriam melhores mães aquelas mulheres que fossem emancipadas. Cabe encararmos, contudo, essas concepções também a partir das questões referentes ao crescimento da nação e à maternidade como estratégia. Isso porque, ao serem mães emancipadas, essas mulheres poderiam ensinar e desenvolver a educação de seus filhos de forma a seguirem os preceitos do progresso nacional.

3.5 MATRIMÔNIO

Uma das temáticas mais abordadas na *Marmota*, certamente, era o matrimônio. Mesmo porque o casamento, junto com a maternidade e a educação, compunha os três pilares que a sociedade oitocentista sustentava para a noção de mulher ideal. Esses preceitos se baseavam também nos princípios referentes à civilidade dos sujeitos e à consequente civilização da nação. Sob esse entendimento, as mulheres deveriam ser boas mães, boas esposas e boas donas de casa – assim, elas permaneceriam no ambiente privado, enquanto os

⁴⁶ Para saber mais sobre a função da maternidade em meados do século XIX, confira: TURACK, 2008b.

⁴⁷ Quando os colaboradores homens discorriam sobre maternidade, a temática da escravidão e das “mães pretas”, por vezes, aparecia no periódico. Entretanto, não pretendemos, nesse trabalho, ressaltar os artigos elaborados por homens.

homens dominavam os espaços públicos. Esse discurso beneficiava a classe masculina, que almejava manter as mulheres fora do domínio público.

Entretanto, apesar do discurso pregado, principalmente, pela imprensa, pela Igreja e pelo Estado, as mulheres percorriam caminhos e encontravam estratégias a fim de demonstrarem seu descontentamento quanto a certos modelos impostos de casamento. Afinal, devemos considerar que, no século XIX, o matrimônio forçado, apesar de já estar em decréscimo, ainda ocorria em muitas famílias. A existência dessa prática se manifestava, principalmente, entre as famílias que possuíam boas condições financeiras.

De acordo com o costume no Brasil daquela época, o poder financeiro de certo indivíduo poderia ser um fator determinante para a consumação do matrimônio. Para tanto, alguns casamentos eram forçadamente arranjados, sem que os cônjuges trocassem nenhuma palavra de amor. Para a jovem do sexo feminino, a situação era ainda pior: na grande maioria dos casos, era sua família que determinava seu casamento, conforme os interesses financeiros supracitados ou de acordo com negociações familiares. Estas combinações estavam ligadas à estrutura de poder vigente na sociedade do Oitocentos.

Contudo, o matrimônio não se efetuava por interesses econômicos apenas tangentes ao universo feminino. Em março de 1851, foi publicado um artigo na *Marmota*, no qual se dizia que “a mulher formosa é aquela que é rica; a feia é a que é pobre!” (A MARMOTA NA CORTE, 04 mar. 1851, p. 03). Este dado demonstra que os homens também se casavam com uma mulher por interesse.

Neste contexto, a prosa publicada anonimamente, assinada apenas como A., no formato de uma carta destinada a uma amiga, não surpreende. Na publicação em questão, A. afirmou não gostar e, inclusive, ter certo desprezo pelo noivo que seus pais escolheram. Porém, o mais curioso da publicação é o questionamento que ela faz quanto à suposta liberdade feminina:

Nós, as mulheres, somos por ventura livres para alguma coisa? Por muito pouco conhecimento que tenhas do mundo, e de ti mesma, deves saber que nada mais irrisório do que a nossa liberdade. Os homens, que de tudo dispõem na sociedade, nos tem julgado tão materiais e tão flexíveis como uma porção de cera a que, com os dedos, dão a forma que lhes apraz! Não nos concedem um espírito, que determine as nossas vontades; nem a vontade que é filha da liberdade de espírito! Assim, pois, para me casarem, não procuraram conhecer a minha vontade, não julgam isso essencialmente preciso; basta que eles o queiram, e que eu não tenha bastante força para os contrariar (MARMOTA FLUMINENSE, 04 maio 1852, p. 02).

Era evidente o quanto as ações dos homens, detentores do poder, procuravam submergir qualquer indicador da força feminina. Assim, as mulheres não poderiam contrariar a vontade dos homens. Algumas delas, aliás, não chegavam sequer a cogitar a hipótese de que poderiam contestar os desejos de qualquer homem que fosse.

Outra questão levantada por uma mulher a respeito do casamento forçado foi a da infidelidade que ela acabava por cometer com Deus. Isto é, ao se casar com um jovem que não amava, a mulher estaria mentindo na igreja, diante Deus:

Quando a mulher é forçada a esposar um homem a quem ela não ama, perde tudo, corrompe-se, e deixa de amar a Deus. Sim! Porque breve ela torna-se criminosa, o seu amor não é empregado naquele a quem ela jurou no templo sagrado sempre amar; e isso ofende a Deus (MARMOTA FLUMINENSE, 30 dez. 1853, p. 02).

Esse argumento foi colocado no jornal sob o pseudônimo de “*Algoz de sua filha*”. A autora também reforçou a culpa dos pais diante da infelicidade da filha, a qual se via obrigada a se casar com alguém que não lhe despertava sentimentos. Colocações e abordagens diversas para um mesmo problema que atormentava algumas jovens do Oitocentos. Entretanto, apesar da existência do casamento forçado por interesses dos pais, Vinicius Gagliardo (2016, p. 115), em sua dissertação, afirmou que, no século XIX, “o casamento por amor passou a coexistir com o casamento fruto de interesses políticos e econômicos do patriarca, desde que não existissem abismos econômicos e sociais entre os pretendentes”.

Apesar de não ser o nosso interesse destacar a escrita elaborada por homens, reforçamos a ideia de que certos colaboradores também se colocaram contra o casamento forçado. Em uma das edições da *Marmota Fluminense*, encontramos o seguinte posicionamento sobre a questão:

Nós julgamos conveniente declarar que advogando a causa da liberdade da mulher, na escolha de um marido, porque a mulher tem um coração muito mais sensível que o do homem, não queremos advogar a causa da sua emancipação, ideia esta que nos parece ridícula, e mais digna de desprezo, que de um sério exame (MARMOTA FLUMINENSE, 16 jul. 1852, p. 03).

A publicação ressalta que esses homens eram contra a noção de emancipação feminina. Nesse sentido, sublinhamos que, certamente, esses ideais estavam circulando na sociedade oitocentista. Por esse motivo, crescia o número de publicações que elencavam razões para que os (as) leitores (as) se posicionassem contra tal emancipação.

Notemos ainda que aqueles discursos contra os casamentos forçados eram apresentados sem identificação da escritora. O anonimato se deu como uma via àquelas mulheres que queriam escrever, mas que eram receosas quanto à receptividade de seus escritos. Protegidas dessa forma, elas poderiam abordar diversos assuntos que, na época, não caberiam aos escritos femininos – os quais deveriam ser sempre ligados ao sensível e ao amoroso. No mais, como afirmou Cecília Helena Oliveira (1984), quando elaboradas por anônimos, as ideias expostas ganhavam vida própria, sem o peso da credibilidade do autor. Além disso, Hahner (1981) declarou em seu livro que o anonimato também poderia ser utilizado por mulheres que temiam atingirem o ridículo com suas publicações.

O anonimato também poderia ser utilizado por aquelas mulheres que desejavam escrever, mas que se viam proibidas, pelos pais ou maridos, de fazê-lo. Logo, utilizavam da forma anônima para poderem publicar seus textos nos jornais. Ressaltamos que alguns daqueles assinados com pseudônimos ou não assinados poderiam, igualmente, ter sido escritos por homens que empregavam um eu lírico feminino. Apesar disso, optamos por analisar todos escritos elaborados sob a forma feminina, a fim de não excluirmos publicações que poderiam, de fato, ter sido realizadas por mulheres.

Ainda a respeito do matrimônio, sob o pseudônimo de *Aristarco*⁴⁸ *das Moças*, foi publicada uma série de mote e glosas relacionada às jovens moças e ao casamento:

Já não presta para nada
Se tratou seu casamento.

Toda moça arrebatada
Sempre tem algum senão;
Todo o que promete a mão
Já não presta para nada,
Pras moças é logo empada,
Já não tem encantamento,
Até chamam bicho nojento
Ao mais chibante sujeito,
Se conserva amor perfeito,
Se tratou seu casamento
(A MARMOTA NA CORTE, 27 ago. 1850, p. 04).

Toda moça que é tafula⁴⁹
Fica velha sem casar.

⁴⁸ Segundo a 7ª edição do dicionário da Língua Portuguesa de Antônio de Moraes Silva (1878, p. 212), “Aristarco” é o “nome próprio e um insigne gramático grego, que fez uma crítica bem fundada, e judiciosa dos poetas da Antiguidade, sem excetuar Homero; por cujo motivo se dá este nome por antonomásia a qualquer critico, ou censor severo, mas justo e discreto.”

⁴⁹ Segundo a 7ª edição do dicionário da Língua Portuguesa de Antônio de Moraes Silva (1878, p. 726), “tafula” é o feminino de taful, “que vive alegremente, se dá a todo gênero de divertimento.”

Fica magra, fica chula,
 Perde toda a poesia.
 Faz a gente ter azia.
 Toda moça que é tafula!
 Fica mole como a lula,
 Anda sempre a se mirar,
 A vestir-se e a pentear;
 Afinal, pobre coitada!
 Vive sempre desprezada,
 Fica velha sem casar!
 (A MARMOTA NA CORTE, 03 set. 1850, p. 04).

Toda moça *bandoleira*⁵⁰
 Fica velha sem casar

Astuta namoradeira
 Sem alma sem coração,
 Vive sem reputação
 Toda moça *bandoleira*!...
 Para campar de faceira
 Gasta o tempo em se aprontar,
 Em moços sempre a pensar
 O namoro é sua vida;
 Neste enredo, nesta lida,
 Fica velha sem casar!
 (A MARMOTA NA CORTE, 04 out. 1850, p. 03).

Em todos os três motes e glosas transcritos acima, o autor apontou quais tipos de mulheres corriam o risco de não obter matrimônio. O pseudônimo escolhido, *Aristarco*, pode insinuar que o sujeito por trás dele queria transparecer uma justiça em suas palavras: as moças que se comportassem de maneiras “desagradáveis” não conquistariam o tão almejado e necessário casamento. Em contrapartida, a forma como *Aristarco* escreveu não agradou todas leitoras do periódico, de modo que *Rosa Maxixe* discordou de suas colocações:

Talvez v. mc. me taxe de excessiva; porém cada um fala com a razão que lhe assiste. Não há muito tempo que uma amiga minha, moça honesta e recatada, foi desprezada por seu amante, que preferiu casar com outra, bastante bandoleira, como v. mc. disse, e sem ter a reputação que caracteriza as mulheres da alta sociedade (A MARMOTA NA CORTE, 20 set. 1850, p. 04).

E complementou com um mote e um glosa de sua autoria:

⁵⁰ Segundo a 7ª edição do dicionário da Língua Portuguesa de Antônio de Moraes Silva (1878, p. 250), “bandoleira” é o feminino de bandoleiro, que é “ladrão, vandoleiro, inconstante.” As mulheres mencionadas no texto seriam, assim, inconstantes, namoradeiras.

O ter virtudes não vale
 Para uma moça casar
 Não é crível que se cale
 Quem do mundo as coisas sentem,
 Que em nosso estado presente
 O ter virtudes não vale;
 É preciso que ela fale
 Cousas que fazem corar,
 Que tenha amantes ao par,
 Que namore noite e dia,
 Que seja ingrata, e vadia
 Para uma moça casar.
 (A MARMOTA NA CORTE, 20 set. 1850, p. 04).

Os pontos apresentados pela autora podem nos dizer diversas coisas. Primeiramente, observamos que ela não estava protegendo todas as mulheres, mas estava também – ainda que de forma diferente – criticando aquelas consideradas “vadias”, “ingratas” e “namoradeiras”. Na concepção de *Rosa Maxixe*, estas conseguiam, sim, o casamento, visto que uma delas teria, inclusive, conquistado o pretendente de uma amiga – a qual era, segundo a autora, uma moça “recatada”.

Esse discurso nos revela que as moças que não seguiam o padrão social de docilidade e discrição eram julgadas tanto por homens quanto por mulheres. Isso ocorria, principalmente, quando a mulher abandonada pertencia a um nível social mais elevado que a outra. Foi este o caso apresentado por *Rosa Maxixe*, que expôs que a moça “bandoleira” não tinha a “reputação que caracteriza as mulheres da alta sociedade”. Esse trecho nos mostra que não havia um grupo unívoco de mulheres e, ainda, que diferentes classes sociais não se defendiam apenas por pertencerem ao mesmo gênero. A maneira em que se dava a relação entre as mulheres dependia da classe da qual elas faziam parte. Logo, também não eram homogêneas as concepções de civilidade, considerando que esses ideais recaíam sobre as mulheres brancas e com certas condições financeiras. Afinal, eram estas, em sua maioria, as leitoras da *Marmota*.

Três edições depois, *Aristarco* rebateu a crítica de Rosa Maxixe. Acusou-a de ser mentirosa e solicitou: “tia Rosa, vá rezar, ou cuidar dos sobrinhos, e deixe-me avisar as moças, que com isto muito lucrarão”. Afirmando que Rosa Maxixe não teria se casado por se mostrar uma farsante, *Aristarco* reiterou que

Toda moça mentirosa
 Fica velha sem casar.

 Fica magra, carunchosa,
 Todo aspecto de maxixe
 Nada diz que não se espiche

Toda moça mentirosa.
 Passa a vida desgostosa
 Diz e jura sempre amar
 Sem ninguém acreditar
 Faz-se logo chocarreira,
 Toma officio de parteira
 Fica velha sem casar.
 (A MARMOTA NA CORTE, 01 out. 1850, p. 04).

Ainda nesta edição, constatamos que os escritos de *Aristarco* não desagradaram somente Rosa Maxixe. Sob o pseudônimo de *Solitária*, uma mulher⁵¹ criticou a maneira como *Aristarco* expôs as moças, e discordou do autor. Para isso, utilizou a estratégia destacada no princípio dessa seção: antes de qualquer coisa, se desculpou pelo seu pouco intelecto. Desse modo, *Solitária* solicitou:

E com quanto não tenhamos forças intelectuais, assaz suficientes, para combatermos com o dito senhor, com tudo pedimos-lhe que não seja tão maromba, por outra, meia cara, isto é, quando está conosco, nos lisonjeia, e longe nos diz, o que diz (A MARMOTA NA CORTE, 04 out. 1850, p. 03).

Assim, a escritora também repreendeu o redator, que, da mesma forma, publicava escritos agradando as mulheres:

Toda moça virtuosa
 Fica velha sem casar.

Não é bela, nem garbosa,
 Perde todo romantismo,
 Passa para o fanatismo
 Toda moça virtuosa,
 Não é mais espirituosa,
 Não sabe mais agradar,
 Nos bailes anda sem par,
 Ninguém mais olha pra ela,
 Não a chamam mais de bela,
 Fica velha sem casar
 (A MARMOTA NA CORTE, 01 out. 1850, p. 04).

Após algumas ressalvas, na edição seguinte, *Aristarco* se desculpou com as moças “bandoleiras” e declarou que preferia estas, ao invés das recatadas:

Toda moça bandoleira

⁵¹ Apesar de não revelar seu nome, a autora assinou o pseudônimo com o artigo “a”. Por isso, entendemos que se tratava de uma mulher.

Fica velha sem casar

Mil perdões que, sem que o queira,
 Oh! belas, vos agravei;
 Confesso que sempre amei
 Toda moça bandoleira
 Quando uma moça faceira
 Pra mim lança um terno olhar,
 Faz meu peito se cabrazar;
 Toda moça que é beata
 Toma o ofício de barata,
 Fica velha sem casar.

Toda moça bandoleira
 Fica velha sem casar.

Virtudes, loucuras, asneiras,
 Que só nos dão privações;
 Só pode excitar paixões
 Toda moça bandoleira.
 Aquela que, rezadeira,
 Vive em casa a trabalhar,
 Sem à janela chegar,
 Espia pelo buraco,
 Anda sempre a dar cavaco,
 Fica velha sem casar
 (A MARMOTA NA CORTE, 04 out. 1850, p. 03).

Assim, as colocações de *Rosa Maxixe* demonstram a pluralidade entre as mulheres. Além disso, evidenciam como, de certa forma, algumas delas também eram responsáveis por julgamentos indevidos e preconceitos direcionados a outras – em especial àquelas que pertenciam a diferentes níveis sociais e culturais. Dessa maneira, defendiam interesses daquelas que integrassem uma categoria social semelhante, partindo de condições particulares a elas. Não havia, portanto, uma preservação e uma luta que abarcassem as variações presentes na sociedade e, em específico, entre as mulheres.

Outras autoras também teceram críticas ao casamento forçado, como Ana Luísa Castro, em seu romance comentado anteriormente neste trabalho, *D. Narcisa de Villar*. Esse modelo de matrimônio era habitual no período que se passava a história narrada por Castro, o século XVII. No enredo, D. Narcisa de Villar não podia se relacionar com o índio Leonardo, devido à diferença racial existente entre os personagens. A partir dessa situação, Castro desenvolveu uma série de críticas à sociedade brasileira e à maneira como se davam suas relações matrimoniais.

A escritora Beatriz Brandão também redigiu sobre casamento, mas discorreu a respeito dessa temática sob a perspectiva masculina. O desafio poético que deu origem à glosa de Brandão sobre o tema partiu de um concurso de “Mote a prêmio”, realizado por Paula Brito:

Entre o solteiro e o casado
 (decida quem foi juiz);
 Qual é o melhor estado;
 Qual dos dois é mais feliz
 (A MARMOTA NA CORTE, 21 out. 1851, p. 03).

Quase sempre tematizando o amor, Brandão escreveu a respeito do mote transcrito acima. Apesar de ter tido um casamento que fracassou, em uma dessas glosas a autora se mostrou completamente favorável ao matrimônio. Ela ainda lamentou a escolha do celibatário para os homens, os quais viveriam uma solidão infeliz na velhice (A MARMOTA NA CORTE, 21 out. 1851). Beatriz Brandão, nesse trecho, seguiu as concepções de casamento usuais no século XIX, mesmo que tivesse se divorciado à época.

Ao glosar pela segunda vez sobre o mesmo mote, pareceu-nos que Beatriz Brandão estava criticando os homens que escolhiam suas esposas em função de determinada condição financeira. Levando em consideração a possibilidade de seu matrimônio ter sido realizado devido ao interesse de seu ex-marido nas finanças da família Brandão (PEREIRA, 2009), a autora repreendeu esse formato de casamento a partir de sua própria experiência. Daquela forma, o casamento seria infeliz tanto para a mulher quanto para o homem, e a noiva não passaria, como afirmou a autora, de um acessório para o marido (A MARMOTA NA CORTE, 04 nov. 1851).

A escritora polonesa Olympia Chodzko também abordou o casamento em sua narrativa. Ela escreveu, em 1797, o romance *Helena*, publicado na *Marmota*, em formato serial, nos moldes dos folhetins (MARMOTA FLUMINENSE, 29 mar. 1853). A obra foi apresentada ao leitor do periódico no decorrer de, aproximadamente, 14 edições. O romance se passava em meados do século XIX e tinha como personagens principais Edmundo, Julia, Helena e Adolpho Ostrorog. Na história há muitas reviravoltas que, de fato, prendem suas leitoras, deixando-nos curiosas quanto aos acontecimentos, às mortes, aos amores, aos exílios e a tudo mais que envolve a história desses quatro personagens principais.

Em vários momentos da narrativa, Helena reflete sobre a dificuldade de ser uma mulher sábia, pois, assim, tinha consciência da submissão perante os homens que a vida lhe reservava – o que poderia lhe ferir. A história termina com a personagem principal, ora

chamada Júlia ora Clotilde, constatando que deveria ser boa para o marido, antes de ser feliz. Ela se tornou, então, boa e “quase feliz”.

Esse romance nos mostra que a condição de submissão das mulheres estava presente em diversas outras culturas ocidentais. Evidentemente, ela era expressa de maneiras diversas, visto que a particularidade da formação social brasileira, a partir da exploração das mulheres negras, trouxe novos elementos. Contudo, a tradução da história de Olympia Chodzko, em um jornal dedicado às mulheres leitoras, poderia significar uma maneira de conscientizá-las sobre a condição das mulheres dentro do casamento, considerando a função instrutiva dos periódicos. No casamento, as mulheres eram “quase felizes”. O romance de Chodzko, portanto, não teve apenas um caráter sentimental, mas também moralizante. Afinal, de acordo com Andrade (2006, p. 70), “para muitas mulheres, o romance seria a única forma de acesso a qualquer tipo de informação ou educação.”

Outra autora que escreveu sobre o matrimônio e suas consequências foi a alemã Fanny Lewald. Defensora dos direitos à educação feminina e da emancipação econômica das mulheres através do trabalho, Lewald escreveu romances, literatura de viagem e ensaios – além de se considerar como uma grande tradutora dos escritos de George Sand.⁵² Além de morar na Alemanha, Fanny Lewald também residiu na França. Enquanto estava em Paris, contribuiu com o jornal *Les voix des femmes* e, neste periódico, escreveu sobre igualdade no matrimônio, direito à separação, à educação feminina e ao trabalho. Por vezes, foi vista como conservadora e, diante de algumas situações, defendia que as mulheres não aparecessem em público.⁵³ Apesar disso, segundo Margaret Ward (2004), a escritora acreditava que cada governo refletia os atos de educação da população.

Na *Marmota*, seu romance, que em português levou o título de *Sorte Grande*, também foi publicado em formato de folhetim, sendo traduzido por Justiniano José da Rocha. Nele, Lewald questionou a dependência financeira das mulheres em relação aos seus maridos e o tabu do divórcio. Na narrativa, a personagem principal, Christle, sofria em seu casamento com Fernando, mas os personagens masculinos colocavam a separação como uma possibilidade repulsiva para a mulher. Além do mais, Christle guardava um dinheiro que, apesar de ser seu, ficava sob a responsabilidade de seu marido.

⁵² George Sand é o pseudônimo de Amandine Aurore Lucile Dupin, francesa nascida em Paris, em 1804, e que veio a falecer em Nohant, em 1876. Escreveu para alguns jornais franceses do século XIX e teve alguns de seus escritos traduzidos para o português, sendo publicados em periódicos brasileiros.

⁵³ Apesar das defesas quanto à educação, a escritora não intercedeu sobre o direito ao voto das mulheres.

Essas situações apareceram no contexto do romance de Fanny Lewald de forma crítica. Afinal, conforme constatado a partir das leituras realizadas, a escritora era assumidamente a favor do direito à igualdade feminina no casamento e à liberdade da separação, caso houvesse esse desejo.⁵⁴ No entanto, na história, a dependência de Christle em relação a Fernando durou até o final na narrativa, o que pode ter tido um intuito moralizante para as leitoras do periódico.

O matrimônio também aparecia na *Marmota* em outros momentos e não necessariamente em debates a respeito de casamentos. Como exemplo, temos as cartas trocadas entre amigas, que estampavam as páginas do periódico. *Célia*⁵⁵ escreveu, em uma correspondência para uma amiga, a respeito dos romances que começavam nos teatros:

Nosso sexo, minha amiga, neste país principalmente, a única aspiração que pode ter é a do casamento; o teatro para nós é como o baile – um meio de obtermos aquele desiderato, como dizem os deputados (A MARMOTA, 22 jul. 1859, p. 02).

E, de fato, em bailes e teatros, teciam-se diversas relações necessárias para o dia a dia na Corte, como os casamentos. No periódico, até mesmo o comportamento nos bailes era ditado a partir de uma perspectiva moralizante. O jornal alertava sobre como as mulheres deveriam se portar em tais eventos:

Não queremos que a dama se apresente em público com certo ar sacudido, impróprio de seu estado, mas sim com brando modo, grave, comedida, deixando passar muitas coisas sem ver, sem indagar, sem querer mesmo saber a causa e a razão de tudo (MARMOTA FLUMINENSE, 07 ago. 1855, p. 01).

Também eram levantadas críticas às mulheres que gostavam de frequentar os bailes: “o que é uma moça que gosta de bailar? É uma cabecinha de vento que só pensa na quadrilha que tem que dançar” (MARMOTA FLUMINENSE, 21 jan. 1855, p. 01). Segundo o autor, Cruz Júnior, tais moças só se importavam com as festas, a fim de adquirirem posterior matrimônio. Nesses casos, elas não saberiam nem mesmo varrer suas casas e acabavam se esquecendo de que, um dia, poderiam se tornar mães (MARMOTA FLUMINENSE, 21 jan. 1855).

⁵⁴ A defesa do divórcio começou a aparecer na imprensa em meados da década de 1850. Entretanto, apenas no final do século XIX o assunto passou a ser debatido na Câmara dos Deputados. Para saber mais, confira: GARZONI, 2012.

⁵⁵ No periódico, ela é tratada apenas como Célia. Não sabemos, portanto, seu sobrenome.

Os casamentos também poderiam ser indesejados pelo Estado. Na quarta seção, abordaremos mais profundamente essa questão, na qual o matrimônio poderia resultar em uma viúva dependente financeiramente do governo brasileiro. Nesses casos, o Estado ambicionava interferir em um ambiente privado que, supostamente, não faria parte de sua alçada. Constatamos, dessa forma, que as relações de poder também se constituíam em questões de classe. Sob esse ponto de vista, possuir certo capital financeiro poderia determinar liberdades em questões privadas, como o direito ao casamento.

3.6 AMOR

Os escritos das mulheres na *Marmota*, em sua maioria, tratavam de situações amorosas. Consideramos, nesse sentido, que os escritos de teor romântico não questionavam as instituições vigentes e mantinham as mulheres em um espaço reservado. Por isso, possivelmente, foram encontrados mais textos com essa perspectiva. Tais publicações, que tomavam essa temática como principal, se apresentavam, basicamente, em formato de poesia. Quase não havia prosas a respeito de questões amorosas – ao menos, escritas por mulheres. Por isso, as passagens que abordamos neste ponto do trabalho são, em sua maioria, poesias, anedotas e litografias produzidas por mãos femininas.

Beatriz Brandão, por exemplo, escrevia diversas poesias românticas para o jornal.⁵⁶ Ela compôs poemas, líricas e anedotas para a *Marmota*, e seus escritos versavam muito a respeito de um ser amado. Esse amado, por vezes era chamado de “tirse”⁵⁷, um amor que era impossível de ser vivido. Beatriz Brandão, em diversos momentos, comentou sobre a relação do amado com outra mulher e os ciúmes causados por esse relacionamento. Em uma das líras publicadas na *Marmota*, por exemplo, Brandão escreveu:

Desde o dia desgraçado
Que de mim te separaste,

⁵⁶ Beatriz Francisca de Assis Brandão aparece muito nesta pesquisa por se tratar da maior colaboradora do periódico *Marmota* durante todos os anos nos quais ele esteve em circulação – ou, pelo menos, a maior que conseguimos ter acesso, posto que, como o anonimato era muito presente nesse período, não descartamos a hipótese de que outra mulher tenha escrito mais do que ela (fossem artigos, poesias, líras, anedotas, ou outros tipos de texto). Caso não tenha se dispersado nenhuma publicação de sua autoria, contamos 46 escritos, com a maioria difundida em 1855. Sua primeira publicação na folha ocorreu em 1850 e a última em 1857. Assim, foram quase dez anos de colaboração com o jornal.

⁵⁷ Alguns periódicos colocaram que o ‘tirse’ seria D. Pedro I, e que Beatriz teria vivido um romance com ele. Os dois, de fato, se conheceram, em 1822, quando o então príncipe regente visitou Vila Rica. Porém, nada consta que tenha acontecido um romance entre os dois.

Nesta alma triste deixaste
 Viva dor, crua aflição.
 Os momentos preciosos
 Que me prometia amor,
 Foram momentos de dor,
 De saudade e agitação.
 Cruel, assim abusaste
 De quem te sabe adorar?
 Assim pudeste enganar
 Um sincero coração!
 (MARMOTA FLUMINENSE, 24 abr. 1855, p. 03).

Seria essa lira uma forma de lamentação por um amor que não ocorreu como esperado por Brandão, através do qual o amado prometeu amor, mas apenas ofereceu dor a ela? Assim foi, ao menos, como seu ex-marido, que muito a maltratou. Supomos que a autora se referia à sua separação, posto que, segundo Cláudia Pereira, Beatriz Brandão não se relacionou com mais ninguém, ao menos publicamente, durante os anos posteriores ao seu divórcio. Pereira (2009) reforçou essa ideia ao expor que Brandão morou um tempo com seu irmão e, posteriormente, dividiu casa com uma escrava que a pertencia.

Ana Flora Maia também publicou versos referentes a questões amorosas na *Marmota*. Sua glosa abordava, como de costume, o amor e as relações amorosas do período. No mote em questão, afirmou-se que “a melhor seta de amor, é a que sai da algibeira”. Considerando que o significado de algibeira é bolso, nesse sentido, temos uma denúncia com relação aos interesses financeiros que envolviam os matrimônios no Oitocentos. Esse dado reforça as críticas aos casamentos por conveniências familiares. Os interesses que moviam esses matrimônios, de certa forma, também estavam relacionados ao Estado e à manutenção de famílias que se beneficiavam do que se entendia como favorável ao desenvolvimento da nação.

As mulheres também utilizaram do anonimato e de pseudônimos para escreverem pequenas poesias. Protegidas por esses recursos, algumas senhoras se arriscavam a escrever versos e publicar na *Marmota*. É necessário recordarmos que, possivelmente, algumas dessas mulheres escreviam escondidas se seus pais e maridos e, por isso, o anonimato era fundamental para que seus textos estivessem nos periódicos. Reiteramos também que o anonimato poderia esconder um homem por trás de uma suposta escritora. No entanto, optamos por trabalhar com todos os escritos que se colocavam como de autoria feminina na folha.

Conforme anunciado na primeira edição do jornal, a publicação de escritos de forma gratuita, aparentemente, incentivava homens e mulheres comuns a escreverem para o

mesmo.⁵⁸ Nesse aspecto, supomos que as senhoras escreviam como forma de apaziguar o tédio de suas vidas limitadas ao privado. Este deveria ser, principalmente, o caso daquelas que possuíam mulheres escravizadas para fazerem o trabalho doméstico, e, assim, se sentiam incentivadas a publicar na folha.

Eram editados muitos escritos de cunho romântico, poemas como o *Coração de uma mulher*, assinado *Por uma senhora*. Textos como este, que relacionavam os sentimentos de uma senhora às flores, ou que ligavam nomes de mulheres ao de flores, apareceram mais de uma vez no jornal (MARMOTA FLUMINENSE, 08 nov. 1853). Ophélia, uma senhora rio-grandense, publicou um poema composto por um diálogo entre mãe e filha, sobre o medo desta a respeito da vida (MARMOTA FLUMINENSE, 24 nov. 1854). Rosa também publicou um poema que envolvia flores e romance (A MARMOTA, 11 dez. 1860). *Quatro moças saudosas* fizeram, da mesma maneira, versos que abordavam a saudade da festa de São João (A MARMOTA, 05 nov. 1861). Por sua vez, Deolinda R. P. elaborou um poema em que lamentava a morte de sua mãe e se mostrava triste por não ter morrido junto com ela (MARMOTA FLUMINENSE, 12 out. 1855). Já Adelina M. Aguiar ofereceu uma lira à Presciliana Izabel Caldas Matta, reafirmando sua amizade com a moça (MARMOTA FLUMINENSE, 07 dez. 1855).

Olympia Chodzko, autora do livro *Helena*, que se tornou um folhetim de sucesso a respeito dos matrimônios, publicou na *Marmota* outros textos além daquele. Em algumas edições após a difusão da tradução de seu romance, encontramos escritos de Chodzko na seção *Máximas e Pensamento*. Seus textos estavam sempre ligados ao amor e à condição das mulheres dentro das relações amorosas. A autora, por conseguinte, ligava o amor à dor, conforme esse trecho demonstra: “sabem as mulheres porque neste mundo são desgraçadas? É porque acreditam em um destino excetuado, sendo o seu único destino amar, e encontrar uma dor em cada afeto” (MARMOTA FLUMINENSE, 17 jun. 1853, p. 04).

A ideia de que a sabedoria, atrelada à condição das mulheres, só as fariam sofrer diante da sociedade paternalista também estava exposta nos pensamentos de Chodzko: “as mulheres sábias são ridículas e desgraçadas; lutam contra o amor próprio, contra as susceptibilidades, contra a vocação dos homens, e, por fim, se perdem” (MARMOTA FLUMINENSE, 05 jul. 1853, p. 04). A escritora ainda apresentou, em seus entendimentos, a mesma ideia que conduziu seu romance: “a boa esposa deve ser uma fiel amiga de seu marido, e não uma extremosa amante” (MARMOTA FLUMINENSE, 16 ago. 1853, p. 04).

⁵⁸ Vale recordar que esta não era uma singularidade da *Marmota*. Vários jornais de então permitiam que seus assinantes escrevessem de forma gratuita nas folhas.

Assim, encontramos uma série de escritos que se dedicavam aos princípios românticos e abordavam questões tangentes aos relacionamentos. Ressaltamos que até mesmo os assuntos ligados ao amor poderiam ser encarados sob o viés moralizante. Isto porque até mesmo esses textos buscavam caracterizar as mulheres como criaturas amáveis e doces, destituindo-as de outras funções e, por fim, reforçando os ideais de casamento e maternidade.

3.7 BELEZA

O belo também era uma temática recorrente na *Marmota*. Os colaboradores discorriam a respeito das belezas femininas e sobre o quanto essa questão poderia influenciar a vida amorosa das mulheres oitocentistas. O padrão de beleza era branco e nem sempre era seguido.⁵⁹ De fato, os periódicos voltados para o público feminino buscavam moldar um padrão, no qual as mulheres deveriam se ajustar a certo tipo de corpo, com penteados e vestidos específicos. Assim, os artigos de moda publicados determinavam qual estilo de roupa deveria ser mais utilizado nos bailes, a fim de alcançar o matrimônio, destino final legado às mulheres.

Para atingirem esse patamar dito belo, as mulheres utilizavam técnicas que podem ser consideradas prejudiciais à saúde. A título de exemplo, citamos o uso do espartilho, posteriormente condenado, mas que foi, por muito tempo, visto como sinônimo de beleza e elegância. Certos artigos de moda – escritos, em sua maioria, pelo colaborador C. – evidenciavam seu uso e elogiavam as mulheres que se vestiam de forma elegante nos bailes. De acordo com Nascimento (2006, p. 86), “a beleza era usada como instrumento legitimador desta categorização social que designava à mulher apenas funções domésticas e atividades não intelectualizadas.”

Foi publicada no periódico uma série, que abordava todas as partes do corpo feminino, na qual se aconselhava como deveriam ser, por exemplo, o cabelo, a testa e boca de uma mulher. Ao tratar sobre o cabelo, o autor defendeu: “julgo ter dito quanto basta para que as senhoras tenham no devido apreço essa parte essencial que serve de ornamento a sua beleza” (MARMOTA FLUMINENSE, 06 jul. 1855, p. 02). Portanto, além de delimitar os comportamentos a serem seguidos pelas mulheres, o jornal também discursava a respeito das condições de beleza que as leitoras deveriam seguir. Nesse sentido, a questão moralizante ia

⁵⁹ Sobre o mito da beleza, veja: WOLF, 2018. Apesar de a autora tratar de um problema do século XX, algumas de suas considerações sobre as revistas femininas podem contribuir para nossa discussão.

além dos argumentos acerca da civilidade e entrava em pontos referentes ao universo privado das mulheres.

Os artigos de moda ressaltavam vestuários que eram sinônimos de feminilidade, a exemplo das saias (XIMENES, 2009). Certamente uma feminilidade branca e de elite, haja vista que o uso de saias não era prático no século XIX, atrapalhando as mulheres que precisavam trabalhar (VEBLEN, 1989). Nesse sentido, até mesmo quando o periódico propagava ideias de beleza e artigos sobre modas, ele estava compactuando com uma noção de feminilidade branca. A partir desta, as mulheres deveriam seguir padrões a fim de se estabelecerem reclusas no ambiente privado (VERONA, 2007).⁶⁰ Além disso, todo o conceito do belo era relacionado às noções brancas e hierarquicamente bem definidas, de forma que excluía desse padrão mulheres negras e trabalhadoras. Nesse sentido, a civilização da nação também estava relacionada a esse padrão que era, objetivamente, branco.

Entretanto, havia quem o questionasse. Foi o que aconteceu em uma série de publicações trocadas entre o colaborador que utilizava a inicial C. – provavelmente se trata do mesmo colaborador que escrevia a série de artigos de moda publicadas na *Marmota* – e uma leitora que se caracterizava sob o pseudônimo de *Feiosa*, a qual consideramos, a partir das exposições no jornal, que se tratava de uma mulher. Em 1851, um artigo controverso foi publicado. Assinado por C., e com o título de *Porque se ama mulher feia*, o autor se propôs a justificar a razão de alguns homens se casarem com mulheres ditas “feias”, algo que, sob seu ponto de vista, não deveria ser considerado anormal. Para ele, as mulheres feias eram como as bonitas, pois “tem direito ao amor do homem a vesga, a calva, a coxa, a corcunda, ou a de boca torta” (A MARMOTA NA CORTE, 01 ago. 1851, p. 05). Também foi questionado pelo autor o motivo de mulheres bonitas escolherem sempre o “pior”. Ele ainda acrescentou:

E raro, porém, que a mulher de rosto feio não seja boa, sensível; seu coração ama, não com esse amor de leviana, que sempre aspira ver sua beleza exaltada entre mil admiradores; suas afeições são mais raras, sim, porém mais firmes e melhor baseadas (A MARMOTA NA CORTE, 01 ago. 1851, p. 05).

Assim, de acordo com C., os homens não faziam distinção entre as mulheres feias e as bonitas, pois sabiam que aquelas teriam outras qualidades que se sobressairiam:

⁶⁰ Camillia Cowling (2018) também discorre a respeito da feminilidade e a difere quando relacionada à raça das mulheres em questão.

O homem conhece o amor sincero de sua mulher, não teme que ela seja infiel, descobre-lhe outros atrativos, que fazem esquecer o rosto feio, e por isso se dedica apaixonadamente a cultivar seu amor (A MARMOTA NA CORTE, 01 ago. 1851, p. 06).

Tal artigo foi questionado logo na edição seguinte, por uma leitora de pseudônimo *Feiosa*, visto que se classificava como uma mulher feia. Ela afirmou que gostava muito da folha de Paula Brito e que entraria em combate – expressão sua – com o colaborador C.. Isto porque não concordava com as colocações do autor. A fim de melhor compreender por quais razões C. distinguiu mulheres com base em suas aparências físicas, *Feiosa* levou alguns questionamentos ao colaborador. Suas perguntas eram baseadas em percepções religiosas e na ideia de que Deus teria criado todos de maneira uniforme, não sendo possível realizar uma separação entre as mulheres através de critérios estéticos. Eis as questões colocadas por *Feiosa*:

1ª Quem devemos reputar *tipos de mulheres*? As que o belo ideal dos homens crie em divindades terrestres ou aquela que Deus criou para companheira de Adão?

2ª Criando Deus uma mulher para companheira de sua obra prima, isto é, de Adão, formá-la-ia bonita, ou antes como cópia fiel da original costela, apenas desigual ficou do outro sexo nas formas exteriores.

3ª Sendo todas as mulheres filhas de Deus, e muito certo que nenhum pai distingue os filhos por feios e bonitos, que conceito merece do Sr. C. a seleção em questão, agravada por ele mesmo?

4ª Se é verdadeira a lei das compensações humanas; se eu não estou em erro asseverando com os sábios que as faltas de certas partes do organismo são substituídas por outras em pontos diversos, e por consequência que o belo de uma forma organiza arrasta quase sempre ao defeito de muitas outras – que a providente natureza como pensa sempre os defeitos notados em uma fisionomia, por exemplo, para este, com a elegância do talhe – a proporção de um tronco, o bem acabado de uma perna, de um braço, &c.,&c., para aquele; quando e como se poderá dar ou achar feia ou bonita? (A MARMOTA NA CORTE, 05 ago. 1851, p. 02).

Por fim, a moça afirmou que, após a resposta para suas perguntas, mostraria o quanto C. foi injusto em suas colocações. No mais, ponderou que, quando se amava uma mulher dita feia, deveria amá-la pelo que ela era. Nessa lógica, o homem amaria ainda mais a mulher feia do que a bonita.

O colaborador da *Marmota*, chamando sua desafiadora de *Bela feiosa*, respondeu sua questão afirmando que não havia apenas um tipo de beleza, mas vários, a depender da perspectiva do observador. Segundo C., ele havia descrito situações cotidianas, enquanto a *Feiosa* esperava respostas filosóficas, colocações que ele não se propôs a fazer. Ele ainda

apontou que a beleza era mutável com o passar dos anos e que, dependendo do período, o conceito de beleza poderia ser modificado. O autor terminou concluindo que *Feiosa*, provavelmente, era bela aos olhos de alguém e, por isso, deveria utilizar outro pseudônimo.

Na edição seguinte, *Feiosa* contestou *C.*, declarando que ele havia fugido de seus questionamentos e não tinha respondido nada do que fora colocado. Ela ainda acrescentou:

Revoltou-me isto porque sou feia, e porque não vinha a propósito semelhante sátira em louvor, fiz algumas exigências para chegar a meu fim, e bem longe de ser satisfeita para poder provar-lhe que – *a mulher nem sempre escolheu o pior* – que este ditado é falso ou somente próprio da masculina fantasia, cede-me V. S. o campo (por se achar em terreno fofo) sem dúvida supondo talvez que por ser eu mulher e portanto fraca e sem instrução, os recursos forçados da sua história passariam incólumes, sem nota e sem réplica! Ah! Sr. C., quanto me custa neste momento a consciência de meus fracos recursos, as faltas de meus maiores por minha educação! Mas, à fé de uma mulher feia lhe juro que o não deixarei vitorioso, pois que me sobram muitos bons desejos e não advogo causa má ou perdida como V. S. (A MARMOTA NA CORTE, 12 ago. 1851, p. 02).

Nesse trecho, *Feiosa* afirmou que lhe faltava educação, fato que a prejudicava na formação de argumentos contra *C.*. Apesar disso, ela elaborou uma série que ocupou diversas edições do jornal, podendo tal justificativa ser mais um exemplo da estratégia mencionada no início da seção: muitas mulheres se valiam da educação inferior que recebiam para criticar essa condição. Em seguida, *Feiosa* afirmou que, mesmo sem possuir educação, poderia debater com *C.*, pois dispunha da feiura necessária para completar o diálogo. Por isso, no número seguinte, a colaboradora continuou com a assertiva de que as mulheres não deveriam se classificar enquanto feias ou bonitas, assim como os homens não deveriam se pautar nesta divisão (A MARMOTA NA CORTE, 19 ago. 1851).

Continuando com a sua carta, em outra edição da *Marmota*, *Feiosa* dedicou uma parte de seus escritos a entender quem era considerada uma mulher feia ou bonita, e o porquê e como se amava a feia. Pedindo desculpas ao redator do periódico por já estar há muitas edições tratando do mesmo assunto, continuou a enumerar seus argumentos contra os escritos de *C.*. Em sua perspectiva, uma moça que tenha sido sempre bonita e desejada passa a ser arrogante com todos à sua volta. Isso porque, tendo em vista que sempre possuiu o que almejava, considerava que as demais mulheres, não tão bonitas quanto ela, invejavam-na (A MARMOTA NA CORTE, 22 ago. 1851). A autora terminou assim suas colocações:

Eis aqui está finalmente, meu caro Sr. C. <<POR QUE SE AMA A MULHER FEIA>>; porque amando-as como ela é, o fazem até com desprezo das bonitas, mais do que a estas; e vice-versa, porque uma *mulher bonita* não

tem remédio senão desposar um *homem feio*, que a possa e saiba amar, embora o faça *somente, ou quase sempre*, quando cansada de esperar, quando enjoada dos lisonjeiros e fementidos, que as perderam, que as atropelaram!... Não é, portanto, e como dissestes, senhor, porque *escolham elas sempre o pior!* (A MARMOTA NA CORTE, 26 ago. 1851, p. 03).

Para colocar um ponto final no embate com a *Feiosa*, C. a respondeu de maneira curta e simples, não explicando nenhuma das questões elaboradas pela interlocutora:

Louvo, com extremo prazer a Sra. Feiosa, pelo talento com que demonstrou a sua tese, por mim motivada; assegurando-lhe que, para os leitores da Marmota, ela sendo feiosa, como se assigna, tornou-se bela, e digna de bom esposo.

O serviço que prestou ao público, nas suas demonstrações de mestre, será apreciado em todos os tempos; restando-me a glória de haver provocado uma questão, que tão bem dilucidada foi pela digna leitora da Marmota.

Receba a Sra. Feiosa os protestos de estima que por esta lhe consagra.

C. (A MARMOTA NA CORTE, 29 ago. 1851, p. 04).

Pela análise de sua resposta, constatamos que C. considerou a *Feiosa* como digna de um casamento, tendo em vista o excelente debate que tinha proporcionado. Além disso, ele havia começado a perceber a autora como bela, ironizando seu pseudônimo. A historiadora Cristiane Ribeiro se dedicou, em um artigo, a analisar as publicações trocadas entre C. e a *Feiosa*. Segundo Ribeiro, ela foi uma mulher desafiadora para o período, tendo em vista que questionou, através de seus escritos, o padrão de beleza feminina imposto pela sociedade paternalista em que vivia. A historiadora ainda ressaltou que, possivelmente, a escritora estava atualizada nas discussões a respeito dos direitos femininos em países ditos civilizados, como Estados Unidos, Inglaterra e França (RIBEIRO, 2017).

Nós, partindo dos mesmos argumentos utilizados por Ribeiro, também acreditamos que a autora tenha, de fato, ousado em sua crítica para os padrões de sua época. A partir dessas ideias, é plausível a utilização do pseudônimo pela escritora, tendo em vista as variadas ressalvas que poderia receber pessoalmente, caso optasse por assinar seus textos com seu verdadeiro nome. Nesse sentido, o uso do pseudônimo e, conseqüentemente, do anonimato, tornou-se uma possibilidade para aquelas mulheres que, ao desaprovarem os comportamentos sociais ditados pelos homens oitocentistas, almejavam recriminá-los publicamente. Dessa forma, tornou-se possível contrariar a imposição de certo padrão de beleza e mesmo as ideias de progresso que estavam sendo postas no período.

3.8 POLÍTICA

As mulheres que buscavam conhecimento sobre política e que almejavam conhecer esse universo eram desprezadas pela *Marmota*. As chamadas pelo jornal de “metidas a sabichonas” não eram bem vistas e os homens insistiam em considerá-las ignorantes e inaptas para participação política. Entretanto, em meados da década de 1860, as discussões políticas já apareciam em publicações escritas por mulheres.

Nesse aspecto, as cartas trocadas entre as primas Estella e Zelina⁶¹, que apareceram no periódico em 1864, podem ser exemplos dessa perspectiva. Através delas, Estella reivindicava maior participação feminina na política:

É preciso, Zelina, muito preciso de uma vez para sempre mostrar aos homens que nós outras criaturas do sexo frágil somos tão boas como os tais senhores do sexo forte. Cá por mim estou tentada a começar pela política. Sexo frágil, sexo forte, isso que nos importa? Não se trata de sexos, trata-se de cabeças; e se formos por esse lado, palavra de honra que não troco a minha cabeça de mulher por 25 cabeças de homens. Quero ser jornalista, quero pugnar pelos nossos direitos atrozmente empalmados por esses prevaricadores. Hei de abrir os olhos de nossos eleitores, mostrando-lhes que temos os mesmos direitos que tem os homens para sermos eleitas deputadas, senadoras, juízas de paz, etc., etc., etc... (A MARMOTA, 31 jan. 1864, p. 03).

Nesse trecho, vemos Estella requerendo algo que pouco tínhamos constatado em outras edições da *Marmota*. No jornal, os protestos femininos eram, em geral, sobre o direito de estudar e de ter uma educação igual à dos homens. Nas palavras da correspondente, contudo, percebemos o desenvolvimento da ideia dessa mulher de chegar, inclusive, a ocupar um cargo político. Mais do que refletir sobre essa questão, Estella a expôs em uma folha, cujo principal público leitor era feminino, fazendo com que sua aspiração por uma vida pública chegasse a muitas leitoras. Logo, a publicação do texto demonstra como a cultura impressa foi fundamental na propagação de ideias revolucionárias ligadas às condições femininas.

A historiografia mais recente vem nos mostrando que as reivindicações das mulheres oitocentistas ultrapassavam as perspectivas relativas à educação. Nesse sentido, análises que enfocam a intersecção entre gênero, política e relações de poder no século XIX vêm ganhando mais espaço nos ambientes acadêmicos. A dissertação de Cristiane Ribeiro (2019) exemplifica essa questão, ao propor um estudo dos escritos de Anna Rosa Termacsis dos Santos (A. R. T. S), uma mulher que escreveu, em meados da década de 1860, um tratado que debatia a emancipação política feminina. Nesse mesmo sentido, estavam as demandas de

⁶¹ Utilizamos apenas o primeiro nome de ambas, considerando que o jornal não nos forneceu o sobrenome das mesmas.

Estella, considerando que a mesma publicou, na *Marmota*, o seu anseio pela participação feminina na política.

Além disso, é preciso compreender que as demais publicações que contestavam a ordem vigente no século XIX, a exemplo dos escritos trabalhados nessa dissertação, eram, de certo modo, políticos. Apesar de não buscarem uma participação política propriamente dita, ao se oporem ao ordinário oitocentista, estavam atuando politicamente. Assim, as transformações referentes aos direitos conquistados pelas mulheres foram postas no dia a dia, conforme demarcado no livro de Cowling (2018). Nesse sentido, o desejo de participação política foi, certamente, tão essencial para as mudanças estruturais quanto as oposições diárias.

Seguindo essa noção, as colocações postas por Estella na última fase da *Marmota*, em 1864, foram, de fato, substanciais. Contudo, não foram apenas tais movimentos que garantiram para as mulheres um maior espaço no ambiente público. Todas as conquistas seguem noções que eram colocadas no cotidiano⁶² e a imprensa imprimia discussões que faziam parte da rotina do município no qual ela circulava. Nesse sentido, é compreensível que as questões a respeito do progresso da nação estejam, de certo modo, pautadas nas escritas femininas, considerando que muito se debatia sobre isso no momento referenciado.

Acerca dos textos produzidos por mulheres e construídos em uma concepção de objeção às noções preestabelecidas no século XIX, a historiadora francesa Michelle Perrot destacou que:

O uso [da escrita], essencial, repousa sobre o seu grau de alfabetização e o tipo de escrita que lhes é concedido. Inicialmente isoladas na escrita privada e familiar, autorizadas a formas específicas de escrita pública (educação, caridade, cozinha, etiqueta...), elas se apropriaram progressivamente de todos os campos da comunicação e da criação: poesia, romance sobretudo, história às vezes, ciência e filosofia mais dificilmente. Debates e combates balizam estas travessias de uma fronteira que tende a se reconstituir, mudando de lugar (PERROT, 2005, p. 13).

Portanto, consideramos que a imprensa foi necessária para as mulheres e para as suas reivindicações, seus trabalhos e suas conquistas. Ela também foi, de certa forma, prejudicial, uma vez que determinava comportamentos predefinidos, reverberando-os no maior meio de comunicação do período. Desse modo, “através de um processo de identificação ficava arraigado na mente destas leitoras, o ideal de mulher cristã, inocente, pura, dificultando a aceitação das mudanças que se operavam no universo feminino” (OLIVEIRA, 2009, p. 60).

⁶² Sobre a história do cotidiano e o movimento de mulheres, veja: DIAS, 1984.

Porém, diante da análise elaborada e das pesquisas realizadas, acreditamos que a cultura impressa agiu mais positivamente para a disseminação de ideais que legitimavam as mulheres nos jornais. O espaço oferecido pelo periódico em questão, ainda que não tenha tido essa intenção, permitiu que mulheres como Estella, *Alcipe* e *Algoz* escrevessem a partir de suas convicções. Assim, proporcionou que o *bello sexo* letrado desenvolvesse considerações baseadas em suas publicações. Além do mais, as noções postas no jornal relacionadas à civilização do país também foram fundamentais para que as mulheres, através de estratégias e negociações, expressassem a necessidade possuir seus direitos. Nesse sentido, elas utilizaram essas concepções para atestarem garantias à educação, por exemplo.

No mais, buscamos recuperar essa série de escritos a fim de percebermos a multiplicidade das experiências presentes no universo feminino. Nesse sentido, compactuando com o ponto estabelecido por Magali Engel, discordamos da noção que concebe algumas mulheres como “à frente de seu tempo”. Isso porque tais figuras agiam em conformidade com o momento vivenciado (ENGEL, 2009), assim como reitera Tilly (1994, p. 31): “as mulheres vivem e atuam no tempo”.

Engel ainda defende uma interpretação que podemos incorporar aos escritos aqui apresentados. Segundo ela, nesse momento final do século XIX – ao passo que, para nossa análise, recuamos um pouco para a metade do Oitocentos –, defendiam-se noções de progresso, civilização e civilidade. Portanto, as reivindicações expostas pelas mulheres, relacionadas ao direito à educação, à maternidade e ao matrimônio, podem indicar uma circunstância vivenciada em um período de desenvolvimento da nação. Assim, não figuramos tais escritos como externos ao seu tempo, mas como produtos das experiências daquelas mulheres escritoras.

Na próxima seção, abordaremos como ações pautadas em acontecimentos cotidianos foram fundamentais para mudanças estruturais no universo feminino. Para isso, analisaremos as noções de progresso, civilização e civilidade, postas na década de 1850, através do projeto de lei proposto na Câmara dos Deputados sob o nome *Não há de se casar* e as condições questionadas na imprensa. Questões como educação, maternidade e matrimônio também podem ser encontradas na seção a seguir.

4 “A ESPOSA DO MILITAR É A FARDA”: A LEI *NÃO HÁ DE SE CASAR*, CIVILIZAÇÃO E CONCEPÇÕES SOCIAIS ATRAVÉS DA *MARMOTA*

Esta seção busca resgatar as colocações do Projeto de Lei *Não há de se casar*, estabelecidas nas reuniões da Câmara dos Deputados do Oitocentos, e as objeções postas a ele na imprensa. Apesar de o projeto ter sido proposto em 1854, no ano anterior, as discussões a respeito das pensões disponibilizadas para as viúvas dos militares já apareciam de forma frequente nos debates da Câmara. O objetivo aqui, portanto, é compreender como a imprensa feminina, mais especificamente a *Marmota*, e as mulheres da época contribuíram para que cessassem as proposições a respeito desse projeto de lei.

A finalidade do projeto em curso na Câmara era a proibição do casamento de jovens militares com mulheres consideradas pobres. Isto porque o Estado, em uma tentativa de contenção de despesas, não concordava em pagar metade dos salários dos falecidos militares às suas respectivas viúvas. Na perspectiva do governo, as mulheres pobres necessitariam desse suporte financeiro, enquanto as oriundas de famílias abastadas, caso enviuvassem, não precisariam receber auxílio econômico do Estado brasileiro. Tal proposta incomodou os jovens militares e as mulheres, as quais, através da imprensa, questionaram aquele projeto de lei.

Esse contexto suscitou a investigação e a análise das atas da Câmara dos Deputados, de 1853 e 1854, assim como dos artigos postos na *Marmota* e em outros jornais do período, como o já citado, *Periódico dos Pobres*. Assim, em ações cotidianas, as vozes femininas propunham objeções às condutas que prejudicassem as mulheres – e que, naquele caso, em específico, também afetavam os militares que, diante da noção de proteção ao Estado em desenvolvimento, viam suas possibilidades pessoais serem ameaçadas.⁶³

Posto isso, partimos de uma perspectiva reveladora no que tange às forças sociais expressas pelo periódico estudado, analisando como as mulheres, através da *Marmota*, foram conquistando, aos poucos, demandas referentes aos espaços públicos. Nesse sentido, problematizamos a noção, frequentemente encontrada na imprensa da década de 1850, que maldizia as mulheres ditas “faladeiras”. Nesta parte da dissertação, o recorte de classe se faz mais necessário, tendo em vista que o projeto, apesar de evidentemente prejudicar toda a *classe das mulheres*, era mais danoso àquelas que eram pobres.

⁶³ Noções oriundas das perspectivas propostas pela história social, através de autores como Sidney Chalhoub e Camillia Cowling.

4.1 “QUE MAL HÁ EM SER FALADEIRA?”

Conforme exposto por alguns estudiosos da imprensa, por vezes, é relevante que se construa comparações com outros periódicos da mesma época da folha pesquisada. Esse exercício nos ajuda a notar como determinado episódio se apresentava em perspectivas diferentes (ZICMAN, 1985). Por isso, iremos identificar a noção de “mulher faladeira” em três periódicos da década de 1850 e que já foram abordados em outros momentos desta dissertação: *Marmota*, *Periódico dos Pobres* e *Jornal das senhoras*.

De acordo com a *Marmota*, em meados do século XIX, era difícil encontrar uma mulher que falasse pouco (A MARMOTA NA CORTE, 09 nov. 1849). Ao longo das várias edições do periódico, essa proposição é frequentemente encontrada. Assim, criticaram-se, no jornal, as mulheres faladeiras: “mulher muito tagarela, não se dê nada por ela” (A MARMOTA NA CORTE, 16 nov.1849, p. 04). Pressupunha-se que o falar demais prejudicava as jovens que almejavam o casamento. Afinal, os piores tipos de mulheres, segundo o periódico, seriam as faladeiras e as inconstantes⁶⁴: “D. Tagarela, D. Bacharela⁶⁵, deus me livre da língua dela” (MARMOTA FLUMINENSE, 23 maio 1854, p. 03).

Na perspectiva de progresso, trazida ao longo desta análise, a característica de *faladeira* não era encarada a partir de uma boa interpretação. A título de exemplo, transcrevemos um mote e glosa publicado na *Marmota*:

Certa mulher faladeira
Merece a língua cortada.

É jubilada em asneira,
Nas intrigas muito versada,
Na maldade examinada
Certa mulher faladeira,
Em soalhar é a primeira
Dos seus a vida privada;
A tal vício habituada
Não se pode reprimir;

⁶⁴ O periódico coloca, em vários momentos, a discussão sobre a inconstância feminina e sobre como esta característica poderia ser prejudicial em um relacionamento.

⁶⁵ Notemos que a palavra “bacharel”, no masculino, possuía significado idêntico ao contemporâneo: “título que se dá aos que recebem o primeiro grau em qualquer faculdade de uma universidade”. Por sua vez, o termo “bacharela”, no feminino, significava “mulher que fala muito, inconsideravelmente e imperitamente.” Confira em: SILVA, 1858, p. 292. Essa pesquisa nos instigou procurar o sentido de tais palavras no dicionário atual. Enquanto a palavra “bacharel” nos remete apenas à formação universitária, o conceito “bacharela” apresenta até hoje tanto a relação com a formação universitária quanto a noção de mulher tagarela. Notamos, assim, que são sentidos que se perpetuaram ao longo dos séculos.

Para aos mais não perseguir;
 Merece a língua cortada
 (A MARMOTA NA CORTE, 22 jul. 1851, p. 04).

No *Periódico dos Pobres*, jornal que em muitas condições se assemelhava à *Marmota*⁶⁶, também encontramos críticas à suposta tagarelice feminina. Na seção constante do jornal chamada “Conversa de Primitivas”, a todo o momento era posto “oh tagarela, você não se calará?” (PERIÓDICO DOS POBRES, 05 ago. 1852, p. 03). Vê-se também que tal característica era encarada como uma imperfeição: “é quem a poema tagarela, apesar desse defeito, ainda assim morro por ela” (PERIÓDICO DOS POBRES, 14 abr. 1855, p. 04).

Enquanto encontramos percepções semelhantes no que se refere à noção de mulher faladeira no *Periódico dos Pobres* e na *Marmota*, o mesmo não podemos dizer sobre o *Jornal das Senhoras*. Logo, acreditamos que tal diferença se deu considerando que a redação e edição das duas primeiras folhas, eram comandadas, exclusivamente, por homens; enquanto o *Jornal das Senhoras* era redigido e editado por mulheres.

Nesse sentido, uma mulher que verbalizasse suas opiniões e seus sentimentos sobre determinados assuntos não poderia ser vista com bons olhos. Ao falarem e se mostrarem insatisfeitas com certas situações, as mulheres poderiam questionar as condições postas pela sociedade do século XIX. A imprensa que deu espaço a um público feminino surgiu, conforme vimos ao longo das seções anteriores, como uma oportunidade para que as mulheres pudessem expor suas objeções a diversas questões.

Por isso, a presente seção busca resgatar, a partir dessa ideia de “mulheres faladeiras”, uma série de oposições expressas por elas, na *Marmota*, a um projeto de lei que viria a ser prejudicial para a chamada *classe feminina*. É interessante destacar que, logo após as publicações da imprensa, a Câmara dos Deputados suspendeu os debates referentes a essa questão. Esse dado pode ser representativo no que tange às colocações realizadas e expostas nas folhas de então. Por isso, “ser faladeira” não deveria ser algo encarado com um teor pejorativo para as senhoras oitocentistas, haja vista que foi dessa forma que elas conquistaram e abriram espaço para futuras realizações benéficas a elas.

Nessa mesma perspectiva, adotamos a ideia exposta por Hobsbawm quando o autor tratou das pessoas comuns. De acordo com o historiador, as pessoas ordinárias foram se tornando relevantes a partir do momento que passaram a ser um fator constante na concretização de decisões e acontecimentos (HOBSBAWM, 1998). Assim, ressaltamos a

⁶⁶ Os traços que promovem essa similaridade entre os dois periódicos são apontados na segunda seção deste trabalho.

necessidade de encarar as “mulheres faladeiras” a partir dessa noção, entendendo como suas convicções foram fundamentais nas respostas e decisões referentes ao Projeto de Lei *Não há de se casar*. Além disso, ao apresentarmos esse projeto a partir de perspectivas pessoais, pela fala dos deputados e na imprensa, buscamos resgatar e contextualizar conflitos individuais que acabaram por auxiliar no coletivo.⁶⁷ Assim, frisamos que tais dinâmicas eram moldadas por um contexto compartilhado entre os sujeitos.

O projeto e toda sua repercussão na imprensa seria uma forma de controlar socialmente as mulheres e os militares. O fato de, em determinado momento, ter começado a existir a necessidade de um controle, significa que as mulheres estavam se movimentando. As modificações que isso gerava não agradavam os homens, que possuíam condições favoráveis e poderes postos social e culturalmente. Tal controle visava direcionar essas pessoas comuns a um interesse do Estado, partindo das noções já mencionadas de desenvolvimento nacional.

As discussões colocadas a partir do projeto de lei a ser analisado em seguida nos trazem questões que foram trabalhadas na terceira seção, tais como: matrimônio, educação, amor, progresso e civilização da nova nação. Sendo assim, percebemos que essas temáticas e questões eram postas socialmente no dia a dia dos sujeitos oitocentistas e debatidas na imprensa. A *Marmota* trouxe, em suas páginas, todas essas proposições.

4.2 PROGRESSO E CIVILIZAÇÃO A PARTIR DO PROJETO *NÃO HÁ DE SE CASAR*

O Brigadeiro
-Não há de casar! -

O tempo chegou
De ressuscitar
O bravo da Pátria!
-Não há de casar! -
Das moças foi sempre
Fiel defensor,
Mostrando por ellas
Heroico valor.
Ao ver à janela,
Mocinha galante,
Rendia-lhe logo
Finezas de amante.
Na classe que honrou,
Em quanto viveu,
Dar cheque em amor
Ninguém se atreveu.
Mas lei vexatória

⁶⁷ Perspectiva adotada por Sidney Chalhoub, ao elaborar *Visões da Liberdade* (1990).

Quer-se hoje aprovar,
 Por ela o soldado
 -Não há de casar! -
 De lei não precisa
 Quem honra a patente,
 Se a Pátria quer vê-lo
 Marchar de repente;
 Casado, ou solteiro,
 Lá vai de carreira,
 Deixando a consorte,
 Plantar a bandeira.
 O bravo soldado,
 Se torna mais nobre
 Ao lado da esposa
 Fiel, bem que pobre;
 Que o pobre casado
 Não vive feliz,
 A lei em projeto
 Somente é o que diz.
 Só ela... Lei digna
 Da ponta de um dardo,
 Nos diz que a mulher
 Que é pobre é um fardo!...
 Só ela quer ver,
 Mil bravos honrados,
 Com filhos... Embora
 Não sejam casados!...
 Só ela uma parte
 Quer ver da nação
 Ir contra os preceitos
 Da Religião!
 Mas, passe ou não passe
 A lei militar:
 Viva o Brigadeiro!
 - Não há de casar! –
 (MARMOTA FLUMINENSE, 05 set. 1854, p. 01).

Para compreendermos o Projeto de Lei *Não há de se casar*, discutido na Câmara dos Deputados, recuperamos algumas proposições através das atas disponibilizadas para pesquisa. Em maio de 1853, a Câmara dos Deputados discutiu a pensão dada à viúva D. Maria Elisa da Silva Tourinho, que havia sido casada com capitão Domingos Rodrigues Tourinho, morto em batalha. Por isso, a viúva passaria a ganhar “metade do soldo que recebia o falecido oficial” (BRASIL, 23 maio 1853, p. 272), já que de acordo com a lei promulgada em 1827, o Estado era obrigado a pagar pensão às viúvas e parentes de oficiais brasileiros que haviam falecido (MAROTTA, 2019).⁶⁸ Também estava em pauta o pagamento da viúva D. Theodora Vaz

⁶⁸ O início dessa lei foi em 1824, no contexto da Confederação do Equador. Após a morte de muitos oficiais, o imperador estabeleceu um decreto que proporcionava o direito à pensão às viúvas dos militares.

Souza, esposa do falecido tenente-coronel João José Alves e Souza, que havia sido morto defendendo a legalidade no Maranhão.

Colocada em votação, a pensão concedida a D. Theodora Souza foi aprovada por 96 votos a favor e quatro contra (BRASIL, 24 maio 1853). Estes votos contrários à viúva são significativos, tendo em vista que ocorreram cerca de um ano antes da discussão do Projeto de Lei *Não há de se casar*. Assim, eles podem já representar certa insatisfação em manter financeiramente as viúvas dos soldados.

Ainda em 1853, discutiu-se na Câmara a questão do meio soldo dado às viúvas dos militares. Apesar de não falarem ainda na Lei *Não há de se casar*, um debate a esse respeito já estava posto. O então ministro da Marinha, o deputado Zacarias, afirmou-se contra as propostas que manteriam metade do soldo do falecido marido para as viúvas, principalmente se um novo matrimônio fosse efetuado com um sujeito que não fosse da *classe dos militares*.⁶⁹ A lei antiga determinava que, caso a viúva almejasse se casar novamente, para manter sua pensão, seu segundo marido deveria ser militar (BRASIL, 30 maio 1853). Posto isso, vemos que algumas colocações que viriam a se tornar parte do posterior projeto de lei estavam se formando.

As viúvas dos militares tinham direito à pensão a julgar as funções exercidas pelo marido. Especialmente naquele contexto, em que o progresso da nação era almejado, entendiam-se os afazeres militares, cujo objetivo era proteger o país, como fundamentais para a prosperidade brasileira. Por isso, ainda em meados de 1853, quando a viúva D. Maria Generosa Loureira, esposa do falecido desembargador Augustinho de Souza Loureiro, solicitou uma pensão do Estado, teve o parecer negado pelos deputados. A justificativa recaiu sobre a questão de que seus serviços não eram tão importantes (BRASIL, 30 maio 1853), além de os deputados afirmarem que “o estado financeiro do país exige a mais severa economia na aplicação da renda pública” (BRASIL, 20 jun. 1853, p. 258).

Dessa forma, torna-se compreensível a proposição do Projeto de Lei *Não há de se casar*: através dele, o Estado buscava poupar suas finanças, negando solicitações de pensão. O historiador Marconni Marotta constatou que, desde a década de 1820, quando nem todos os benefícios de pensão eram concedidos, a discussão sobre o quanto as crises financeiras afetavam as pensões já estava sendo colocada em pauta. O autor ainda sugere que “o governo passava por cima das autoridades dos Legislativos” (MAROTTA, 2019, p. 85). No entanto,

⁶⁹ Utilizamos o termo ‘classe dos militares’ considerando que, na fonte pesquisada, os deputados se referiam aos militares dessa forma. Portanto, não estamos nos referindo conceitualmente ao termo classe com o sentido que compreendemos atualmente.

no caso da década de 1850, apesar de D. Maria Loureira não receber a pensão logo após o falecimento de seu marido, D. Tereza de Frias Pereira da Cunha teve sua pensão concedida assim que se deu seu estado de viuvez, em razão da morte de seu marido, o conselheiro Antônio Luiz Figueira Pereira da Cunha (BRASIL, 14 set. 1853).

A partir da leitura dos anais da Câmara dos Deputados, percebemos que, em 1853, estavam se formando posições contrárias às pensões pagas às viúvas. A título de exemplo, utilizamos o questionamento elaborado pelo deputado Ferraz a respeito da pensão concedida a Marianna de Souza Barreto: “o Sr. Ferraz deseja ser informado acerca dos motivos que autorizam a concessão da pensão de que trata o projeto” (BRASIL, 13 ago. 1853, p. 179).

Em junho de 1854, alguns meses antes da discussão a respeito do projeto, foi recuperada, em uma das atas da Câmara, a pensão de 800 réis de D. Rita Bernardina de Almeida, viúva do almirante José Maria de Almeida, que havia sido indeferida em 1848. O retorno de tal debate ocorreu porque o deputado Siqueira Queiroz afirmou ter mudado de opinião sobre a proposição. De acordo com ele, o almirante havia prestado um bom serviço à nação e, por isso, sua viúva merecia ganhar seu salário. Além do mais, segundo Queiroz,

A viúva de um almirante não está nas circunstâncias da de um outro particular; a viúva de um homem que foi condecorado não está nas circunstâncias de se entregar a serviços que se pode entregar as de outros; as honras de seu marido são um título mais para se obter uma pensão (BRASIL, 09 jun. 1954, p. 89).

A proposta apresentada pelo deputado Queiroz a princípio perdeu, entretanto, foi solicitada uma nova votação, na qual a proposição acabou sendo aprovada. Com base no trecho analisado, é possível constatar alguns pontos. Primeiramente, que na década de 1840 as pensões já se mostravam como um problema. Também podemos refletir a respeito da condição de Rita de Almeida. De acordo com Queiroz, a viúva não era e não deveria ser encarada como qualquer *sujeita*, haja vista a condição de seu falecido marido. Além disso, é perceptível que a senhora estava passando por problemas financeiros e que ela não poderia se submeter a um reles trabalho. Tendo em vista os problemas com as finanças, é presumível que D. Rita de Almeida não se tratava de uma senhora de elite, entretanto, também não gostaria de ser vista exercendo um ofício qualquer. Por isso, solicitava ao Estado o pagamento da pensão.

Em agosto de 1854, o Projeto de Lei *Não há de se casar* foi posto nos debates presentes na Câmara, em sessão presidida por Visconde de Baependi. Isso ocorreu justamente no contexto da década de 1850, a qual, conforme assinalado por Claudia Alves (2004, p. 5), “representou um momento de inflexão importante na carreira militar”. Nesse sentido, não é de

se espantar que tais proposições tenham sido postas nesse período. Cabe lembrar, entretanto, que a discussão da pensão de viúvas já havia sido realizada na Câmara dos Deputados e no Senado, em 1827, voltando a ser debatida quase 25 anos depois, no momento aqui exposto.

Para compreendermos essa discussão, é necessário entendermos o contexto vivenciado pelo Brasil nos anos de 1850, principalmente no que se refere aos combates e, conseqüentemente, aos militares. A Guerra do Prata, ou Guerra contra Oribe e Rosas⁷⁰, ocorreu entre 1851-1852, poucos anos antes das questões relativas às pensões das viúvas voltarem a fazer parte dos debates da Câmara dos Deputados. O conflito foi uma disputa pela hegemonia da região do Rio da Prata e que se deu, principalmente, entre Paraguai, Uruguai e Brasil. Este país, aliado do Uruguai durante a guerra, enviou uma força naval para a região do Prata. O medo da morte dos militares e a crise financeira que o Estado brasileiro ainda enfrentava, provavelmente, suscitaram a volta das discussões. No entanto, antes de 1854, de acordo com a análise realizada por Marconni Marotta (2019), os deputados não mencionaram a proibição do casamento para os militares, debatendo apenas questões tangentes ao pagamento das pensões às suas viúvas e aos seus filhos.

Concluimos, então, que o projeto de lei, proposto pelo deputado Pereira da Silva, não era, de fato, uma questão nova. O próprio deputado afirmou, embora sua proposta apresentasse algumas modificações, que as discussões que levantava já teriam feito parte de reuniões anteriores na Câmara. Além disso, elas também estavam em todas as legislações das nações cultas da Europa, seja França, Prússia, Sardenha e Bélgica (BRASIL, 14 ago. 1854). Essa referência feita por Pereira da Silva, aliás, é um dado interessante. Ao estudar as atas do Conselho de Estado, José Murilo de Carvalho (1996) constatou que a elite política possuía uma perspectiva eurocêntrica, visto que os países europeus apareciam em seus discursos como sinônimo de civilização. Possivelmente, por isso, para defender seu projeto, Pereira da Silva afirmou que as ideias que suscitava estavam sendo seguidas na Europa.

A civilização e o progresso estavam intimamente ligados àquele projeto de lei. Assim, de acordo com exposto por André de Azevedo (2016, p. 73), “o desenvolvimento da civilização em âmbito político deveria ser traduzido em leis que, por sua vez, seriam facilitadoras do aperfeiçoamento da civilização.” Logo, o projeto buscava aperfeiçoar a civilização social e política do Brasil, em meados da década de 1850. Ademais, o poder do Estado também se configurava através da imposição de leis e, nesse sentido, o governo se

⁷⁰ O título em questão faz referência a Manuel Oribe, militar uruguaio e a Juan Manuel de Rosas, ditador argentino.

fortificava com a implementação de tal projeto. Posto isso, a justiça possuiria um teor civilizatório.

Naquela sessão, em agosto de 1854, composta por diversos deputados, foram tratados muitos assuntos. O tema dos militares, contudo, parece ter recebido várias objeções. Correa das Neves foi o primeiro a se colocar contra o projeto, o qual, segundo ele, era inútil e prejudicial, pois tendia a diminuir a população:

Senhores, qual será a vida de um pobre soldado, depois das fadigas de um dia de luta, depois do afanoso lidar no campo de batalha, depois de haver ali afrontado mais de mil perigos, que voltando às tristes barracas, não encontrar uns lábios que lhe sorriam festejando-o pela dita de o ver escapo ao ferro inimigo (BRASIL, 14 ago. 1854, p. 154).

Ele continuou sua fala recebendo muitas aprovações dos deputados participantes:

Se isto, pois é tão natural ao coração de quase todos os homens, como queremos cortar em flor esses estímulos, tão nobres do coração de uma importante e numerosa classe? Como querer-se privar aos nossos bravos dos laços matrimoniais, que os homens chamam doces, e que todos têm como a maior felicidade do mundo? (BRASIL, 14 ago. 1854, p. 154).

Assim posto, o deputado Miranda também se mostrou contra as propostas. Em sua perspectiva, o projeto deveria ser analisado pela *classe dos militares*. Além disso, ele ainda afirmou que as punições ao jovem militar que se casasse sem a concessão da licença proposta ainda não estavam certas. Afinal, eles seriam reformados ou perderiam sua patente? Nesse sentido, Miranda propôs que a discussão fosse adiada para outro momento mais conveniente.

Os debates tomaram vários sentidos no momento que o deputado Seara afirmou que o deputado pela Paraíba havia defendido o projeto a partir da perspectiva do *bello sexo*. Esse dado foi levado de forma irônica pelo restante dos homens que participavam na discussão, colocando-se que o nobre general acreditava que pertenci a classe das mulheres. (BRASIL, 14 ago. 1854).

Outros deputados afirmavam que os melhores militares eram aqueles que tinham constituído uma família, como no caso do deputado Junqueira. Em suas palavras:

Desejo que os nossos militares tenham pátria, e o que constitui a pátria são além do solo, a mulher e os filhos, o homem que não tem família não tem pátria, não exporá sua vida pela pátria sempre, e quando a expuser não a defenderá com tanto afinco contra o estrangeiro como aquele militar que tiver família (BRASIL, 14 ago. 1854, p. 168).

Desse modo, de acordo com o deputado, caso o militar tivesse esposa, poderia contar os feitos da guerra e, caso tivesse filhos, deixaria como herança a glória de ter participado de uma batalha. Afinal, “o homem que não tem filhos não vive”, ele “vegeta”, completou o deputado Siqueira Queiroz (BRASIL, 14 ago. 1854, p. 168).

Pereira da Silva, em defesa ao seu projeto, declarou que o controle tangente ao casamento dos militares era mais sobre disciplina do que proibições. Sua proposição almejava instruir os soldados, de acordo com sua concepção:

O Estado senhores, é o tutor nato dos militares, fixa-lhe pensões de reforma, cuida de sua família depois de sua morte, dá privilégios aos seus filhos, parece pois que o Estado tem e deve ter direito de vigiar sobre ele, de regulariza-lhe (sic) o casamento, de fixar as condições dele, porque a família do militar é a família do Estado. Não se proíbe, portanto, o casamento; exige-lhe que eles peçam licença ao governo para o fazer... É uma ideia de disciplina militar regularizar os casamentos oficiais (BRASIL, 14 ago. 1854, p. 170).

No entanto, alguns deputados e a imprensa não encararam o projeto nesse sentido (BRASIL, 14 ago. 1854). Apesar disso, o deputado que propôs o projeto, Pereira da Silva, afirmou que estava preparado para o julgamento da opinião pública. Conforme afirmamos anteriormente, a opinião pública no século XIX estava intimamente ligada às proposições colocadas na imprensa⁷¹ e, como veremos, de fato, a imprensa não estava aprovando o projeto apresentado.

O deputado Ferraz, no entanto, compartilhou da noção de Pereira da Silva e reiterou que a ordem e a disciplina dos militares estavam muito mais em questão do que o relacionamento conjugal. De acordo com o deputado, ninguém deveria discutir a base que as relações familiares proporcionavam e, por isso, o projeto deveria ser encarado a partir do viés disciplinar. No mais, os militares eram funcionários do Estado, fato que lhes obrigava a prestar contas ao governo. Assim, nas palavras de Ferraz:

Entendo, senhores, que o poder social pode estabelecer regras a todas as classes dos servidores do Estado debaixo desta ou daquela ordem, deste ou daquele interesse, em relação ao serviço público; que todos nós, qualquer que seja a classe que pertencamos, devemos sujeitar-nos a essas condições de seu exercício (BRASIL, 26 ago. 1854, p. 284).

A proposta de lei em questão também estava relacionada ao projeto de nação, em curso na década de 1850. Assim, o receio dos deputados em relação ao casamento dos

⁷¹ Sobre o conceito de opinião pública, veja: MOREL; BARROS, 2003.

militares, além de ter como base as condições econômicas do Estado, estava associado ao desenvolvimento do país. Certas falas, expostas na Câmara, mostram que aqueles homens se preocupavam com o casamento, visto que o matrimônio consumado poderia fazer o militar lutar de forma diferente e com maior medo da morte. Nota-se que a constituição de uma família poderia condicionar esse receio. No mais, há também que se entender que o serviço militar era um dos principais pontos de contato entre o cidadão e o Estado (CARVALHO, 1996c).

A nova nação necessitava de homens que oferecessem proteção e, mais do que isso, que apresentassem a perspectiva de civilização e progresso. Conforme destacado por Claudia Alves (2002, p. 29),

Ser militar do Império era, também, ser professor, ser engenheiro, geólogo e cartógrafo, ser administrador, ser desbravador de regiões inóspitas, ser chefe de quartéis e ser instrumento de civilização e nacionalidade em regiões sem qualquer identidade com a Nação e em que, muitas vezes, o exército constituía-se na única, ou principal fonte de criação de infraestrutura.

Nesse sentido, o Estado tinha o receio de que o casamento pudesse interferir nessas questões. Ao passo que as mulheres, através da imprensa, buscavam demonstrar o oposto, percebendo-se como fundamentais no processo de construção da nação através dos preceitos relacionados à maternidade e à educação.

Seguindo o viés da proteção, as discussões dos parlamentares também se voltaram para as medidas punitivas. De acordo com o deputado Ferraz, o Estado não deveria castigar os soldados com a sua retirada do corpo militar, considerando que, dessa forma, o governo sofreria uma punição indiretamente, ao perder um soldado. Então foi proposta uma mudança na pena, sugerindo-se a proibição da promoção de cargo aos militares (BRASIL, 26 ago. 1854).

Para Ferraz, as penas deveriam ser mais rigorosas caso o erro fosse cometido em tempos de guerra. A título de exemplo, Ferraz destacou os casamentos ocorridos em países estrangeiros no momento em que o soldado estivesse guerreando. O projeto ainda foi assim proposto, tendo em vista que as leis só recaíam aos militares que fossem de baixo calão e àqueles que não possuíam ninguém para protegê-los. O deputado Miranda propôs ainda um complemento sobre a correção: o militar que se casasse nas condições indevidas, deveria ser punido com a desonra, que “seria por si só suficiente para justificar a perda da patente” (BRASIL, 26 ago. 1854, p. 287). Além disso, Miranda afirmou que “a ideia [do projeto] da

comissão de marinha e guerra é incompleta, injurídica e injusta, é mesmo anticonstitucional e odiosa” (BRASIL, 26 ago. 1854, p. 287).

A ampla e aberta defesa em prol da disciplina foi realizada, principalmente, pelo deputado Miranda. Nesse sentido, argumentou-se com base nas reformas dispostas em países ditos mais desenvolvidos – como Inglaterra e França –, na tentativa de estabelecer um progresso para a nação brasileira. No entanto, certos deputados discordaram da defesa de Miranda, que afirmava sobre a necessidade do controle do Estado pelos militares.

O deputado Correia das Neves, por exemplo, se opunha à ideia de que os soldados deveriam avisar sobre suas mudanças para o governo, haja vista que apenas os escravos não tinham licença para mudar de província. Dessa forma, ele comparou a condição dos militares àquela enfrentada pelos escravos. A noção de civilização argumentada pelos deputados não era completamente desassociada da escravidão, apesar de manterem relações conturbadas, considerando que a escravidão era um símbolo de atraso do país (RICUPERO, 2004).

Por fim, Miranda se afirmou a favor dos casamentos. Entretanto, reforçou que o matrimônio não deveria ser feito em condições desfavoráveis, que pudessem “vir a ser prejudiciais a disciplina do exército, aos interesses do Estado e aos próprios interesses” (BRASIL, 26 ago. 1854, p. 288). Logo, o casamento poderia ser efetuado caso não afetasse as relações do Estado.

Em uma fala posterior à do deputado Miranda, o deputado Bellergerde se mostrou a favor do projeto, entendendo que a proposta não tinha como objetivo evitar o casamento entre os militares, mas sim garantir que eles tivessem meios suficientes para sustentarem suas famílias. Esse sustento, cabe destacar, recairia, indiretamente, sobre a questão da educação, tendo em vista a disseminação de colégios particulares. Afinal, a educação também era fundamental ao progresso da nação, considerando que este só seria plenamente possível a partir do momento em que os filhos dos militares possuíssem a habilidade da leitura (RICUPERO, 2004).

Em seu favor, o deputado Bellergerde ainda se lembrou de outra *classe* na sociedade que não se casava e, ainda assim, possuía admiração e respeito: a *classe dos padres*. Quando questionado se os homens de tal classe iriam para o céu, Bellergerde declarou: “também vai para o céu o militar que morre pela pátria, pela sua bandeira” (BRASIL, 26 ago. 1854, p. 289). Assim, sua fala reforçava a necessidade de se construir um novo país e de manter homens aptos para sua proteção naquele momento de definição de um processo político e social de construção nacional.

Por sua vez, o deputado Brusque, em seu discurso na Câmara dos Deputados, se mostrou contra o projeto. Ele argumentou que o projeto em questão transformaria o militar em *menos* cidadão que os outros homens, pois ele não teria os mesmos direitos que os demais – o que Brusque considerava incorreto. O deputado também utilizou argumentos religiosos em sua fala, afirmando que a mulher nasceu do homem e o homem da mulher e, portanto, o amor entre ambos seria sempre certo. Por fim, Brusque questionou: “se é um mal, meus senhores, acaso o tem ocorrido apenas na casa dos oficiais subalternos? Se é um bem, porque não se estende este bem à classe dos oficiais superiores?” (BRASIL, 26 ago. 1854, p. 290).

Esse mesmo deputado ainda se posicionou a respeito das condições financeiras das mulheres com as quais os militares poderiam se casar: “desigualdade na condição dos casamentos. Essa desigualdade ou é relativa à fortuna ou a pessoa” (BRASIL, 26 ago. 1854, p. 291). Entretanto, o deputado não acreditava que poderia, de fato, haver tal desigualdade, visto que, em sua opinião, a pobreza também era nobre – principalmente aos olhos de Deus.

Para o deputado Oliveira Bello o projeto deveria ser aprovado, pois:

A medida, senhores, favorece os interesses do estado, dá força a disciplina do exercício, e assegura o bem-estar dos oficiais a quem ela se houver de aplicar. Favorece os interesses do estado, porque, diminuindo o número de oficiais casados, o estado terá um exército menos pesado, mais móvel e disponível, e ficará menos sobrecarregado dos ônus de conferir pensões às viúvas pobres e aos órfãos dos oficiais (BRASIL, 28 ago. 1854, p. 299).

O parlamentar em questão ainda afirmou que os casamentos decentes deveriam ser mantidos. Em sua concepção, esse tipo de matrimônio era efetuado quando a mulher tinha condições financeiras de sustentar os filhos, caso o marido viesse a falecer. Além disso, Oliveira Bello também defendia que não se casassem os militares que vivessem apenas de seus soldos com mulheres que eram tão pobres quanto eles. Assim, ele pontuou que: “aos que quiserem contrair casamentos descentes (sic), os que tiverem os indispensáveis meios de sustentar a mulher e os filhos” (BRASIL, 28 ago. 1854, p. 300). A partir da argumentação dada por esse deputado, a questão referente à condição financeira das mulheres em questão se tornou mais evidente.

Em seu argumento, também apareceu a menção às leis das nações europeias, as quais, segundo ele, seguiam normas semelhantes àquelas do projeto de lei em debate no Brasil. Dado, portanto, que confirmaria a necessidade da implementação daquelas normas no país, caso almejassem alcançar o progresso europeu. Com esse pressuposto, Oliveira Bello citou uma série de países que seguia essas regras, tais como França, Prússia e Espanha. Algumas dessas

nações, segundo ele, permitiam o casamento se um dos dois cônjuges tivesse condições financeiras suficientes para que se mantivessem sem dependência do Estado.

As falas dos deputados, em diversos momentos, citavam os países europeus civilizados que estavam seguindo normas sociais próximas às condições postas no projeto brasileiro. Esses argumentos eram utilizados porque “civilização e progresso, termos privilegiados da época, eram entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais” (SCHWARCZ, 1993, p. 57). Estes deveriam, portanto, ser seguidos pelo Brasil.

Em contrapartida, na opinião do deputado Brandão, que colocou seus argumentos contra o projeto de lei logo após a fala de Oliveira Bello, o Brasil não deveria ser comparado aos Estados europeus. Isso porque a dimensão territorial daquelas nações impunha questões que não seriam pertinentes nessa parte da América. Afinal, os países europeus justificavam a lei a partir da necessidade de controle populacional, tendo em vista que seus territórios não sustentariam uma grande população. A condição brasileira, contudo, era diferente e, por isso, para Brandão, o Brasil deveria se inspirar na Rússia, que também possuía grandes proporções geográficas (BRASIL, 28 ago. 1854).

No mais, Oliveira Bello reiterou que havia condições em que o casamento se realizava apenas para que as mulheres conseguissem obter pensões. Assim, de acordo com sua percepção, alguns matrimônios se efetuavam sem o desejo dos noivos, para que as mulheres – quando o soldado falecesse – viessem a receber uma parte de seus soldos (BRASIL, 28 ago. 1854). Consideramos, no entanto, essa noção dubitável, tendo em conta que não era possível conhecer as condições e o tempo restante de vida dos militares com os quais elas se casavam.

Nesse mesmo dia, em 28 de agosto de 1854, o deputado Brandão, que era contrário ao projeto de lei, argumentou a respeito do valor das mulheres. Naquela ocasião, ele afirmou o quanto os princípios femininos iam além das condições sentimentalistas que lhes eram impostas. Para o deputado, tais senhoras exerciam um papel fundamental enquanto esposas dos militares: “Lívia foi companheira de Cesar nas vitórias, e se não fora Josephina, quem sabe se Napoleão, seria um herói!” (BRASIL, 28 ago. 1854, p. 303). O parlamentar ainda afirmou: “não é ela quem tanto nos ajuda com os seus conselhos? Não é a companheira fiel do homem? Não é a bela parte destinada para suavizar os males da vida?” (BRASIL, 28 ago. 1854, p. 303).

No entanto, o deputado Brandão declarou que as mulheres não eram próprias para os campos de batalha, e que suas participações deveriam se restringir ao companheirismo para com o soldado. O argumento do deputado se desenvolveu tendo como ponto referente a

natureza humana. Assim, Brandão alegou que o casamento era um desejo natural e que a lei dos homens não deveria interferir: “é um projeto antinatural, pois contraria as leis do coração humano” (BRASIL, 28 ago. 1854, p. 303). Outrossim, o deputado declarou que, mesmo não sendo militar, não poderia ser a favor de tal projeto, haja vista que este seria contrário à liberdade dos homens.

Posto isso, Brandão ainda complementou sua fala com as condições propostas para a possível realização do casamento:

A principal dessas condições é que o mesmo militar ou a sua noiva possua certa fortuna, donde concludo que, a não possuir, ou a ser tão infeliz que não ache uma noiva com dote, não se poderá casar, sendo por conseguinte, a proibição absoluta dele (BRASIL, 28 ago. 1854, p. 304).

Recuperando a afirmativa de Vinicius Gagliardo (2016, p. 115), o casamento no século XIX, apesar de não se constituir apenas por interesse financeiro, só era permitido ao patriarca “desde que não existam abismos econômicos e sociais entre os pretendentes”. Dessa forma, muito dificilmente moças advindas de famílias abastadas se casariam com militares, já que estes eram, na grande maioria, homens pobres recrutados sem opção de escolha⁷². Sobre este ponto, Vitor Izecksohn (2001, p. 92) afirmou que “os pobres eram o principal alvo do recrutamento, que tinha sido tradicionalmente centrado em um grupo específico: os pobres indesejáveis, quer dizer, migrantes, mendigos, vadios.”

No mais, o deputado declarou que o projeto, se fosse aprovado, acabaria sendo considerado imoral. Isto porque os militares formariam famílias bastardas, já que seus casamentos se realizariam sem a concessão do Estado. Assim, “se é dever do legislador manter a moralidade pública, seria um erro fatal condenar a classe dos militares a um celibato forçado” (BRASIL, 28 ago. 1854, p. 304). Por fim, Brandão ainda alegou que, em sua perspectiva, caso a lei fosse aprovada, esta deveria ser aplicada apenas aos novos oficiais, considerando que os antigos não tinham jurado diante dessas ideias.

Em seguida, houve a fala do deputado Seara. De acordo com suas concepções, o projeto de lei deveria ser aprovado, pois

É de mister – que o exército – se componha de homens que se distraiam o menos que for possível de seus cuidados e suas atividades com objetos

⁷² Informações postas ao longo dos debates na Câmara dos Deputados, assim como em estudos voltados para o Oitocentos. Até mesmo José Murilo de Carvalho (1996a) comentou sobre o recrutamento forçado.

estranhos a sua profissão, e por isso entendo que os indivíduos casados não são aptos para soldados (BRASIL, 28 ago. 1854, p. 308).

O parlamentar ainda completou sua fala afirmando que, de qualquer maneira, nenhum homem era tão livre para casar, tendo em vista que era necessária a autorização da Igreja. No prosseguimento da discussão, o deputado Correia das Neves colocou suas proposições. Em sua fala, afirmou que seguia o celibatário, já que era sacerdote, e explicou os motivos pelos quais os padres não podiam se casar. Nesse sentido, o deputado declarou que a pureza necessária aos padres não era a mesma exigida pela classe dos militares e, seguindo esse pensamento, não haveria sentido em proibir o casamento a eles. Considerando ainda que os militares eram, em sua maioria, recrutados, não seguindo a carreira militar por vontade própria, seria ainda mais difícil que eles aceitassem viver em condições de celibatário.

Assim, no seu ponto de vista, caso o militar tivesse condições financeiras para sustentar sua viúva, ele não seguiria a carreira militar, mas sim um ofício que lhe oferecesse estabilidade. Além disso, como a maioria dos militares eram pobres, ao instituir poderes econômicos como possibilidades ao casamento, estavam, na verdade, proibindo o casamento dos militares:

Observemos que todos os nossos militares são pobres com muito poucas exceções: se pois é assim, é claro que nunca eles poderão instituir patrimônio para suas viúvas, e conseqüentemente também é claro que jamais se poderão casar: eis aí a medida proibindo o casamento dos militares (BRASIL, 30 ago. 1854, p. 315).

Para Correia das Neves, era preciso considerar que as mulheres pobres estavam casando com os militares, tendo em vista que, possivelmente, não conseguiam obter matrimônio com outros homens. No mais, afirmou:

Entendo senhores que é muito digna de nossa atenção a classe média da sociedade, porque é certamente a que constitui a maior parte da população, e se nós lhe dificultarmos os casamentos, não consentindo que os militares nela procurem suas esposas, se as outras classes da sociedade não o quiserem fazer também, a que ficaram reduzidas essas infelizes? (BRASIL, 30 ago. 1854, p. 316).

Nas palavras do próprio parlamentar, essa era uma discussão “importante” e, por isso, direcionando-se aos deputados presentes na Câmara, defendeu: “questão que merece toda sua atenção, toda sua reflexão, questão que joga com o interesse de diferentes cidadãos, tanto os que seguem a classe militar tanto os mesmos que não seguem” (BRASIL, 30 ago. 1854, p. 319).

Naquele contexto, o deputado Jacintho Mendonça afirmou que entendia a impopularidade do projeto, mas que ainda assim iria defendê-lo, acreditando que seria o melhor para o país. Assim, poderia educar os filhos a partir dos ensinamentos tangentes ao progresso da nação (BRASIL, 30 ago. 1854). Em discordância com aqueles que eram contra o projeto e que afirmavam que as mulheres eram responsáveis pelos sorrisos dos homens, o deputado Jacintho de Mendonça declarou que as mulheres também poderiam ser responsáveis pelo choro daqueles. Em suas palavras: “assim como os sorrisos das mulheres são o prêmio a que se aspira, não serão também as suas lágrimas e seus sofrimentos bastantes para quebrarem alguma coisa o ânimo do esposo que se lembrar que a pode deixar na miséria?” (BRASIL, 30 ago. 1854, p. 321). Novamente, a partir da fala do deputado Jacintho de Mendonça foram definidas as punições: “as penas serão, em tempos de paz, perda do direito, primeira promoção e em tempos de guerra, além desta pena a prisão em até um ano, imposta pelo conselho de guerra” (BRASIL, 30 ago. 1854, p. 324).

Somente em uma das últimas sessões da discussão sobre o casamento dos militares a temática do amor entrou em questão. Ela foi manifestada na fala do deputado Ascenço:

Ora, Sr. Presidente, se o amor é tão poderoso, a ponto de resistir obstáculos... por isso foi que eu disse que a disposição do projeto era inútil, quer para os mimosos do amor, quer para os dominados da razão. Vou encarar por todos os lados a questão, e digo: se amor tem tanto poder, poderá o governo resistir ao deferimento de uma petição para o casamento de uma vítima que deixou-se levar pelo sentimento do seu coração, sacrificando sua posição? (BRASIL, 30 ago. 1854, p. 324).

Este deputado ainda afirmou que a justificativa que recaía sobre a disciplina dos militares era inválida. Isso porque os soldados apresentavam comportamento exemplar e não era necessário o controle pelo matrimônio para discipliná-los.

No dia 31 de agosto de 1854 encontramos, pela última vez, a discussão a respeito do Projeto de Lei *Não há de se casar*. No entanto, o debate não deveria ter sido finalizado naquele momento, considerando que, de acordo com as atas da Câmara dos Deputados, esperava-se uma nova discussão. Desse modo, entendemos que as colocações postas na imprensa carioca, a partir de setembro, foram fundamentais para que as questões relativas ao projeto de lei não fossem mais discutidas.

Assim, esta seção busca, a partir de agora, compreender as publicações editadas na *Marmota*, a fim de analisarmos as circunstâncias em questão. Outros periódicos também foram usados nessa investigação, de modo a entender a situação, entretanto, a *Marmota* é marcada como a principal folha em que se construiu um debate sobre essa temática.

4.3 “SÚBITO DESTE TORPOR DESPERTOU A TRISTONHA GUANABARA AO ESTAMPIDO DO - NÃO HÁ DE CASAR! -”

Em 01 de setembro de 1854, logo na primeira página do jornal, foi publicado um poema que satirizava o mencionado projeto de lei:

A moça e o tenente

Ela
Sr. Tenente, vai-se embora,
Deixe-se de namorar:
Quem é pobre não tem vícios...
Não há de casar!

Ele
A lei ainda não passou,
Menina, não seja assim;
Veja que – Eu hei de casar –
Por Deus lhe juro e por mim.

Ela
Casar? Não vê que sou pobre?
Que, se cumprir ao seu gosto,
Sofre sentença e lhe dão
Baixa redonda de posto?

Ele
Eu sou braço da Pátria,
Repare que eu sou tenente...

Ela
Mas sendo pobre, ioiô,
De que vale a sua patente?

Ele
Basta, menina, sossegue...
Não me faça exasperar!...

Ela
Sô Tenente, vá-se embora:
U! U! – Não há de casar! –

Ele
Eu ardo em fúrias, menina;
Estou de raiva estalando:
Vou matar-me... vou...

Ela
Sossegue,

Ioiô, que eu estava brincando.
 Para lhe amar não me importa
 Saber da sua patente
 Seja bravo...

Ele
 Hei de mostrar-lhe,
 Menina, que eu sou Tenente!

Ambos
 Havemos de nos queimar
 De amor na sagrada chama:
 Não há lei que tenha império
 No coração de quem ama
 (MARMOTA FLUMINENSE, 01 set. 1854, p. 01).

A partir de alguns escritos compartilhados na *Marmota*, percebemos que estes utilizavam as mesmas estratégias de deputados contrários ao projeto de lei. A título de exemplo, foram empregadas colocações que posicionavam a lei como antissocial, antirreligiosa e antipolítica, entre outros pontos, que veremos a seguir, ao longo da análise proposta para esse trecho.

Os artigos que comentaram a respeito do projeto ocuparam as primeiras páginas do periódico, demonstrando que era um assunto que estava vigente nas discussões postas para além da imprensa, sendo considerado importante a ponto de estampar a capa da folha. No mais, a própria publicação afirmou que estava organizando argumentos a fim de combater o projeto em discussão e “minar a coluna pela sua base” (MARMOTA FLUMINENSE, 01 set. 1854, p. 02). Isso porque se considerava que nem as mulheres nem os militares estavam satisfeitos com as colocações presentes nos debates fomentados pelo projeto. A oposição a este projeto na imprensa é representativa da forma com a qual os jornais agiam: como um verdadeiro canal de comunicação entre o governo e o povo. Nesse sentido, notam-se também as perspectivas que compreendem os periódicos como formadores de opinião pública.

A *Marmota Fluminense* elencou uma série de razões para que esse projeto de lei não entrasse em vigor, desde motivos políticos até motivos religiosos. De acordo com o periódico, a população repelia esse projeto, haja vista que ele era “intempestivo, desnecessário e imoral” (MARMOTA FLUMINENSE, 01 set. 1854, p. 01). Segundo o jornal, ele seria inconvincente, pois a sociedade brasileira precisava aumentar sua população e, caso o projeto de lei fosse aprovado, as pessoas teriam menos filhos. Ele também seria intempestivo, pois proibia, de alguma forma, a criação de famílias brasileiras; desnecessário, pois até então nenhum militar teria deixado de cumprir suas regras porque era casado; e imoral, visto que os militares só não poderiam se casar com mulheres pobres. Além disso, a proposta seria irreligiosa, pois, no

sétimo mandamento, o matrimônio estava presente. Também se afirmou na publicação que a lei não impediria os casais de se relacionarem, e reiterou que a felicidade não estava ligada à condição financeira do casal.

Na perspectiva expressa pelo periódico, tal projeto seria prejudicial às mulheres pobres. De fato, ele era proporcionalmente pior para as jovens que não possuíam condições financeiras, considerando que aquelas mulheres que comprovassem sustento – para além do soldo do marido – poderiam ter o casamento consumado. Logo, destacamos a condição posta nesse projeto, que diferenciava as mulheres a partir da classe social. Ademais, a discussão levantada pelo projeto também se relacionava à questão colocada na terceira seção, tangente ao progresso da nação. Na visão dos deputados, como as mulheres pobres poderiam sustentar seus filhos e educá-los para a civilização brasileira se precisariam do sustento do Estado a partir do momento em que se tornassem viúvas?

Em posterior artigo, ainda na mesma edição, tal projeto foi ironizado. Na ocasião, afirmou-se que, ao contrário de ser um encargo na vida do militar, a mulher era um incentivo: “A mulher foi sempre para o lutador um incentivo de glória. Nenhum cavalheiro antigo combatia com denodo sem que tivesse uma dama para receber-lhe os louros do triunfo, ou para estancar-lhe o sangue da gotejante ferida” (MARMOTA FLUMINENSE, 01 set. 1854, p. 02).

Além do argumento apresentado, o jornal também colocou como um ponto importante para reforçar a arbitrariedade da lei o fato de os militares se sentirem felizes ao poderem sustentar suas famílias. Isso, aliás, seria motivo de orgulho para suas esposas. Para comprovar seu argumento, a *Marmota Fluminense* utilizou um trecho de uma poesia que, de acordo com o jornal, havia sido escrita por uma mulher e não tinha sido publicada até então:

Eu verei meu caro esposo,
São e salvo enfim retornar,
Vencedor e glorioso,
E mais digno d’eu amar!

Cheia de jubilo
hei de abraça-lo;
Ao peito em êxtases
Hei de apertá-lo.

Vem, terror dos inimigos,
Desta terra tão querida,
És meu bem, és minha vida,
Do Brasil és esplendor,
Honra desta, a ti unida
Pelo altar e pelo amor!

Sim, neste peito
 Descansa agora
 Ele é daquela,
 Que mais te adora
 Porque contigo
 Com santo nó,
 Forma um só corpo
 Uma alma só!
 (MARMOTA FLUMINENSE, 01 set. 1854, p. 02).

Ainda segundo o artigo publicado no periódico, a lei, não apenas não conseguiria fazer com que os militares deixassem de se casar, como teria efeito contrário. A justificativa da publicação seria que o “fruto proibido” prevaleceria nos desejos do casamento. Além disso, declarou que os militares não compactuavam com aquele projeto, tendo em vista que os jornais anunciaram diariamente que jovens militares estavam sendo presos por excessos cometidos contra o projeto. De forma geral, os artigos postos na *Marmota* declararam que não esperavam que essas proposições “fossem para frente”, mas, já que elas se desenvolveram, eles estariam ao lado da *classe dos militares* e das mulheres (MARMOTA FLUMINENSE, 15 set. 1854).

Além disso, o periódico frisou que as mulheres eram fundamentais na vida daqueles que escolhiam a carreira militar:

A mulher é o ponto para o qual convergem todos os esforços que faz o homem na vida: a ambição da glória, da riqueza, de posição na sociedade só se desperta sob fogo de olhar de mulher. Tiram essa musa inspiradora ao soldado e querem vê-lo arrebatado obrando ações de valor (MARMOTA FLUMINENSE, 29 set. 1854, p. 03).

Nessa mesma publicação, colocou-se como um argumento contra o projeto a discussão em torno da liberdade das mulheres. Isso porque alguns deputados defenderam a proposta de lei afirmando que as normas em questão estavam presentes em países civilizados, como França e Prússia. Entretanto, a autora de um dos artigos do periódico afirmou que não tinha conhecimento para saber até que ponto essa informação era verdadeira, uma vez que, naqueles países, as mulheres solteiras possuíam mais liberdade. Afinal, “os usos e costumes lhes dão a liberdade que certamente não gozam entre nós as filhas famílias” (MARMOTA FLUMINENSE, 01 set. 1854, p. 02). Nesse sentido, não precisariam do casamento para se libertarem de condições postas por suas famílias e, por isso, não contestariam a efetivação de uma lei nos mesmos moldes do projeto brasileiro.

Na última página da mesma edição do jornal, em tom satírico, escreveu-se que, a partir do momento que a lei fosse aprovada, ser alferes se tornaria uma palavra pejorativa. Assim, ao invés de se falar “filho disto” passaria a ser chamado “filho de alferes”:

Porque um alferes
 Pode namorar,
 Ter moça... porém
 - Não há de casar! –
 (MARMOTA FLUMINENSE, 01 set. 1854, p. 04).

Ainda nessa edição foi publicado outro trecho, no qual é possível perceber, novamente, um olhar irônico ao projeto de lei. A publicação foi intitulada *Lembrança de moça*:

Dizendo-se a uma moça solteira, que os militares não casariam com mulher pobre, sem que provassem ter certa quantia para seu tratamento, disse ela logo de pronto:
 -Qual será o namorado constante que deixe de casar por esse motivo?
 -Mas como, minha senhora, onde buscar dinheiro?
 -Rebatendo seus soldos por 10 anos.
 -Fica sem ter o que comer!
 -Ora, mais vale um gosto, que quatro vinténs
 (MARMOTA FLUMINENSE, 01 set. 1854, p. 04).

Na edição seguinte da *Marmota Fluminense*, continuou-se a elencar razões para que o projeto de lei não fosse aprovado. A favor da medida só estaria o Estado e seu desejo de controlar os casamentos. Por sua vez, contra a proposta estariam “todas as conveniências da sociedade em geral, todas as considerações razoáveis, o respeito devido ao sexo, que as leis tanto consideram e protegem, enfim, até a religião do Estado” (MARMOTA FLUMINENSE, 05 set. 1854, p. 01). Esse projeto também poderia vir a ser, segundo o artigo publicado no jornal, uma forma dos homens enganarem as mulheres pobres, enrolando-as até o pedido de casamento. Por fim, eles alegariam que não poderiam se casar, tendo como justificativa a lei (MARMOTA FLUMINENSE, 05 set. 1854).

Em outro artigo sobre essa temática, assinado sob o pseudônimo de *Advogada do bello sexo* e publicado na *Marmota Fluminense*, o projeto em questão foi chamado de “inimigo do amor”. Além disso, também foram enumerados motivos para que ele fosse embargado. A autora ainda escreveu:

O bello sexo, atacado em seus inaufervéis direitos, impelindo a postergação de seus mais sagrados deveres, e vilipendiando nos seus mais nobres sentimentos, pressuroso corre a barra do venerado e augusto tribunal da

opinião pública, para, trepado nas ruínas do senso comum, [*ilegível*] da humanidade inteira, quando por ventura não possa obter justiça, protestar ao menos contra o mais violento dos atentados, a mais cruel das tiranias, que leva a sua sanha a ponto de querer impor uma lei de ferro ao sentimento (MARMOTA FLUMINENSE, 10 nov. 1854, p. 02).

Segundo a publicação, a lei seria contrária à natureza, pois impediria dois corações de se amarem, e antieconômica, visto que, em casa de homem casado havia mais ordem e se gastava menos do que na do celibatário. Outros argumentos foram elencados, entre eles, que aquela lei: seria improdutiva para o aumento das raças nacionais; contrária ao interesse da agricultura, que precisava de mão de obra devido ao fim do tráfico de africanos; privaria os menos afortunados de aproveitarem a ordem da espada; seria imoral e corruptora; anárquica; injusta; e anticonstitucional, pois iria contra a ideia de que o homem poderia agir conforme seus interesses (MARMOTA FLUMINENSE, 10 nov. 1854). Ademais, seria uma lei de patronato e afilhadagem, pois um general teria maior facilidade para se casar com quem fosse de seu interesse.

Posto isso, o projeto acabaria por ser prejudicial ao próprio Estado que tentava institucionalizá-lo, haja vista que, nos ideais de progresso e desenvolvimento do país, o aumento populacional seria necessário. Afinal, se não houvesse casamentos, haveria menos filhos e, conseqüentemente, menos mão de obra. Cabe ressaltar que essa questão se tornou primordial após o fim do tráfico de escravos, em 1850 – apenas quatro anos antes da proposição do projeto de lei em questão.

Além desses escritos, que argumentavam contra o projeto, também encontramos uma publicação, na primeira página da *Marmota Fluminense*, que era favorável ao Projeto de Lei *Não há de se casar*. Seu autor, Antônio Canhanha Mixoleta, afirmou que era a favor da proposta, pois “aturar-se uma farda e uma mulher é levar-se duas cruces ao calvário” (MARMOTA FLUMINENSE, 26 set. 1854, p. 03).

No mais, ele acreditava que os militares ficariam aborrecidos com essa declaração. Assim, antes de defender o projeto, compartilhou um poema que um amigo militar, que estava desgostoso com a discussão do projeto de lei, escreveu:

À Chiquinha

Meu benzinho, eu fiz tenção
De com você me casar;
Mas hoje vejo que a sorte
Quer nosso amor transtornar!

Oh que vida endiabrada

A de um pobre militar!
Com privilégio de frade,
Não se pode hoje casar.

Na Câmara dos Deputados
Se discute, coração,
Um projeto que aos rapazes,
Tem já posto em confusão.

Só por amante a espadinha
Deve ter o militar;
Com moça pobre não pode,
É proibido casar.

Por cautela a nossa classe
Pras moças não deve olhar;
Porque há certas sujeitinhas
Que tem olhos de matar!

Ou então nosso governo,
Para nosso salvamento,
Deve mandar construir
Para as tropas um convento.

Ah, Chiquinha, quem diria,
Que ainda em nosso parlamento,
Se discutiria um dia,
Sobre nosso casamento?

Tudo isso são progressos
Desse nosso bom país
Que, com estas leis e outras,
Há de ser muito feliz!

A moça pobre não pode
Ter marido de patente;
Moça rica, oh, essa sim,
Pois só o rico é que é gente.

Mas eu quero que me digam,
Quem se comporta mais nobre;
Se a moça que tem dinheiro,
Se a moça que vive pobre.

Vê-se entre nós todo dia,
(Não minto, falo a verdade),
Como a rica, a moça pobre
Viver com honestidade.

Quem ama a virtude, a honra
É quem tem bom coração
É muito rica e não pobre,
Cá na minha opinião
(MARMOTA FLUMINENSE, 26 set. 1854, p. 01).

Em um trecho do poema acima, o autor expõe que “tudo isso são progressos desse nosso bom país”, constatando que o projeto de lei estava inserido nas questões que construíram as noções de progresso e de civilização. Em tom irônico, o autor ainda escreveu sobre as diferenças postas para a implementação da lei, a depender das condições financeiras das mulheres. Desse modo, colocou que “só o rico é que é gente”, e que apenas as moças ricas poderiam ter marido com patente.

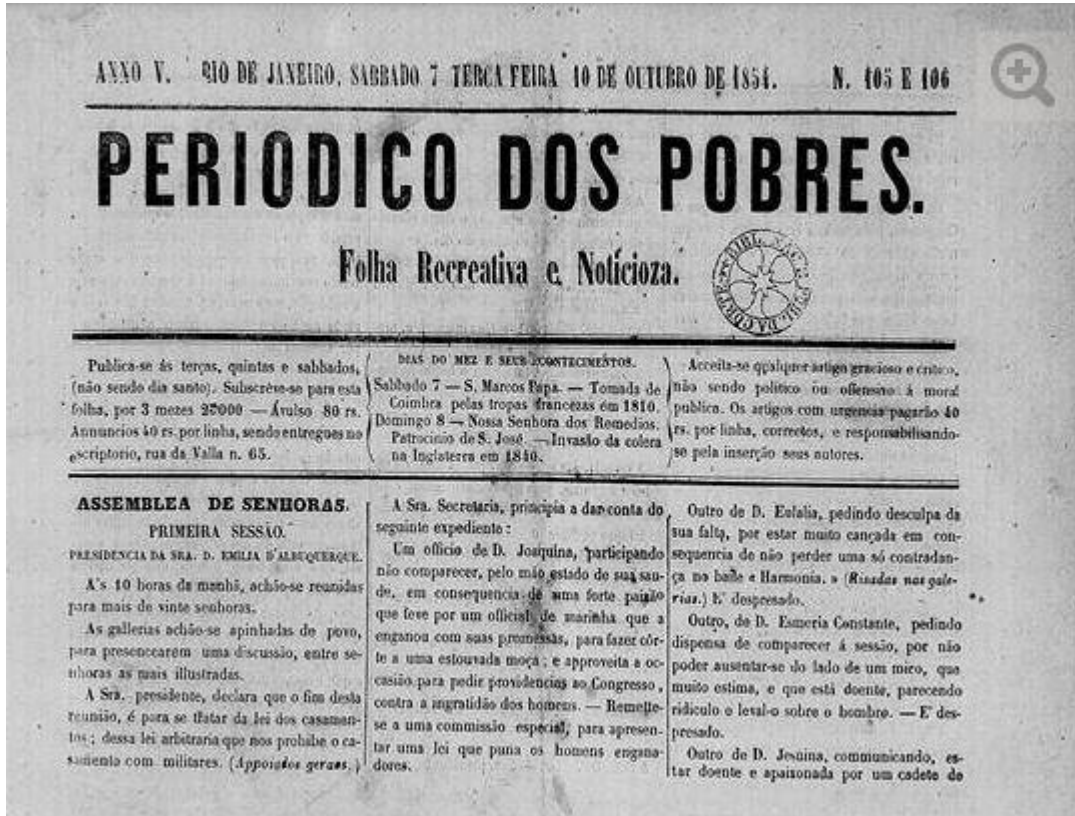
A discussão na imprensa a respeito do projeto não se restringiu à *Marmota*, apesar deste jornal ter passado algumas edições debatendo o assunto. O *Periódico dos Pobres* – que, conforme vimos na segunda seção deste trabalho, compartilhou diversos artigos e temáticas com a *Marmota* – também editou publicações sobre o Projeto de lei *Não há de se casar*. Em uma delas, uma senhora apresentou proposições irônicas a respeito do projeto, elaborando um “contraprojeto”. Em sua concepção, todos os funcionários públicos, e não apenas os militares, deveriam seguir a lei *Não há de se casar*. Dentre eles, estariam ministros, senadores, deputados, juízes, chefes de polícia, delegados, entre outros (PERIÓDICO DOS POBRES, 12 set. 1854). É interessante lembrar que, nas discussões sobre a pensão das viúvas postas na década de 1820, alguns deputados também afirmavam que os soldos de todos os funcionários públicos falecidos deveriam ser oferecidos às suas viúvas, e não apenas às dos militares. Esta proposta, contudo, não foi aceita à época (MAROTTA, 2019).

No mais, segundo essa publicação, os indivíduos deveriam ser avisados dez anos antes das licenças concedidas a casamentos, “a fim de ter tempo para fazer as pesquisas necessárias” (PERIÓDICO DOS POBRES, 12 set. 1854, p. 04), ou seja, para conhecer seus respectivos pretendentes. Conforme exposto, os funcionários públicos em exercício que fossem casados deveriam ficar dois anos distantes de suas esposas, sob pena da punição apresentada no projeto. Alguns “artigos”, realizados de forma sarcástica, afirmavam que eram permitidos raptos por aqueles que não conseguissem a licença para casar. Além disso, seriam proibidos os filhos, haja vista que os indivíduos só poderiam se casar quando mais velhos, momento em que a maternidade já não seria possível (PERIÓDICO DOS POBRES, 12 set. 1854).

Nessa folha, o assunto também esteve presente em uma série de artigos intitulada *Assembleia Bello Sexo* ou *Assembleia de Senhoras*. Essas publicações se baseavam em reuniões compostas apenas por mulheres – por isso, o nome *Bello Sexo* –, que formavam uma espécie de Assembleia Legislativa. Nesta, as mulheres pleiteavam inúmeros tópicos. É necessário destacar que essa sucessão de artigos, apesar de tratar de assuntos cotidianos, figurava-se no campo da literatura. Entretanto, assim como exposto por Ginzburg (1991),

tanto historiadores quanto romancistas tem a mesma intenção cognitiva – e nos valemos dessa perspectiva para encarmos as publicações literárias como uma maneira de investigar situações diárias.⁷³ A figura 5 ilustra o formato estrutural da *Assembleia do Bello Sexo*:

Figura 5 – Parte da primeira página da edição 105-106 do *Periódico dos Pobres*



Fonte: PERIÓDICO DOS POBRES, 10 out. 1854.

A primeira discussão encontrada na *Assembleia de Senhoras* foi publicada em outubro de 1854, logo na primeira página do periódico. Assim como uma em uma Assembleia, abria-se a sessão – esta, em específico, presidida por D. Emília de Albuquerque – e se pautavam acerca do conteúdo a ser debatido. De acordo com aquela publicação, a reunião tratava “da Lei dos casamentos, dessa Lei arbitrária que nos proíbe o casamento com militares” (PERIÓDICO DOS POBRES, 10 out. 1854, p. 01).

Uma das senhoras participantes da discussão, que assinou sob o nome de D. Júlia, se mostrou interessada em discutir o projeto, já que era solteira e, portanto, seria afetada diretamente caso ele fosse aprovado. No começo de sua longa fala, D. Júlia afirmou que “o assunto que vais discutir és melindroso, contudo, animada das minhas fracas ideias direi

⁷³ Natalie Zemon Davis (2001) também defende a narrativa como um meio de conseguir analisar a história.

alguma coisa a respeito” (PERIÓDICO DOS POBRES, 10 out. 1854, p. 02). Neste ponto, é interessante notar que, tal como algumas escritoras mencionadas na seção anterior, D. Júlia utilizou uma estratégia, ao afirmar que suas ideias eram fracas, para mostrar seus argumentos contra o projeto de lei.⁷⁴ Assim, ao admitir uma suposta fragilidade logo no princípio de seu discurso, talvez tivesse maiores oportunidades de inserir sua perspectiva na imprensa. Em suas palavras:

A questão que ora se trata é dessa lei, a que eu chamarei bárbara, que proíbe um militar a estreitar os santos laços do matrimônio! Em que desgosto não viveria uma pobre moça, que de há muito está enamorada de um oficial, esbelto e amável, que em um baile tem a dita de dançar com ele a primeira quadrilha; porque enfim quer figurar a par dessa honrada farda; que se alegra quando o vê ricamente fardado em uma parada, comandando um guarda etc., e que todos os dias espera unir-se a ele como sua esposa, tendo agora o dissabor de ver frustradas todas as suas esperanças? (PERIÓDICO DOS POBRES, 10 out. 1854, p. 02).

Na fala de D. Júlia podemos perceber que seus argumentos se basearam em questões tangentes aos militares e às mulheres. Afinal, de acordo com ela, ambos sairiam prejudicados com a aprovação daquela lei e, por isso, propôs tais premissas.

A discussão continuou na edição seguinte, mas agora não fazia mais parte da primeira página do periódico: o debate se encontrava em um suplemento disposto pelo jornal. Em seu conteúdo, uma das senhoras presentes na sessão da Assembleia, D. Gervina, colocou-se a favor da aprovação do projeto de lei e justificou sua posição com o problema do baixo salário que os soldados recebiam. Isso porque, em sua concepção, o soldo dos militares não conseguiria sustentar uma família. Entretanto, quando foi sugerido aumentar o salário dos militares, D. Gervina argumentou que o Estado não deveria gastar a finança da nação com o intuito de sustentar vaidades. De acordo com ela,

Figurai um pobre alferes casado, com quatro filhos, não tendo para viver mais do que o pequeno soldo, e esse alferes obrigado a marchar para Cuiabá, e lutar com a terrível carga que lhe pesa os ombros – o dever de acudir ao grito da pátria, a ordem do governo, e ao deixar a mulher, os pequenos filhos; e o soldo de trinta mil réis para sustentá-lo em terra estranha, e ao mesmo tempo deixar pão para a mulher os filhos; oh! Então, talvez nessa cruel separação ao lutar com a desgraça, e mais tarde talvez com a miséria, vós exclamarias – Antes nunca me tivesse casado (PERIÓDICO DOS POBRES, 12 e 14 out. 1854, p. 05).

⁷⁴ As estratégias de escrita dos sujeitos em determinados contextos foram analisadas por Natalie Zemon Davis (2001, p. 23-61).

As demais senhoras não concordaram com D. Gervina e afirmaram que nenhuma mulher casaria com um militar por interesse financeiro, visto que era por amor que os matrimônios aconteciam. Esta perspectiva não convenceu, todavia, a senhora defensora do projeto. Cabe ainda ressaltar que tal concepção também foi compartilhada por certos deputados, enquanto o debate ocorria na Câmara dos Deputados.

A discussão continuou em alguns dos números seguintes do periódico. Em um deles, a principal fala foi a interpretação do projeto de lei feita por D. Ritinha. Esta o julgou como injusto, tanto para as mulheres quanto para os militares. No que se refere aos militares, o projeto seria abusivo, pois

Trata-se nada menos do que uma questão que imputando o futuro muito briosa classe militar, afeta-nos muito de perto, isto é, diz respeito ao bello sexo. O que se quer senhoras? Que os militares, que aqueles que expõe sua vida, que derramam seu sangue, que suportam todas as privações, todos os vexames, que estão sempre prontos ao grito da pátria, finalmente que os militares não se casem? (PERIÓDICO DOS POBRES, 24 out. 1854, p. 01).

Suas palavras reforçaram uma crítica ao Estado e à maneira como ele pretendia zelar por aqueles que cuidavam da nação. Em um período no qual se discutia a civilização e o progresso, essa lei e as perspectivas tangentes aos soldados demonstram, de fato, uma nação que procurava se desenvolver, mas que não se preocupava com questões internas que poderiam afetar aqueles que tanto faziam pela pátria, a exemplo dos militares. Nesse aspecto, a noção de uma *classe militar*, que se colocava contra o projeto em questão, dá margem para uma interpretação que considera os militares – e as mulheres – como agentes sociais de sua própria história. Eles seriam, portanto, sujeitos políticos e independentes, capazes de elaborar reflexões próprias (CHALHOUB, 1990, 2003).

D. Ritinha ainda discorreu sobre o quanto o projeto de lei era arbitrário para as mulheres:

E a nós senhoras o que nos resta? Devemos por ventura (sic) trancar o coração as afeições de um bravo militar? Devemos não sentir por ele o amor mais puro e doce, aquele que muitas vezes é filho da simpatia? Ou então quererão que o bello sexo não olhe para seu futuro, e entregando-o ao braço dos militares não conheça que seu estado tem de ser o mais desgraçado possível? O que aspira uma jovem moça na casa de seus pais, senhoras? O casamento; e por ventura a moça pobre, por isso perdeu o direito de se casar com um moço que estime e a quem adore, com um moço a quem já está unida pelos braços do amor, pelos doces juramentos de uma simpatia, e isso unicamente porque esse moço é militar? Oh que medida tão vexatória dos direitos da natureza! Como que se abre a porta a imoralidade com a adoção de semelhante projeto (PERIÓDICO DOS POBRES, 24 out. 1854, p. 01).

Conforme abordado na seção anterior, o casamento, no século XIX, poderia ser encarado como uma alternativa em que era possível, para as mulheres, viverem com maior liberdade. Sob essa perspectiva, o projeto de lei era imoral, pois impediria jovens moças de vivenciarem um matrimônio e saírem da casa dos pais. Com a aprovação do projeto, como comentado anteriormente, as mulheres pobres seriam ainda mais prejudicadas, haja vista que, não possuindo condições financeiras, o casamento seria, de fato, mais dificultoso.

Além da *Assembleia de Senhoras*, também encontramos, no *Periódico dos Pobres*, o projeto sendo discutido em uma publicação intitulada *Conversa de priminhas*. O conteúdo dessa série apresentava, basicamente, conversas entre senhoras, nas quais elas discorriam sobre diversos assuntos, principalmente, episódios recentemente ocorridos. A publicação era editada, na maioria das vezes, na primeira página do jornal. Nessa seção, que era frequente no periódico, duas senhoras conversavam sobre a publicação posta na mesma folha da *Assembleia de Senhoras*. Assim, na edição de 26 de outubro de 1854, as autoras discorreram a respeito do Projeto de Lei *Não há de se casar*, mostrando-se surpresas pelo fato de que alguma mulher pudesse concordar com “algo tão excêntrico” (PERIÓDICO DOS POBRES, 26 out. 1854, p. 03).

Além disso, no *Periódico dos Pobres* foi publicada também uma poesia assinada sob o pseudônimo de *O Patriota*, criticando o projeto de lei em questão:

A cerda da lei – não há de casar

[...]

Tarde vos arrependeréis
 Eu quisera me enganar.
 Dizei-me – Qual a nação?
 Que tal lei se vê reinar?
 Temos ou não Constituição?
 É necessário desenganar!...
 Não é cidadão o militar?
 Não usa de seu direito!
 Como se falta ao respeito!
 A tão útil cidadão,
 Senhores deputados da nação
 Tal lei não vos dá conceito.

O militar não é igual
 A outro cidadão qualquer?
 Não conhece o bem o mal
 Não pensa no que fizer?
 Se adorar uma mulher
 E seu coração lhe entregar

Não há de com ela casar
 O que quereis, ele faça
 Que a amante dê a desgraça
 Ou há de se amancebar.

Que posses ele não tem
 Ouço dizer a qualquer
 Para sustentar como convém
 Mulher e filhos se os tiver
 Se ela dote não trouxer
 Viverão infelizmente
 Não seria mais prudente
 O seu soldo aumentar
 Do que proibir ao militar
 O viver honestamente.

Seus filhos bem cuidados
 A senda do pai seguirão
 Teremos belos soldados
 Para timbre da nação
 Brasileiro de coração
 A pátria se dedicando
 Sua mãe os exortando
 As honras e á gloria
 Ei-los no campo da vitória
 Prodígios de valor mostrando.

[...]

Mas logo que o militar
 Não pode dedicar amores
 A lei *não há de casar*
 Envolverá mais senhores
 Deputados e Senadores
 Ministros e Conselheiros
 Como patriotas verdadeiros
 Não poderão ser casados
 Salvo se forem castrados
 Todos somos Brasileiros.

E se melhor tenho pensado
 Para nada se dizer
 Deve logo ser castrado
 Todo brasileiro ao nascer
 E as brasileiras para mãe serem
 Estrangeiros vão buscar
 E seu coração lhe entregar
 Já que os brasileiros infelizes
 Não dominarão seus narizes
 E proibe-se-lhes o casar
 (PERIÓDICO DOS POBRES, 24 out. 1854, p. 02).

Neste poema, o autor ironizou o projeto de lei de tal maneira que chegou a propor aos leitores o castramento de todos os homens brasileiros assim que nascessem. Sendo assim, não

teriam problemas com o cuidado dos filhos e não haveria a necessidade de punir os militares com a proibição do casamento. Enquanto as mulheres, caso quisessem ser mães, deveriam procurar os estrangeiros para que as engravidassem.

Além dessas questões, *O patriota* também resolveu entranhar-se pelo argumento da nacionalidade. Não seria o militar um cidadão? Ele não deveria, então, usufruir dos mesmos direitos do cidadão? Em um período no qual se debatiam questões referentes à cidadania, tal questionamento pode representar as indagações que estavam sendo postas no cotidiano da sociedade oitocentista da Corte. O autor chegou a questionar a legitimidade da Constituição e perguntou ao leitor sobre a possível existência, em outro país, de uma lei tão absurda quanto essa. Em uma nação em que se buscava alcançar o progresso, se o projeto fosse aprovado e se tornasse, de fato, uma lei, ficaria claro para os países civilizados que o Brasil estava desenvolvendo concepções opostas às deles.

Além disso, o projeto seria ainda mais arbitrário se levarmos em consideração que o exército foi formado como um agente de modernização. Nesse sentido, as concepções expressas pelo projeto de lei iam contra ideias relacionadas à noção de modernidade, tal como a liberdade em escolher seus relacionamentos – que acabaria por ser questionada. Assim, como exposto por Claudia Alves (2004, recurso online),

No Brasil, o exército, pelas condições específicas em que estava inserido, atuou como um agente de modernização. Dos critérios meritocráticos que são introduzidos na carreira de seus oficiais desde 1850 às inovações que se concretizam nas fábricas do exército, sobretudo na década de 1870 e ao conhecimento produzido por seus quadros a respeito do território nacional, a corporação foi atravessada por fenômenos que a ligam diretamente ao que se pode identificar como modernização no Brasil imperial.

Em sua pesquisa, Camillia Cowling analisou Havana e Rio de Janeiro em uma perspectiva transnacional e constatou uma proposição semelhante à nossa – embora seu enfoque tenha sido em um período anterior ao trabalhado aqui. Segundo ela,

Para o século XVIII, Sherry Johnson mostrou como a campanha iniciada pelas viúvas de militares pedindo pensões a que tinham direito ajudou a moldar a importante relação entre os militares e o poder colonial espanhol (COWLING, 2018, p. 356).

Na análise aqui apresentada, por sua vez, observamos como as mulheres construíram essa relação entre a *classe feminina*, os *militares* e o *Estado brasileiro* a partir do momento que determinadas proposições se mostraram prejudiciais a elas.

5 CONCLUSÃO

A *Marmota* foi um periódico moldado pelo contexto em diversos sentidos. O jornal se caracterizou como voltado ao *bello sexo*, em um momento que havia um espaço para tal, atraindo, assim, uma maior quantidade de público leitor. De modo semelhante, foi um periódico que se estabeleceu literário e preocupado com questões tangentes ao progresso nacional. Isso ocorreu também em um contexto no qual essas concepções estavam em pauta e a discussão posta se apresentava na imprensa.

No mais, através desse periódico as mulheres puderam se expressar, escrever e fazer objeções a questões que também estavam pautadas no contexto nacional. Para isso, elas se mostraram – por meio de sua agência histórica – através de seus escritos, estratégias e negociações. Além disso, as mulheres se colocaram contra projetos que as prejudicariam e foram até a imprensa, o maior meio de comunicação da época, a fim de terem sua voz ouvida e suas demandas atendidas. Nesse sentido, as mulheres oitocentistas formaram sua história e se desenvolveram através dela. Reforçamos, portanto, as concepções que demonstram que as mulheres foram fundamentais no processo de construção da nação. Apesar disso, frisamos também que há um esquecimento acerca dessas mulheres na memória pública.

Este trabalho surgiu no intuito de analisar a história das mulheres a partir da imprensa destinada ao público feminino, mas redigida por homens – no caso, a *Marmota*. Logo, procuramos perceber as estratégias e agências das mulheres através das publicações postas no periódico. Assim, por conseguinte, questões que circundaram toda a década de 1850 se fizeram presentes nas reivindicações femininas, sendo elas também aqui abordadas.

Por fim, reforçamos que o objetivo principal desta pesquisa foi identificar o espaço das mulheres diante das noções voltadas ao progresso e ao desenvolvimento da nação. A partir das investigações, concluímos que as concepções de civilidade, apresentadas em diversas edições da *Marmota*, foram fundamentais para reforçar o comportamento ideal a ser seguido pelas leitoras do jornal. Neste caso, o objetivo era alcançar a almejada civilização encontrada nos países mais desenvolvidos. É importante notar também que as leitoras do jornal, para as quais se dirigiam os papéis de civilidade, eram, em sua maioria, mulheres brancas que possuíam, se não o privilégio financeiro, a capacidade para a leitura do periódico.

Logo, observamos que as mulheres se utilizavam das noções apresentadas na folha em questão para alcançarem espaços dantes inimagináveis. Assim sendo, conquistaram certa *emancipação feminina* que, ao período de publicação da *Marmota*, estava sendo discutida na imprensa. Portanto, para percebemos como as reivindicações destacadas nas seções três e

quatro foram sendo construídas a partir de uma noção de emancipação, recuperamos, rapidamente, as noções postas naqueles trechos da pesquisa.

A terceira seção, apesar de não tratar diretamente de emancipação, abordou diversas temáticas que levaram ao seu questionamento. No momento em que as mulheres foram ao jornal falar de educação, matrimônio e participação política, elas estavam ansiando por uma emancipação em níveis variados. Entretanto, elas tinham um objetivo em comum: poder tomar suas próprias decisões no que se referem aos estudos, aos casamentos, à política, entre outros pontos. As mulheres não precisavam escrever diretamente sobre *emancipação*: tal aspiração aparecia de outras formas e sob algumas das características elencadas acima.

Na seção quatro deste trabalho também foi desenvolvida essa perspectiva, relacionada ao momento em que as mulheres mostraram-se insatisfeitas com a possível aprovação do Projeto de Lei *Não há de se casar*. Neste caso, elas se movimentaram, através da imprensa, a fim de apresentar seus questionamentos e demonstrarem desejo pela liberdade, ainda que fosse ao menos a autonomia de poderem se relacionar com os militares. As intenções poderiam ser diferentes, mas o objetivo era, permanentemente, o mesmo: se libertar das conjunturas de dependência social, impostas sob uma dominação masculina. Tais ideais acabaram por refletir nas oportunidades oferecidas às mulheres na contemporaneidade, demonstrando uma relação de sentido entre passado e presente.

Logo, compreendemos a *emancipação feminina* como um processo histórico. Ela foi sendo modelada e remodelada ao longo dos acontecimentos retratados na imprensa. Dessa forma, essa emancipação foi ganhando a força de um discurso público, tendo em vista que os jornais foram fundamentais para que esse processo fosse efetivado. Assim, as ações diárias das mulheres que se opunham a determinadas normas sociais podem ter seus resultados sentidos até a atualidade.

REFERÊNCIAS

- A MARMOTA. Rio de Janeiro: Tipografia Dous de Dezembro, 1857 - 1864. 1857-1864.
- A MARMOTA. Salvador: Tipografia de Epifânio Pedrosa, 1848-1850, 1849-1850
- MARMOTA FLUMINENSE. Rio de Janeiro: Tipografia Dous de Dezembro, 1854-1857. 1854-1857.
- A MARMOTA NA CORTE. Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, 1849-1854. 1849-1854.
- A MARMOTA PERNAMBUCANA. Recife: Tipografia da Viúva Roma e filhos. 1850 -1851. 1850
- A VERDADEIRA MARMOTA: DO DR. PRÓSPERO DINIZ. Salvador: Tipografia de Epifânio Pedroza. 1851-1852. 1851-1852.
- ALENCAR, José de. *O Guarani*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1977.
- ALMEIDA, J. S. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP, 1998.
- ALMEIDA, J. S. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil do século XIX. In: SAVIANI, D. et al. *O legado educacional do século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2006.
- ALÓS, Anselmo Peres. O indianismo revisitado: a autoria feminina e a literatura brasileira do século XIX. *Revista Organon*, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 27-50, 2004.
- ALVES, Claudia. *Militares e ensino secundário no século XIX*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., nov. 2004, Paraná. *Comunicações [...]*. Paraná: Sociedade Brasileira de História da Educação, nov. 2004. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo4/122.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.
- ALVES, Claudia. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- AMBROSIO, Gisele Gomes. A Marquesa de Alorna e a sociabilidade ilustrada portuguesa. *Revista Tempo de Conquista*, [S.l.], v. 3, p. 1-12, 2008.
- ANA Luísa de Azevedo Castro. *Escritoras Latinoamericanas del Diecinueve – Colección Virtual*. Disponível em: <http://eladd.org/otras-autoras/ana-luisa-de-azevedo-castro/>. Acesso em: 10 maio 2019.
- ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. *Estratégias e escritos: Francisca Diniz e o movimento feminista do século XIX (1873/1890)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ANDREATA, Bárbara Loureiro; ALÓS, Anselmo Peres. A representação feminina em D. Narcisa de Villar, de Ana Luísa de Azevedo Castro. *Revista Confluenze*, Bologna, v. 6, n. 1, p. 99-110, 2014.

ARIAS, Virna Lúcia Cunha de. *Machado de Assis na imprensa do século XIX: práticas, leitores e leituras*. 2013. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

AZEVEDO, A. N. de As noções de progresso do Império à República: transformações recônditas em uma mesma terminologia. *Outros Tempos*, São Luís, v. 13, n. 22, p. 69-88, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v13i22.539>. Acesso em: 10 fev. 2020.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra Medo Branco: O negro no Imaginário das Elites Século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

BARBOSA, Everton Vieira. *Páginas de sociabilidade feminina: sensibilidade musical no Rio de Janeiro oitocentista*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), Assis, 2016.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão; Europeia do Livro, 1960.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: A experiência vivida*. São Paulo: Difusão; Europeia do Livro, 1960

BESSONE, Tania. A história do livro e da leitura: novas abordagens. *Floema: Caderno de Teoria e História Literária*, [S.l.], n. 5a, out. 2017. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/floema/article/view/1758>. Acesso em: 03 jan. 2020.

BESSONE, Tania. As leitoras no Rio de Janeiro do século XIX: a difusão da literatura. *Gênero*, Niterói, v. 5, n. 2, p. 81-93, 2005.

BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. *Lua Nova*, São Paulo, n. 102, p. 173-210, dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452017000300173&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 jan. 2020.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

BRASIL. Assembleia Geral Legislativa. Câmara dos Srs. Deputados. *Anais do Parlamento Brasileiro: Sessão de 1853*. Rio de Janeiro: Tipografia Parlamentar, 1876a. Disponível em: https://imagem.camara.leg.br/pesquisa_diario_basica.asp. Acesso em: 17 dez. 2019.

BRASIL. Assembleia Geral Legislativa. Câmara dos Srs. Deputados. *Anais do Parlamento Brasileiro: Sessão de 1854*. Rio de Janeiro: Tipografia de Hyppolito José Pinto & C.^a, 1876b. Disponível em: https://imagem.camara.leg.br/pesquisa_diario_basica.asp. Acesso em: 17 dez. 2019.

BUITONI, Dulcília S. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1990.

BUITONI, Dulcília S. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

CAMPOS, M. C. S. de S.; SILVA, V. L. G. da (Org.). *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras: o "orbe literário" e a construção do império brasileiro*. Campinas: Unicamp, 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.

CARDOSO, Rodrigo Soares de Araújo. *Caminhos na produção da notícia: a imprensa diária no Rio de Janeiro (1875-1891)*. Rio de Janeiro: UERJ, 2015.

CARULA, Karoline. A imprensa feminina no Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n.1, p. 261-279, jan./abr. 2016.

CARULA, Karoline. A educação feminina em A Mãe de Família. In: CARULA, Karoline; ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Letícia (Org.). *Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume Dumará, 1996a.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das Sombras: A política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume Dumará, 1996b.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 337-359, 1996c. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2029/1168>. Acesso em: 10 dez. 2019.

CASTRO, Ana Luísa de Azevedo. *D. Narcisa de Villar*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHAMON, M. *Trajetórias de feminização do magistério: ambiguidades e conflitos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de leitura*. Tradução: Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger. Distinção e divulgação: a civilidade e seus livros. In: CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2004.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1999.

CORREIO DA TARDE: JORNAL COMERCIAL, POLÍTICO, LITERÁRIO E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Tipografia Fluminense, 1855-1862. 1861.

CORREIO MERCANTIL, INSTRUTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL. Rio de Janeiro: Francisco José dos Santos e Rodrigues, 1848-1868. 1849-1864.

COWLING, Camillia. *Concebendo a liberdade: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CUNHA, J. R. O Parnaso Brasileiro organizado por Januário da Cunha Barbosa (1836) e João Manuel Pereira da Silva (1843-1848). *Cadernos Literários*, Rio Grande, v. 10, p. 27-34, 2005.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *Revolução Impressa: A imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DARNTON, Robert. História da Leitura, In: BURKE, Peter. (Org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: EDUNESP, 1989, p.199-236.

DARNTON, Robert. O que é a história do livro? Revisitado. *Artcultura*, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 155-169, 4 dez. 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1503>. Acesso em: 04 dez. 2019.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DAVIS, Natalie Zemon. *Nas Margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Tipografia Real, 1821-1878. 1849-1864.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX: dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta, vida e obra*. Natal: UFRN, 1995.

DUARTE, Constância Lima. Arquivos de mulheres e mulheres anarquizadas: histórias de uma história mal contada. *Revista Gênero*, Niterói, v. 9, n. 2, p. 11-17, 2009.

ENGEL, Magali Gouveia. Júlia Lopes de Almeida (1862-1934): uma mulher fora de seu tempo? *La Manzana de la Discordia*, Cali (Colômbia), ano 2, n. 8, p. 25-32, dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.25100/lamanzanadeladiscordia.v4i2.1449>. Acesso em: 01 jan. 2020.

ESTEVEZ, Martha Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FERRAZ, Paula Ribeiro. *O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

FLORES, Conceição; CAVALCANTE, Ilane Ferreira. Reflexões de leitura sobre as poéticas da Marquesa de Alorna e de Maria Teresa Horta. *Revista Ártemis*, Universidade Federal de Pernambuco, v. XXIII, n. 1, p. 89-99, jan./jun. 2017.

GAGLIARDO, Vinicius Cranek. *Imprensa e civilização no Rio de Janeiro oitocentista*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/144968>. Acesso em: 02 fev. 2020.

GARZONI, Leriche de Castro. *Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de Il ritorno de Martin Guerre, de Natalie Zemon Davis. In: GINZBURG, Carlo. *A micro história e outros ensaios*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertand Brasil/Difel, 1991.

GODOI, Rodrigo Camargo. *Um Editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. São Paulo: Edusp, 2016.

GOMES, Gisele Ambrósio. *Entre o público e o privado: a construção do feminino no Brasil do Oitocentos, 1827-1846*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

GONDIM, Eunice. *Vida e obra de Paula Brito*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

GOUVÊA, Myriam Paula Barbosa Pires. *Impressão, sociabilidades e poder: o Diário do Rio de Janeiro e a fundação da sua tipografia (1808-1831)*. São Paulo: Ed. Paco, 2016.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Ser mina no Rio de Janeiro do século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 45, p. 25-65, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912012000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 abr. 2020.

GUICHARD, Alexandra. Les 15 meilleures citations féministes de Simone Beauvoir. *Cosmopolitan*, França. Disponível em: <https://www.cosmopolitan.fr/les-15-meilleures-citations-feministes-de-simone-de-beauvoir,1961708.asp>. Acesso em: 17 dez. 2019.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>. Acesso em: 03 dez. 2019.

HARNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850 –1937)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HERTZ, Debora. The Lives, Loves, and Novels of August and Fanny Lewald, the Converted Cousins from Königsberg. *The Leo Baeck Institute Year Book*, 46, 2001.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HORTA, Maria Teresa. *As luzes de Leonor: a marquesa de Alorna, uma sedutora de anjos, poetas e heróis*. Lisboa: D. Quixote, 2011.

IPANEMA, Marcello de; IPANEMA, Cybelle de. *Imprensa Fluminense: ensaios e trajetórias*. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1984.

IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos na década de 1860. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 27, p. 84-109, 2001.

JINZENJI, Monica Yumi. Leituras e escritas femininas no século XIX. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 38, p. 367-394, jan./jun. 2012.

JINZENJI, Monica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2010.

JORNAL DAS SENHORAS. Rio de Janeiro: Tipografia Parisiense, 1852-1855. 1852-1855

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1827-2013. 1849-1864.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. História Magistra vitae. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEITE, Miriam Moreira. *A condição Feminina no Rio de Janeiro: século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1984.

LIMA, G. A. de; CRISTINA, F. O debate sobre a mão-de-obra e as representações do indígena nas revistas *Minerva Brasiliense* e *Guanabara* (1843-1846). In: COLÓQUIO DO LAHES – Micro História e os Caminhos da História Social, 2., 2008, Juiz de Fora. *Anais [...]*. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LIMA, Joelma Varão. *O Jornal das Senhoras, um projeto pedagógico: mulher, educação, maternidade e corpo*. (Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX). 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O problema da imprensa*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923.

LOBO, Luiza. Juana Manso: uma exilada em três pátrias. *Revista Gênero*, Niterói, v. 9, n. 2, p. 47-74, 1 sem. 2009.

LOPES, Hélio. *A Divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto. 2005. p. 111-153.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. (Coleção Descobrimdo o Brasil)

MAIA, Ludmila de Souza. *Viajantes de saia: gênero, literatura e viagem em Adèle Toussaint-Samson e Nísia Floresta (Europa e Brasil, século XIX)*. Campinas: UNICAMP, 2016.

MAROTTA, Marconni Cordeiro. *Previdência e Assistência no Brasil Imperial: As demandas por aposentadorias e pensões junto ao governo monárquico*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MARTINS, Bruno Guimarães. Da política das letras à lógica das petas: Francisco de Paula Brito e a imprensa oitocentista. *In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA*, 11., 2017, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2017.

MARTINS, Bruno Guimarães. *Corpo sem cabeça: o tipógrafo-editor e Petalógica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2018.

MARTINS, William de Souza. Representações do feminino e do masculino nas petições enviadas às Secretarias de Estado dos Negócios do Reino e do Império (Rio De Janeiro, 1808-C. 1830) *Rev. Hist.*, São Paulo, n. 176, a03316, 05 jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2017.114601>. Acesso em: 17 dez. 2019.

MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema: a construção do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MEYER, Marlyse. *Folhetim – uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORAIS, Christianni Cardoso; CALSAVARA, Eliane de Lourdes; SILVA, Gisele Elaine da. Leituras “corretas” para mulheres “ideais”: educação moral do “bello sexo” para instrução da família e formação da pátria no século XIX. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC*, 10., 2006, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ABRALIC, 2006.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

MOTT, M. L. B. Gênero, Medicina e Filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 24, p. 41-67, 2005.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 225-233, jan./jun. 2003.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Narrativa feminina em Santa Catarina (do século XIX até meados do século XX). *Revista Organon*, Rio Grande do Sul, v. 16, n.16, p. 227-235, 1989.

NASCIMENTO, Kelly Cristina. *Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira – 1873-1932*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

NEVES, Lúcia Maria. B. P. das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. Bessone da C. (Org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006.

NORBERTO, Joaquim. *Brasileiras célebres*. Brasília: Senado Federal, 1997. 233p.

O COSMORAMA DA BAHIA. Salvador: Tipografia Brasiliense, 1849. 1849.

O FLUMINENSE. Niterói: Tipografia do Fluminense, 1878-2016. 1881.

O GRITO NACIONAL. Rio de Janeiro: Tipografia do Sr. Silva Lima, 1848-1858.

OLIMPIA Maleszewska. *Myheritage*. Disponível em: https://www.myheritage.com.br/names/olimpia_maleszewska. Acesso em: 30 abr. 2019.

OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Sales. Na querela dos folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais. *Revista de História*, São Paulo, n.116, p. 55-64, 1984.

OLIVEIRA, Karine da Rocha. *Josephina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2009.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). *Historiae*, Rio Grande, v. 2, n. 3, p. 125-142, 2011.

PASAVENTO, Sandra Jathy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 21, 2000. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/41745/1/Fronteiras_da_ficcao.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

PASAVENTO, Sandra Jathy. *História e História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PASSOS, Carla Christina. A primeira geração do feminismo: um diálogo crítico com o pensamento liberal. In: FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Santa Catarina. *Anais [...]*. Santa Catarina: UFSC, 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277554486_ARQUIVO_fazendogenero9antagonismosdapoliticaliberal.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./jun. 2011.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, Franca, v. 24, n. 1, p.77-98, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>. Acesso em: 12 dez. 2019.

PEREIRA, Cláudia Gomes. *Beatriz Brandão: mulher e escritora no Brasil do século XIX*. São Paulo: Scortecci, 2005.

- PEREIRA, Cláudia Gomes. *Contestado Fruto: a poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868)*. Belo Horizonte: UFMG; FALÉ, 2009.
- PERIÓDICO DOS POBRES. Rio de Janeiro: Tipografia dos Pobres, 1850-1871. 1850-1856.
- PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: Edusc, 2005.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159-189, jan. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11687>. Acesso em: 03 dez. 2019.
- RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar – a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- REIS, L. J. M. Próspero Diniz: redator e colaborador na imprensa oitocentista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. *Anais [...]*. Recife: UFPE, 2019.
- RIBEIRO, Cristiane de Paula. *A vida caseira é a sepultura dos talentos: gênero e participação política nos escritos de Anna Rosa Termacsis dos Santos (1850-1886)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/9807/4/cristianedepaularibeiro.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2020.
- RIBEIRO, Cristiane de Paula. "Ela sendo feiosa, tornou-se bella": o padrão de beleza feminina a partir da imprensa periódica oitocentista. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUANDOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS DO OITOCENTOS, 2., 2017. *Anais [...]*. Juiz de Fora: UFJF, 2017.
- RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1945.
- RODRIGUES, Dayanny. Escritos de e para Mulheres no século XIX: O conceito e emancipação e a representação feminina no *Jornal das Senhoras*. *Revista Outras Fronteiras*, Cuiabá, v. 4, n. 1, p.54-76, jan/jul. 2017.
- RODRIGUES, Talita Daher. História, biografia e pedagogia nas páginas de "Brasileiras Célebres". In: ENCONTRO DE HISTÓRIA, 13., 2008, Seropédica. *Anais [...]*. Seropédica: UFRRJ, 2008. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212936493_ARQUIVO_TextoTalitaAnpuhregional2008vsenvio.pdf. Acesso em: 04 dez. 2019.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classe mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Dayse Lúcida Silva. O divórcio e a nulidade de casamento: estudo de caso nas tensões da vida conjugal diamantinense de 1890 a 1930. *In: Seminário sobre a Economia Mineira*, 11., 2004, Diamantina. *Anais [...]*. Diamantina: CEDEPLAR, UFMG, 2004.

SANTOS, Rinaldo Cavalcante dos. *A Marmota na Corte: recreação e vereda literária no cenário cultural do século XIX. 1849-1852*. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Assis, São Paulo, 2009.

SCHMIDT, R. T. Mulheres Reescrevendo a Nação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n.1, p. 84-97, 2000.

SCHWARCZ, L. M. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 9-39, jul/dez. 1995.

SILVA, Agumario Pimentel. *Entre a paráfrase e a polissemia: o discurso da educação feminina no Jornal das Senhoras (1852-1855)*. 2016. Dissertação (Pós-Graduação em Comunicação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Tipografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1858. Disponível em: <http://acervos.casaruibarbosa.gov.br/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Tipografia de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1878.

SIMIONATO, Juliana Siani. *A Marmota e seu Perfil Editorial: Contribuição para edição e estudos dos textos machadianos publicados nesse Periódico (1855–1861)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SIMÕES, Jeronimo. Necrologia. *Revista Mensal da Sociedade de Ensaios Literários*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 671-673, 1872.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). Domínios da história*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997a.

SOIHET, Rachel. Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.5, n.1, p. 7-29, 1997b.

SOUSA, José Galante. *Machado de Assis e outros estudos*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra; MEC, 1979.

STAROBINSKI, Jean. “A palavra “civilização”. *In: STAROBINSKI, Jean. As máscaras da civilização: ensaios*. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia Das Letras, 2001. p. 11-56.

TEDESCHI, Losandro Antonio. O desafio da escrita feminina na história das mulheres. *Raído*, Dourados, v.10, n. 21, p.153-164, jan./jun, 2016. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raído/article/view/5217>. Acesso em: 02 jan. 2020.

TEIXEIRA, Roberta Guimarães. *Na penna da imprensa professoras e professores primários do século XIX (1852-1888): contribuições aos estudos da feminização do magistério*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.

TILLY, Louise A. Gênero, história social e história das mulheres. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.3, p. 29-62, 1994. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51008>. Acesso em: 04 dez. 2019.

TURACK, Cynthia F. Os sentidos sobre a maternidade construídos por vozes masculinas e femininas na imprensa da Corte. In: FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2008a. Disponível em: http://www.wvc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST58/Cynthia_F_Turack_58.pdf. Acesso em: 03 fev. 2020.

TURACK, Cynthia F. *Mulheres-mãe: memória e construção de sentidos no discurso do periódico A Mãe de Família (1879-1888)*. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008b.

VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1989.

VERGARA, M. R. As Imagens Femininas n'O Vulgarizador: público de ciência e mulheres no século XIX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 191-208, 2008.

VERONA, Elisa Maria. *Da feminilidade oitocentista*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93274>. Acesso em: 02 fev. 2020.

VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

XIMENES, Maria Alice. *Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.

WARD, Margaret. Fanny Lewald. *Ohio University*, Athens, out. 2004. Disponível em: <https://www.ohio.edu/chastain/ip/lewald.htm>. Acesso em: 22 de abr. 2019.

WOLF, Naomi. *O mito da beleza*. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 2018.

ZICMAN, René Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do*

Departamento de História da PUCSP, [S.l.], v. 4, out. 1985. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12410/8995>. Acesso em: 03 abr. 2019.